

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA
MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITO

TIMÓTEO BEZERRA DA SILVA

**A VERDADE VOS LIBERTARÁ – A RELAÇÃO ENTRE O POPULISMO
BOLSONARISTA E AS LIDERANÇAS EVANGÉLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DO
ESPAÇO PÚBLICO**

BRASÍLIA

2024

TIMÓTEO BEZERRA DA SILVA

**A VERDADE VOS LIBERTARÁ – A RELAÇÃO ENTRE O POPULISMO
BOLSONARISTA E AS LIDERANÇAS EVANGÉLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DO
ESPAÇO PÚBLICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Constitucional do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito Constitucional

Linha de Pesquisa: Estado, Constituição e Democracia

BANCA EXAMINADORA

Dra. Laila Maia Galvão
Prof^a Orientadora
INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA

Dr. Ulisses Schwarz Viana
Prof. Avaliador 1
INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA

Dr. Raphael Peixoto de Paula Marques
Prof. Avaliador 2
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)

S586v Silva, Timóteo Bezerra da

A verdade nos libertará: a relação entre o populismo bolsonarista e as lideranças evangélicas na desconstrução do espaço público / Timóteo Bezerra da Silva. — Brasília: Instituto Brasileiro Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, 2024.

156 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Laila Maia Galvão

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional) — Instituto Brasileiro Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, 2024.

1. Direito constitucional 2. Democracia 3. Parlamento. 4. Populismo. I.Título

CDDir 341.259

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a minha orientadora, Laila Galvão, que assim como Virgílio guiou Dante pelos portões do inferno, ela também foi um guia pelas adversidades da pesquisa.

Agradeço ao professor Ulisses Viana por ter libertado o meu espírito ao me ensinar a importância de perguntar: O que é isto?

Quero agradecer ao professor Raphael Peixoto com quem aprendi muito e foi uma grata surpresa tê-lo encontrado nesses encontros e desencontros da vida.

Agradeço ao meu amigo, meu Horácio, José Marcos pelas conversas, divergências e reflexões sempre muito proveitosas, o meu mais cristão que eu conheço.

Agradeço a Nara Fernandes por me ensinar o valor de ser humano em tempos de cólera.

Quero agradecer aos meus pais, Fátima e Guido, meus irmãos, Ricardo, Júnior e Cristina, que sonharam comigo esse sonho.

E quero agradecer a minha amada imortal, Luanna Baia, por todo suporte humano, pela força que me deu ao longo dessa caminhada, pela paciência e compreensão, por sonhar comigo esse projeto, por acreditar, sem você nada disso não seria possível.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
ATO I – O POPULISMO BOLSONARISTA.....	15
Cena I – Ideias fora do lugar.....	15
CENA II – Anatomia de uma queda.....	17
Cena III – Zona de interesse	27
ATO II – DEMOCRACIA EM VERTIGEM.....	40
Cena I – Pobres Criaturas	40
Cena II – O fim do espaço público	54
ATO III - MEFISTO.....	68
Cena I – Palavras, palavras, palavras.....	68
Cena II – Crônica de uma morte anunciada.....	69
Cena III – Casa de Jezebel.....	76
Cena IV – Vapor barato	85
Cena V – Entra tia Lydia	92
Cena VI – Entra Rosencrantz e Guildenstern	96
Cena VII – Entra Serena Joy	102
CONCLUSÃO	108
ATO IV – <i>NOLITE TE BASTARDES CARBORUNDORUM</i>	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXO – I.....	123
ANEXO – II.....	135
ANEXO – III	147

RESUMO

Este trabalho busca compreender quais elementos dos discursos populistas de Jair Bolsonaro levaram as lideranças evangélicas a se vincularem a um projeto político autocrata que causou a desnaturação do espaço público no Brasil. Assim, foram identificados três elementos formadores dos discursos e ações políticas de Bolsonaro que foram incorporados na atuação das lideranças da Frente Parlamentar Evangélicas. O primeiro elemento é o forte apelo ao povo, definido pelo bolsonarismo como os verdadeiros brasileiros e patriotas, que será responsável por polarizar e radicalizar o espaço público. O segundo elemento do populismo bolsonarista é a transgressão institucional marcada pelo desprezo com o processo político e as instituições democráticas como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, e o terceiro elemento é o embate institucional e social que modela através da não-política o espaço público inviabilizando a expansão e o aprimoramento democrático. Esses pontos ligam as lideranças evangélicas no Congresso Nacional e o bolsonarismo, pois incorporaram as ideias fundamentalistas do populismo reacionário de Bolsonaro às ideias do fundamentalismo religioso atuando para desnaturar a democracia através de projetos de leis antidemocráticos e uma militância aguerrida em pautas morais restringindo o acesso e exercício dos direitos e garantias fundamentais. Dessa maneira, com base na análise dos discursos de Bolsonaro e algumas lideranças evangélicas, será investigado o elo que sela a aliança entre o populismo reacionário de Bolsonaro e as lideranças evangélicas: o desprezo que ambos partilham pelo que representa a ideia de democracia.

Palavras-chave: Bolsonarismo, Evangélicos, Hannah Arendt, Fundamentalismo, Democracia

ABSTRACT

This research investigates which elements of Jair Bolsonaro's populist speeches led evangelical leaders to link themselves to an autocratic political project that contributed to the denaturation of public space in Brazil. Thus, three elements that formed Bolsonaro's speeches and political actions were identified and incorporated into the actions of the leaders of the Evangelical Parliamentary Front. The first element is the strong appeal to the people, defined by Bolsonarism as true Brazilians and patriots, who will be responsible for polarizing and radicalizing the public space. The second element of Bolsonarist populism is the institutional transgression marked by contempt for the political process and democratic institutions such as the National Congress and the Federal Supreme Court. And the third element is the institutional and social clash that shapes public space through non-politics, making democratic expansion and improvement unfeasible. These points connect the evangelical leaders in the National Congress and Bolsonarism, as they incorporated the fundamentalist ideas of Bolsonaro's reactionary populism with the ideas of religious fundamentalism, acting to denature democracy through anti-democratic bills and fierce militancy in moral agendas in order to restrict the access to fundamental rights. Through speech analysis of Bolsonaro e some the leaders of Evangelical, we test the hypothesis that the link that seals the alliance between Bolsonaro's reactionary populism and the evangelical leaders: the contempt they both share for what the idea of democracy represents.

Keywords: Bolsonarism, Evangelicals, Hannah Arendt, Fundamentalism, Democracy

INTRODUÇÃO

Falar em populismo não é uma tarefa simples, especialmente quando se pretende fazer uma pesquisa acadêmica sobre esse tema. Logo, não é um assunto que possa ser estudado desprovido de um contexto, é um assunto que para compreensão deve ser situado no tempo e no espaço. No poema Rios sem Discurso¹, João Cabral de Melo Neto vai dizer que uma palavra em situação dicionária é como a água parada de um poço, que estancada, represada, perde a sua capacidade comunicativa.

Desse modo, o “populismo”, ou o fato de se creditar a determinada pessoa o epíteto de populista não tem sentido. Por ser uma palavra polissêmica, chamar alguém de populista ou dizer que determinado governo pratica o populismo é uma expressão vazia quando desacompanhada de uma semântica por não haver uma conexão com a realidade (Barros; Lago, 2022, p.10). Logo, estudar sobre os populismos, haja vista existirem populismos de direita e de esquerda, necessariamente significa estudar um determinado contexto histórico, social e político.

No Brasil, o termo começa a aparecer na década de 1940, com os integralistas, Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso (Lynch, 2022, p.27), porém seu uso continuava carente de sentido, sendo utilizado fundamentalmente para atacar adversários políticos com o objetivo de deslegitimá-los (Barros; Lago, 2022, p.43). O populismo era, e ainda é utilizado, para atacar, combater e rotular negativamente pessoas na arena política (*Ibid*, p.73).

Diante disso, cabe aqui fazer algumas pontuações para fins de clareza conceitual. O presente trabalho não se propõe em analisar a história do populismo no Brasil, não obstante conhecer sua gênese seja importante para compreensão da realidade brasileira, este trabalho não está ancorado na pesquisa histórica sobre o populismo no Brasil.

Vale pontuar também que o populismo não é necessariamente maléfico à sociedade. Há um populismo emancipador voltado para uma ação política que constrói um novo jeito de atuar no espaço público trazendo as classes historicamente marginalizadas do espectro político para compor o espaço público (Barros; Lago, 2022, p.84). Um populismo emancipador busca promover uma política mais inclusiva, que a partir disso, atue na construção de novos direitos incentivando a consolidação de uma sociedade mais pluralista. De certa maneira, esse é um populismo transgressor, pois se propõe a construir por uma lógica que outrora não seria possível tendo em vista os elementos constitutivos do *status quo*.

¹ Ver poema Rios sem Discurso – João Cabral de Melo Neto. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/11969/rios-sem-discurso>. Acesso em 26 de março de 2024.

Todavia, não é desse populismo emancipador que trata este trabalho, mas de outra forma de populismo, o reacionário, que parte de uma premissa elementar completamente oposta ao populismo emancipador.

O termo reacionário para definir a forma de populismo que Bolsonaro adotou pode ser compreendido como uma ideia e uma conduta que tem como finalidade a desconstrução do processo democrático (Lynch, 2022, p.23). Quando se fala de populismo reacionário na lógica bolsonarista o mote é sempre promover caos social e a destruição dos inimigos. Essa é a receita que permitiu ao bolsonarismo romper com as tradições da democracia, radicalizar o espaço público, e criar uma legião de seguidores dispostos a ignorar qualquer limite institucional, legal ou moral deslegitimando a importância da política e rebaixando a relevância das instituições para a estabilidade democrática.

A pergunta que esse trabalho buscará responder é: quais os elementos dos discursos e das ações que caracterizam o populismo de Bolsonaro fizeram com que lideranças evangélicas, endossassem e reproduzissem no espaço público práticas de um projeto autoritário de desconstrução da democracia?

A hipótese a ser testada é de que as ações políticas de Bolsonaro que em nome da garantia de uma liberdade e preservação de valores cristãos fizeram com que líderes evangélicos identificados com o fundamentalismo reacionário e pela perspectiva de compor o núcleo do poder político nacional, apoiassem o populismo bolsonarista. Para testar essa hipótese, serão analisados discursos de algumas lideranças evangélicas que fizeram parte do projeto de poder bolsonarista.

Para fins de clareza, o termo “evangélico” é uma palavra que se utilizada isoladamente produz um reducionismo conceitual se não levarmos em consideração a diversidade dos evangélicos no Brasil. Logo, quando se fala dos evangélicos é necessário um contexto para fazer sentido, assim, é necessário fazer um recorte a respeito de quais evangélicos este trabalho se refere e o período histórico.

Dessa forma, os evangélicos, os quais esta pesquisa se refere, são lideranças evangélicas no parlamento, membros da Frente Parlamentar Evangélica, ligados às igrejas com maior representatividade no Congresso: Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Assembleias de Deus e Igreja Batista, mas também líderes evangélicos que fizeram parte do governo Bolsonaro de forma institucional ou não, como os casos da ministra Damare Alves e da ex-primeira dama Michele Bolsonaro. O período analisado será o governo de Bolsonaro (2019-2022), que fora eleito com voto decisivo dos evangélicos.

A razão pela qual se pretende estudar o apoio dos evangélicos² ao governo populista reacionário de Bolsonaro, encontra-se no fato de ser uma parcela expressiva da população, politicamente importante, que nos últimos vinte anos tornou-se o grupo social que mais cresce no Brasil, e que atualmente compõe um dos principais pilares de apoio ao bolsonarismo.

O objetivo deste trabalho consiste em analisar as condições que projetaram o populismo reacionário bolsonarista identificando, com base no pensamento de Hannah Arendt, as características da rale nas lideranças evangélicas no Congresso Nacional, definida por Arendt como um grupo social aspirante de poder e com profunda aversão à democracia, compreender o conceito de espaço público e privado para Hannah Arendt, em seguida, relacionar o papel das lideranças evangélicas no parlamento, a partir de uma militância em pautas morais que afetam direitos e liberdades individuais resultando na construção de um espaço público fechado durante o governo Bolsonaro.

No primeiro capítulo serão analisadas as condições políticas que projetaram o populismo reacionário de Bolsonaro sendo avaliados dois aspectos. O primeiro aspecto, busca identificar os elementos formadores do bolsonarismo e ao que essa forma de fazer política se propõe. Para isso utilizaremos o conceito de política quântica de Da Empoli e o das ideias fora do lugar de Roberto Schwarz, por serem as ideias que explicam bem o paradoxo em que consiste o populismo de Bolsonaro.

Dentro dessas condições políticas serão observadas três características no populismo de Bolsonaro: o apelo ao povo, a transgressão institucional e o embate social que modela o espaço público. A manipulação desses três elementos produziu o ataque institucional e legitimado à democracia, usando a estrutura democrática, os institutos legais para atacar a própria democracia radicalizando o espaço público, deslegitimando a política, restringindo o acesso a direitos fundamentais e fazendo uso da liberdade que a democracia oferece para cercear a própria democracia.

O segundo aspecto, busca examinar a crise da democracia que gerou uma crise de legitimidade política criando as condições que fizeram do populismo autoritário bolsonarista uma opção palatável para está o espaço público. Neste ponto, fazendo uso das ideias de Manuel Castells, Clarissa Tassinari e outros, a proposta é compreender como uma crise que se originou na política se transformou em uma crise institucional que formou a foz da política populista de Bolsonaro colocando em xeque a democracia, ameaçando a existência dos

² De acordo com o censo do IBGE de 2010, há no Brasil mais de 42 milhões de evangélicos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>. Acesso em 26 de março de 2024.

direitos e garantias fundamentais, chegando a remodelar o formato constitucional, o que Schwarz coloca como uma ideia fora do lugar, criticando o discurso democrático construído dentro de uma forma autoritária.

Por fim, com o objetivo de entender a relação entre os evangélicos e o bolsonarismo, dois fatores serão examinados. O primeiro tem uma natureza intrínseca que visa compreender o porquê de o populismo bolsonarista ser tão sedutor para parcela dos evangélicos, e aqui com a finalidade de clareza, o recorte dos evangélicos se dará pelos membros e líderes da Frente Parlamentar Evangélica que se tornaram esteio que sustentou as ideias e atos autoritários do populismo bolsonarista: os deputados Sóstenes Cavalcante e Cezinha de Madureira, que foram líderes da Frente Parlamentar Evangélica durante o governo de Bolsonaro, a senadora Damares Alves, a primeira-dama Michele Bolsonaro, que a despeito de não ser política no sentido de dispor de cargo institucional, tem um trânsito contínuo entre os evangélicos, e outras personalidades ligadas à política, que tenham relevância para a discussão deste trabalho em relação às implicações para a democracia e direitos fundamentais.

O segundo fator importante para compreender a relação entre os evangélicos e o bolsonarismo está diretamente ligado à democracia. Neste ponto, buscar-se-á, utilizando das ideias de Herman Dooyeweerd, Gustavo Zagrebelsky e outros, analisar a compreensão dos evangélicos sobre o que é democracia e como tem sido a atuação dos evangélicos, a partir desse entendimento da democracia no espaço público. Como objeto para substanciar a compreensão de democracia para os evangélicos, será feita a análise do livro de Edir Macedo, líder da IURD, que discorre sobre o papel dos evangélicos ao atuarem no espaço público e do livro do deputado federal Marcel Van Hattem (NOVO/RS), membro da igreja Luterana, que vai falar do papel cristão na política e como essa atuação é legitimada pela bíblia.

No segundo capítulo, utilizaremos o pensamento de Hannah Arendt manuseando duas chaves hermenêuticas que auxiliarão na compreensão da relação entre o bolsonarismo e os evangélicos. A primeira chave é o conceito de espaço público, trabalhado através de revisão bibliográfica, buscando demonstrar o dano que o populismo reacionário bolsonarista provoca na democracia e contextualizando com cenário brasileiro o papel que lideranças evangélicas no parlamento tiveram na construção de um espaço público fechado na era Bolsonaro.

A destruição do espaço público e da democracia ocorre quando se exclui a heterogeneidade da equação. A realidade passa a ter outra configuração de forma que o outro já não é mais um aliado na construção de um espaço comum, diverso e inclusivo, mas um inimigo que deve ser combatido, especialmente através da não política.

O avanço civilizatório dentro da sociedade não está acabado, é algo que precisa ser diariamente construído, trabalhado, lapidado, todavia, esse avanço apenas se dá quando todos os envolvidos partilham de um interesse comum, a despeito de terem visões de mundo completamente distintas (Arendt, 2022, p.71). Essa é precisamente a natureza do espaço público, uma aglutinação de pessoas heterogêneas, mas com objetivo de sempre melhorar a convivência no espaço comum e de promover um legado democrático que transcenda a realidade ora posta. Um legado democrático é uma grandeza que somente pode ser alcançada e manifestada no espaço público, não cabe em toda sua plenitude na esfera privada da realidade (Arendt, 2022, p.68).

A segunda chave do repertório arendtiano que pode auxiliar a compreensão do fenômeno populista de Bolsonaro e sua relação com as lideranças evangélicas é o conceito de ralé (mob), que não está ligado a uma lógica meramente classista como vai nos dizer Jessé Souza no seu livro *Ralé Brasileira*³. Conhecer a identidade da ralé, suas características e implicações deletérias para o espaço público ajudam a entender em que se transformou o Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro nessa era disruptiva para a democracia brasileira (Mounk, 2019, p.17).

Para se combater o inimigo, nasceu no cenário político uma figura denominada por Hannah Arendt de ralé, um coletivo social que encontra representatividade em toda a sociedade, cujo principal aspecto se dá pelo uso indiferente da violência (Arendt, 1998, p.127). De acordo com Arendt, a ralé não necessariamente é constituída do povo, que dentro dos processos de lutas históricas tinha como finalidade ter acesso a representatividade social, a ralé, a qual Arendt se refere luta para promover a falência da política, a constituição de um líder forte, a abolição de qualquer perspectiva de diálogo como forma de resolver conflitos.

O populismo reacionário bolsonarista encontrou nas lideranças parlamentares evangélicas características da ralé arendtiana, assim um sistema degenerativo para a democracia passou a ser formado, pois tanto o populismo de Bolsonaro quanto os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica partilham da mesma origem, ambos irrelevantes do ponto de partida de contribuição para vida pública, ambos nutriam ódio pelas

³ É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2024.

lideranças políticas e pelo modelo democrático, logo uma relação ecológica mutualista fora criada com objetivos e benefícios comuns: obtenção de poder e eliminação de qualquer oposição.

Jair Bolsonaro, que nunca foi uma pessoa com relevância para o aprimoramento do espaço público, obteria o poder e marcharia para construção de um populismo radical, já os evangélicos com a ideia de fazer valer no espaço público seu fundamentalismo religioso incompatível com a democracia embarcaram nesta empreitada autoritária.

Após a análise e aprofundamento dos conceitos trazidos nos capítulos 1 e 2, o capítulo 3, como metodologia para compreender o fenômeno do populismo reacionário bolsonarista, analisará os discursos de Jair Bolsonaro feitos fora do espaço institucional dentre aqueles que mais evidenciaram o seu descompromisso com a democracia, bem como os discursos de líderes evangélicos que mais inflamaram a democracia e contribuíram para uma escalada da extrema direita brasileira contra a democracia.

A razão pela qual se buscará analisar os discursos de Bolsonaro fora do espaço institucional que a liturgia da Presidência da República preceitua se dá em função de que um dos pilares de sustentação da política populista reacionária é falar direto ao povo, sem intermediários, visto que até mesmo a imprensa oficial fora deslegitimada. Com relação às lideranças evangélicas, serão analisados discursos proferidos nos canais institucionais e não institucionais como entrevistas em programas de rádio e TV, meios digitais, eventos etc.

Logo, o objetivo de se fazer uma apuração dos discursos é verificar se os elementos que caracterizam a política populista de Bolsonaro estão presentes em seus discursos e se esses elementos são reproduzidos nos discursos e ações das lideranças evangélicas que apoiaram o bolsonarismo. Portanto, como critério de busca dos elementos que identificam uma política populista autoritária e a sua relação com os evangélicos serão utilizadas palavras contemplem o populismo autoritário: falar sempre em nome de Deus, promover a defesa de valores cristãos como a família e educação de filhos, o incentivo à polarização – a política do “nós contra eles” ou o “bem contra o mal”, o desprendimento com os valores democráticos, a apologia à liberdade através da violência, o forte apelo ao povo, a deslegitimação da existência das instituições e a exaltação à figura do líder.

Não se trata de uma lista exaustiva, mas a pesquisa analisou os seguintes discursos: o discurso de Bolsonaro na participação em comemoração ao dia do exército no dia 19 de abril de 2020, o discurso de Bolsonaro durante a participação da marcha pra Jesus em 09 de julho de 2022, discurso de Bolsonaro no dia 07 de setembro de 2022, o discurso de Damare Alves, Ministra dos Direitos Humanos do governo de Bolsonaro, no evento Conservative Political

Action Conference (CPAC) em 2019, discurso de Michele Bolsonaro durante culto no dia 07 de agosto de 2022, entrevista do deputado federal Sóstenes Cavalcante ao portal de notícias UOL no dia 10 de março de 2022, entrevista do deputado Cezinha Madureira ao portal de notícias UOL no dia 14 de janeiro 2021.

Dessa forma, a ideia para analisar os discursos passa pelo entendimento de que são instrumentos poderosos capazes promover uma retórica vazia, como fazia Polônio em Hamlet. O discurso pode ser é um elemento orientador de paixões e bastante hábil para esconder uma realidade que não é óbvia – viver em uma democracia, já que nos discursos de conteúdo autoritário, o emissor e receptor partilham da mesma ideia, em que democracia somente poderá existir de acordo com alguns parâmetros impostos de um grupo (a ralé), impedindo-os de compreender a dimensão e a complexidade do que significa partilhar do espaço público.

Logo, o discurso quando alinhado ao contexto histórico é capaz de produzir uma dissonância cognitiva da realidade, fazendo com que o povo acredite nos paradoxos mais tétricos através do medo ou do ódio (Lima; Serejo, 2023, p.2). Assim, a fórmula utilizada nos discursos será sempre a busca por reduzir a complexidade da vida e apostar na produção dos preconceitos, pois assim, torna-se mais fácil e cômodo discursar a favor do que seria o modelo ideal da família tradicional, por exemplo, do que promover o que Chantal Mouffe vai chamar de democracia emancipatória, ou seja, expandir a democracia, mesmo que a princípio cause um desconforto, porém, é o desconforto de quem cresce para se tornar maior e melhor. Esse é um dos problemas enfrentados pela democracia com o populismo autoritário de Bolsonaro ao utilizar o direito e a política e seus institutos legais para inviabilizar a expansão da democracia.

Como referencial teórico para análise dos discursos deste trabalho, utilizaremos os elementos da linguagem trazidos por José Luiz Fiorin. Para Fiorin, o discurso precisa ser analisado como um objeto cultural (Fiorin, 2022, p.9), de modo que um discurso é produto de conjunturas sociais, históricas, políticas, econômicas que dialogam com uma determinada época, bem como os ensinamentos de Eni Puccinelli Orlandi, ao analisarmos as formas de silêncio nos discursos (Orlandi, 2007, p. 42).

Assim, veremos neste trabalho que alguns discursos, não obstante, trazerem em seu conteúdo elementos de um populismo antidemocrático não foram capazes de promover uma ruptura institucional em razão dos elementos conjunturais de sua época, já outros discursos, estressaram a democracia até ao ponto de haver uma tentativa de ruptura constitucional, como foi o caso do dia 08 de janeiro de 2023.

A despeito deste não ser um trabalho relacionado à área do direito e literatura, o uso de elementos e conceitos literários é capaz de sofisticar a nossa compreensão de problemas abordados nesta pesquisa e enriquecer a nossa percepção sobre questões que necessitam de uma reflexão mais acurada (Shecaira, 2018, p.2).

A importância de usar autores como Machado, Shakespeare, Dostoiévski, Orwell, Golding e outros neste trabalho não se encontra na capacidade de deixar o direito mais humanizado, como vai dizer Shecaira, a competência que a literatura oferece está na capacidade de enxergar os problemas do direito com outras lentes. O direito é ordenado pelo pensamento analítico, racional, doutrinário, lógico, que busca ordenar o fenômeno social de maneira linear, é dessa maneira que as teorias do direito são estruturadas seguindo um processo roteirizado (Mlodinow, 2019, p.17), já a literatura, é organizada dentro do pensamento elástico, uma forma de reflexão mais refinada, pois não segue os roteiros pré-ordenados da estrutura da dogmática jurídica, suas linhas de pensamento atuam em rede, a fim de encontrar novas possibilidades para realidade cada vez mais desafiadora (Mlodinow, 2019, p.129).

ATO I – O POPULISMO BOLSONARISTA

Cena I – Ideias fora do lugar

Historicamente o Brasil é um país que lida com a ideia de constituição como instrumento limitador do poder com alguma dificuldade. A condução de um processo constitucional, por vezes, esbarra na resistência de um lodo autoritário identificado pelo espírito antirrepublicano e pelo uso do Estado como instrumento para atender aos interesses privados, desde os tempos de colônia de Portugal até a República.

Na história do Brasil, daqueles que ocuparam o poder, poucos não flertaram com o autoritarismo. Os exemplos são vastos, de José Bonifácio, no império, que organizava o “empastelamento”⁴ dos jornais, passando por Washington Luís, na República Velha, quando instituiu a Lei Celerada⁵ em 1927, Getúlio Vargas e seu Estado Novo, desaguando no período de ditadura militar de 1964, e mais recente o governo de Jair Bolsonaro.

O populismo bolsonarista é tão descolado da realidade democrática que precisou criar sua própria realidade para que pudesse fazer sentido e justificar a sua existência, realidade essa carregada de contradições sem, contudo, provocar um constrangimento epistêmico em suas bases de sustentação.

Com a finalidade de buscar explicar essas contradições do populismo, Giuliano Da Empoli chama de “política quântica” a falta de uma realidade objetiva que promova parâmetros lógicos de forma que permita aferir a realidade de maneira racional (Da Empoli, 2020, p.174), em outras palavras, o populismo bolsonarista se apropriou dessa configuração quântica que o permite criar seus paradoxos e chamá-los de verdades, no plural, pois cada interação, cada ato, cada proposta de alterar a Constituição Federal, cada decreto, por estar descolado da realidade democrática passa a ser uma verdade manipulável.

Para Da Empoli, a democracia liberal é um formato de mundo newtoniano, que traz em sua concepção uma tradição jurídica liberal, de respeito às regras do jogo, Estado republicanos, separação de poderes, direitos e deveres para governantes e governados (Da Empoli, 2020, p.174).

Ainda nesse mote, o grande arranjo estrutural do mundo newtoniano que possibilitou o avanço civilizacional da humanidade, pelo menos nos últimos 300 anos, foi a construção da

⁴ Empastelar significa misturar, daí a razão pela qual se quebravam as caixas que continham as letras dos tipógrafos para impressão dos jornais, dessa forma tornava-se impossível organizar as letras para impressão do jornal, tornado assim, o jornal sem “voz”. (Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/empastelamento-modo-de-emprego/>. Acesso em 04 de abril de 2024).

⁵ Lei responsável por rigorosa censura à imprensa e outras formas de cerceamento da liberdade de expressão. (Disponível em: https://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/republica1.html. Acesso em 04 de abril de 2024).

ideia de constituições. O sociólogo do direito, Niklas Luhmann, entendia os processos constitucionais do século XVIII como uma função social que teve peso significativo para estabilizar as sociedades em relação à ordem jurídica criando assim, as condições para existência do desenvolvimento da civilização moderna (Luhmann, 1990, p.1).

Todavia, o populismo de Bolsonaro criou uma versão do mundo que se comunica apenas com seus apoiadores gerando a impossibilidade de um entendimento coletivo sobre problemas afetos a toda sociedade (Da Empoli, 2020, p.175). Com a inexistência de uma realidade objetiva abriu-se espaço para a produção de uma política cheia de contradições, o que pode ser considerado, a princípio, temerário e contraproducente para o populismo é precisamente sua maior arma e o grande ganho político da empreitada populista – ser contraditório e continuar sustentando o paradoxo (*Ibid*, p.176) já que não há compromisso com a realidade objetiva, o que permite a criação ou moldura de uma realidade que se comunique diretamente com a ralé bolsonarista.

A contradição do populismo reacionário de Bolsonaro o permitiu construir durante quatro anos de mandato um espaço público fechado desnaturando a democracia e ignorando a existência de um Estado de Direito, não obstante, nos discursos, Bolsonaro afirmar que jogará “dentro das quatro linhas da Constituição”⁶.

O paradoxo bolsonarista é tão deletério para a democracia que ao se construir uma mentalidade entre a ralé que radicalizou o espaço público em nome de valores cristãos, família tradicional, liberdade econômica e segurança pública, Bolsonaro obteve a concessão para promover ações antidemocráticas em nome de pseudovalores que, apesar do discurso libertário, somente ratificou o “*status quo*” da sociedade brasileira.

Bolsonaro não representava o novo, mas a reafirmação do pior que já existia, sobretudo em relação às classes mais pobres em condições de existência desumanas, historicamente consideradas invisíveis sociais. Essa bandeira bolsonarista que evoca valores patrióticos, Hambloch vai dizer que é a bandeira de um constitucionalismo utilizada como uma cortina costurada para esconder as mazelas nacionais (Hambloch, 2000, p.56).

O Brasil é um museu de grandes novidades, ou melhor, é um país onde as ideias estão fora do lugar. Contrastando com a ideia de “política quântica” trazida por Da Empoli que

⁶ Em seu discurso no dia 07 de setembro de 2022, o então presidente Jair Bolsonaro afirma que atuará dentro das quatro linhas da Constituição, contudo não aceitará a interferência do poder judiciário em seu governo por considerar a atuação de seu governo perfeitamente constitucional e àqueles que discordam estão, por conseguinte, fora das quatro linhas da Constituição e precisam ser “enquadrados”. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-set-07/jair-bolsonaro-ameaca-supremo-tribunal-federal-alexandre-moraes/>. Acesso em 04 de abril de 2024.

explica a lógica paradoxal do populismo na contemporaneidade, o professor Roberto Schwarz elaborou o conceito das ideias fora do lugar por meio dos romances e contos do escritor brasileiro – Machado de Assis.

Ao nos depararmos com uma figura como Brás Cubas, personagem machadiano, que escreve suas memórias após sua morte, e aqui Machado faz questão de iniciar sua crítica social com a primeira contradição, um morto escrevendo suas memórias, passa-se a compreender o que o professor Schwarz quer dizer com uma ideia que está fora do lugar, ou seja, uma estrutura social, jurídica, política e cultural que dá um verniz de civilidade e progresso que camufla a realidade brasileira (Schwarz, 2014, p.53).

Brás Cubas era o fiel representante do anacronismo político no Brasil. Em meio à efervescência das ideias liberais, o trabalho e da livre iniciativa, não obstante a apologia a este novo sistema social, como filho dileto das estruturas de dominação social, tinha escravos⁷, não era afeto ao trabalho⁸, e encontrava na política apenas um meio para manter inerte qualquer tentativa que representasse algum avanço social.

A lógica da configuração social brasileira é paradoxal, nesse sentido, Machado já profetizara, ainda no século XIX, a vinda do Messias, no nosso caso, Jair Messias Bolsonaro, encarregado de levar adiante o legado de seu ancestral – fazer uma política contraditória, pois enquanto se lustrou um espaço público aberto, liberal, renovador, inclusivo, a realidade era precisamente oposta.

O discurso de liberalismo do governo de Bolsonaro, capitaneado por seu principal ministro, Paulo Guedes, é um liberalismo à moda machadiana. Um liberalismo que defendia a austeridade fiscal, mas que não se preocupava com a qualidade das relações trabalhistas, a uberização da vida com trabalhadores cada vez mais refêns da lógica do algoritmo e descobertos de qualquer direito social, o incentivo aos garimpos ilegais em reservas indígenas, desmonte da legislação ambiental (Nobre, 2020, p. 25).

CENA II – Anatomia de uma queda⁹

Existem condições para que figuras como Brás Cubas ou Jair Bolsonaro consigam obter espaço e relevância na vida pública. A Constituição Federal de 1988 permitiu a construção de

⁷ Um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher de doce de coco... Prudência, um moleque de casa, era meu cavalo de todos os dias, punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, algumas vezes gemendo, mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um “ai nhonhô!” ao que eu retorquia: - “Cala a boca, besta!” (Machado, p.23, 2019).

⁸ Coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto (Machado, p.178, 2019).

⁹ Filme de 2023 da diretora francesa Justine Triet, que gira em torno da morte do marido de uma escritora alemã, que passa a ser considerada suspeita e abre o convite para que o espectador entre nos pormenores privados do relacionamento do casal.

duas espécies de democracia – a democracia de acesso, caracterizadas pelos elementos formais de legalidade, são as normas que autorizam, por exemplo, o gozo dos direitos e garantias fundamentais no Estado de Direito, mais existe também a democracia de exercício, responsável por construir a ponte entre o desenho constitucional e a pleno exercício dos direitos e garantias constitucionais (Copelli; Moraes; Tassinari, 2023, p.3).

Estabelecida essa diferença, o populismo bolsonarista ganhou força na crise da democracia de exercício, pois essa gerou o que comumente se conhece como crise de representatividade, o que não é algo novo para a democracia, contudo, o populismo se comporta como um agente deletério entre a relação do Direito e a política no sentido de desnaturar institucionalmente aquilo que o Direito construiu e que permite à sociedade ter acesso e exercício a democracia.

A crise de representatividade é uma crise própria da democracia, e faz parte do que Eduardo Giannetti vai chamar de ilusões do humano (Giannetti, 2016, p. 16), ou seja, durante algum tempo acreditou-se que o processo civilizatório colocaria a democracia como o último estágio idílico da humanidade, que a partir dela, o processo civilizatório seria permanentemente estabelecido – finalmente se alcançaria uma sociedade mais ética, plural, igualitária, inclusiva e justa, a saber, uma democracia de efetivo e pleno exercício.

O problema com o arquétipo da Constituição Brasileira é que o modelo institucional desenhado precisava fazer sentido na mente da população, o que não ocorreu, pois o agente que poderia fazer a ponte entre o Estado de Direito se encontra no exercício representativo dos governantes, responsáveis por conduzir e transpor os elementos democráticos da Constituição para o espaço público. Quando essa ligação é quebrada, o cidadão que, antes, encontrava na democracia representativa o espelho de suas aspirações sociais, passa a enxergar que o problema encontra-se exatamente na democracia representativa, no processo político, e dessa forma tem-se o que se chama de crise de legitimidade política (Castells, 2018, p.12).

Em certo período da história constitucional brasileira, maravilhou-se do que a democracia poderia fazer, do que os seus elementos atrelados a um Estado de Direito poderia criar, contudo não se pensou no que a democracia não fez. A política, como instrumento da democracia, se tornou mais uma das ilusões do humano, não sendo capaz de responder as questões legítimas da sociedade: a uberização da vida, automação, revolução industrial 4.0, crises financeiras, violência e crime organizado, crise climática etc. (Castells, 2018, p.18). A política que, em tese, deveria promover a materialização da Constituição na vida social, se

tornou um reduto oligárquico descompromissado com qualquer ideal ético de promoção do bem comum no espaço público (*Ibid*, p.13).

Nesse sentido, o Brasil se transformou em um grande Crime e Castigo com sua disparidade social produzindo todos os dias seus Raskólnikovs¹⁰, que polarizam o espaço público entre ordinários e extraordinários acreditando que mesmo através de ações questionáveis sob a ótica legal ou moral, no final, poderá haver uma justificação para essas condutas.

Ernest Renan, historiador e filósofo francês, investigando o sentimento de identidade nacional, fala que os momentos de crise, perseguição, violência, injustiças, são condições que possibilitam o surgimento do ódio nacional, que agregados a um sentimento revanchista de vingança são capazes de unir um povo mais do que a alegria (Mcgrath, 2012, p.129). Em momentos de crise, as pessoas buscam refúgio, surge então a figura de um líder, uma espécie de Messias, que se avoca na personificação do salvador.

O populismo radical de Bolsonaro se estabeleceu no Brasil e junto à promessa de salvação veio a condição para a redenção – a ruptura constitucional. Esse processo disruptivo foi posto em curso através de um levante contra as elites (intelectuais e artistas), a eliminação da esquerda brasileira como forma simbólica e real de eliminar do cenário público qualquer forma de oposição ao projeto de poder bolsonorista, e ataque sistemático e deliberado às instituições, especialmente o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (Castells, 2018, p.38).

Assim, o populismo bolsonarista se torna uma forma de fazer política que polarizou o espaço público e estabeleceu uma fronteira social do “nós contra eles” (Moufle, 2019, p.31), não obstante, a promessa bolsonarista de solucionar a crise de legitimidade e construir um grande país oferecendo soluções simplórias para questões complexas. O grande problema é que todo esse verniz de democracia esconde um fundo separatista entre ordinários e extraordinários, entre os verdadeiros patriotas e os inimigos da pátria que conspiram contra o país (*Ibid*, p.47).

Diante disso, o Jair Bolsonaro conseguiu fazer com que a política fosse deformada pelo autoritarismo de seu populismo produzindo consequências no campo do Direito. Se o Estado de Direito criou condições para que a política materializasse na esfera pública o exercício dos direitos e garantias fundamentais, a formação de um Estado populista

¹⁰ Personagem da obra Crime e Castigo do russo Fiodor Dostoiévski. “Os homens são divididos entre ordinários e extraordinários. Os homens vulgares deviam viver na obediência e não ter direito a infringir as leis, pelo próprio fato de serem vulgares. Mas os extraordinários teriam o direito de cometer toda espécie de crimes e a infringir as leis de todas as maneiras, pelo próprio fato de serem extraordinários” (Dostoiévski, p.285, 2010).

reacionário vai afetar o Direito ao criar condições legais para sobrepujar as conquistas sociais advindas da democracia liberal.

Assim, a essência do populismo de Bolsonaro se baseia em três pilares: a polarização, a transgressão e o ataque à institucionalidade (Barros, Lago, 2022, p.87).

A polarização na esfera pública foi e ainda é uma das maiores bases de sustentação do populismo de Bolsonaro. A polarização visceral, como chamou Oscar Vilhena aposta no conflito e age para deformar a democracia e o dissenso, elemento fundamental em democracias, foi transformado em confronto radical, embate violento, agressividade gratuita, deslegitimando a existência do contraditório (Machado; Pimenta, Silva; Vieira, 2023, p.11).

Conceituando a polarização, pode-se defini-la como uma dinâmica político-afetiva que age paulatinamente alimentando no inconsciente coletivo sentimentos de ódio ao outro e senso de pertencimento a um grupo, geralmente aqueles que compartilham do mesmo afeto político (Copelli; Moraes; Tassinari, 2023, p.10).

Spinoza vai conceituar o afeto como tudo aquilo capaz de provocar um aumento ou diminuição na potência de agir do ser humano (Spinoza, 2023, p.98). Assim, como a crise de legitimidade causada pela incapacidade da política em propor soluções para os problemas reais da sociedade e promover uma democracia de exercício séria, os afetos de uma parcela considerável da população brasileira foram exacerbados em função de um empobrecimento social e frustração coletiva com a democracia.

Essa dinâmica de crise social não passa incólume pela percepção social, esses são problemas reais de pessoas reais que se veem afetadas pelo mundo que as cerca. Como ninguém oferece uma solução, o bolsonarismo fez uso de todo esse afeto social e o canalizou para o ódio à política e a destruição do espaço público incorporou. Ao incorporar todo ressentimento, frustração, injustiça social, o populismo de Bolsonaro direcionou esses afetos para uma polarização radicalizada. Dessa forma, a polarização política se transformou no colchão onde repousa o bolsonarismo e na parede de ferro que rechaça qualquer ventilação de democracia (Copelli; Moraes; Tassinari, 2023, p.10).

O equívoco do direito e da política nesse curto período de democracia liberal iniciada com a Constituição de 1988 foi compreender a lógica social através das lentes do positivismo, ou seja, já que o Direito está posto será natural e lógico o coletivo social buscar a conformidade com o disposto pelo Estado de Direito.

O problema trazido por Mouffe é que a fidelidade aos preceitos democráticos ocorre com a identificação da sociedade a esses valores da democracia (Mouffe, p.118, 2019), assim, traduz-se em uma esperança vã acreditar que uma racionalidade constitucional tomará conta

da nação quando a verdadeira legitimidade constitucional dada democraticamente à política não encontra na realidade das pessoas a manifestação desses preceitos democráticos (Mendes; Oliveira, 2021, p.14).

A santíssima trindade do populismo bolsonarista se baseia em promover a polarização na sociedade apostando no discurso do “nós contra eles”, nesse caso, apostando no maniqueísmo do povo contra as elites antidemocráticas, o bem contra o mal, no arquétipo evangélico. A segunda característica é o endosso a transgressão institucional, o desprezo pela política e pelo Estado de Direito, que é alimentado dando àquelas pessoas que não encontraram na política a resposta para os problemas da modernidade um inimigo a quem odiar e combater. Por fim, essa estrutura de embate social e institucional autorizou o populismo bolsonarista a desnaturar o Estado democrático de direito fazendo com que as engrenagens que serviam à democracia, agora, modificadas, servissem ao autoritarismo (Lago; Barros, 2022, p.87).

É possível que o elemento mais forte trabalhado pelo populismo e utilizado como liga que uniria a ideologia reacionária e a ação antidemocrática seja o conceito de povo. A definição de povo para o bolsonarismo é bastante distinta daquela estabelecida na Constituição Federal que se pauta por princípios inclusivos, democráticos e pluralistas. O povo para o populismo bolsonarista compreende a parcela da sociedade identificada ideologicamente com a personificação do líder, que partilham do seu desprezo pela democracia, resistem a ideia de inclusão, são excludentes, logo, tornam-se resistentes para conviver com a pluralidade de ideias (Cassimiro; Lynch, 2022, p.188).

O populismo bolsonarista faz a sua base no que Umberto Eco chamou de “populismo quantitativo” (Eco, 2018, p.54), significa dizer que o povo não é e não pode ser visto através das lentes constitucionais, o povo é visto e tratado como uma massa atomizada de indivíduos, que despersonalizada de sua capacidade elementar de pensar, são organizados em torno de uma vontade comum, e essa vontade só pode ser traduzida pela voz do líder, como se esta sagrada vontade somente pudesse ser traduzida através da voz de um mestre que fala a esse povo.

Portanto, o populismo reacionário engendrou uma batalha social e institucional que foi posta em prática no Brasil. Primeiro se declarou guerra as elites, porém, como o populismo de bolsonarista, as ideias são postas fora do lugar, às elites a quem Bolsonaro se referia e declarava guerra são os intelectuais, o funcionalismo público, as universidades, as organizações civis, a classe artística. Essas são as elites que o povo conclamado por

Bolsonaro devia combater. Já as elites do mercado financeiro, a classe empresária e os barões do agro, esses são as vítimas da elite (Lago; Barros, 2022, p.104).

Na ótica de Bolsonaro, a vontade do (seu) povo, que se mostrou cada vez mais comprometido com as ideias autoritárias (Mounk, 2019, p.148) o legitimava a ignorar a ordem legal, ordem essa balizada por uma Constituição Federal, por um ordenamento jurídico e por instituições democráticas, mas nada disso o constrangeu a ponto de recuar em sua empreitada antidemocrática, pois acreditara ser um verdadeiro patriota e representante divino¹¹ para governar o Brasil, e toda e qualquer oposição ao seu mandato é ilegítima (*Ibid*, p.73).

A figura política de Bolsonaro guarda uma relação estreita com o personagem Coriolano de Shakespeare, um soldado romano que fora alçado à posição de Cônsul da cidade de Corioli, contudo o que se viu na figura do soldado, agora político, foi um profundo desprezo pelo processo democrático e uma aversão ao povo e as instituições, o que resultou na instauração de um governo autoritário.

Coriolano tinha uma visão não dialógica para o exercício do poder, assim como Bolsonaro. Era uma pessoa com temperamento explosivo, desequilibrada emocionalmente e com uma moralidade deturpada, pois para o exercício do poder a violência era justificada (Oliveira, 2015, p.92). A eleição de Bolsonaro em 2018 se equipara com a chegada de Coriolano ao poder, que nas palavras de Harold Bloom era um desastre esperando para acontecer (*Ibid*, p.114).

Se o povo, que vê em Bolsonaro a figura de um líder nacional, é a grande massa que servirá para instrumentalizar a marcha contra o Estado de Direito, a transgressão será o elemento por meio do qual o povo será alimentado. A transgressão será o vetor que canalizará a polarização social (Lago; Barros, 2022, p.115).

A semiótica do populismo autoritário se pauta em uma estética teatral. Bolsonaro se comporta como um verdadeiro ator do Teatro Épico de Brecht que busca constantemente romper a quarta parede, a barreira imaginária que separa o ator do público, a fim de se aproximar mais do público e provocá-lo para ter reações mais viscerais: ódio, amor, raiva, tristeza etc. (Fernandes, 2006, p.8).

Algo que é fundamental no teatro brechtiano, assim como na estética bolsonarista é que nada acontece descolado de uma intenção previamente estabelecida. Assim, há a ilusão de

¹¹ Em discurso em Minas Gerais em 17 de set. de 2021, Bolsonaro afirma que quem o colocou na presidência foi Deus, e só ele poderia destituí-lo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-eezIzEm-k>. Acesso em 22 de abril de 2024.

que quando o ator quebra a quarta parede no teatro, ele está se identificando com o público, com os anseios e as reações provocadas pela peça, contudo, a aproximação do ator com o público também faz parte da encenação, o que faz do Teatro Épico de Bertold Brecht uma das vertentes mais poderosas e sofisticadas de provocar reação e encanto do público (Fernandes, 2006, p.9).

O populismo de Bolsonaro ao ignorar as instituições mediadoras da democracia, como o Congresso Nacional e o STF, age como um ator que rompe a quarta parede para falar com mais fervor ao público que o acompanha e provocar reações mais calorosas. Porém, o que o seu povo, por má-fé ou ignorância, não leva em consideração que essa interação direta com o público também faz parte da peça. As motocicletas Brasil a fora, idas a restaurantes populares, seus hábitos alimentares aparentemente simples, as roupas, que dispensando o terno e gravata se mostra usando camisas de times de futebol, o linguajar tido como popular (Lago; Barros, 2022, p.121), tudo isso faz parte do trabalho do ator Bolsonaro.

Para além da estética teatral, Bolsonaro construiu o seu populismo inserindo no espaço público grupos excluídos da cena política. O que a princípio pode parecer uma contradição, já que no populismo emancipador há a inclusão de grupos sociais excluídos e esta é uma das características da democracia representativa, mas não é isso que o populismo bolsonarista está propondo para o espaço público.

A política inclusiva de Bolsonaro não ocorre em função de uma dívida histórica de grupos sociais que foram colocados à margem da democracia e que foram ignorados pelo Estado. A inclusão de Bolsonaro se dá pela via do ressentimento, pois se trata de coletivos sociais excluídos do cenário político pelo desprezo que tinham pela democracia.

Hannah Arendt vai chamar esses grupos de ralé (Lago; Barros, 2022, p.120), que não tem nenhuma relação com classe social no sentido sócio-econômico. Trata-se de grupos sociais que guardam ressentimentos pelas políticas sociais de inclusão e representatividade a parcelas sociais que outrora eram excluídas do processo político, coletivos que enxergam a democracia como instrumento de manutenção de privilégios, pessoas que desprezam a simples presença do outro no espaço público apenas por questões de moralidade deturpada. Essas foram as pessoas que Bolsonaro incluiu na esfera pública, pessoas que não nutrem qualquer apreço pela inclusão social, aprimoramento da democracia e melhora do espaço público.

A obra distópica de Bolsonaro está quase completa. Para finalizar a sua pintura será feito uso de mais um elemento de sua paleta de pintura reacionária – a transgressão institucional. As Instituições democráticas estão para além de um conjunto arquitetônico das

idades, guardam relação com estrutura de convívio democrático que sustenta e disciplina o modo de se conviver em sociedade (Lago; Barros, 2022, p.124). O ataque aos prédios dos três poderes em Brasília em 08 de janeiro de 2023 não foi um simples ato de depredação patrimonial, antes, foi uma tentativa de derrubar as instituições e o modo de vida democrático adotado no Brasil.

O populismo reacionário de Bolsonaro adotou uma estratégia vencedora, pois conseguiu desnaturar a democracia no Brasil legitimamente, já que um golpe no sentido formal, com tanques na rua, estado de sítio, abolição da constituição com ruptura institucional não seria viável (Cassimiro; Lynch, 2022, p.189). Portanto, seria necessário fazer o jogo duro constitucional – um golpe com jeito de golpe, cheiro de golpe, andar de golpe, mas que, segundo Bolsonaro, jamais ultrapassou as quatro linhas da Constituição.

Aqui, mais uma vez se faz necessário considerar as ideias fora do lugar. As instituições do Estado de Direito, criadas pela Constituição para promoverem agendas inclusivas e com isso melhorar o espaço público, na era Bolsonaro tiveram outro destino, o de promoverem o retrocesso social, civilizatório, caminhando em uma direção oposta ao estabelecido na Constituição Federal (Machado; Pimenta; Silva; Vieira, 2023, p.12).

A era bolsonarista, e aqui nos referimos à era por entender que esse contexto de populismo reacionário não se refere a um momento na história, mas a um período em que a democracia será posta à prova (Mounk, 2019, p.17), é marcada pelo uso sistemático da democracia para desnaturar a própria democracia, o que parece ser um movimento paradoxal, utiliza o poder e legitimidade constitucional para promover uma autocracia travestida de democracia.

O populismo reacionário de Bolsonaro trafega pela estrada do infralegalismo autoritário (Barboza; Glezer; Vieira, 2023, p.41), que se orienta pela ideia utilizado por Coriolano quando ignora e despreza qualquer relação dialógica com exercício institucional. Dessa forma, o populismo de Bolsonaro buscou, nos primeiros anos de seu mandato, deslegitimar a existência do Congresso Nacional e assim se colocar como único mediador entre o povo e a política. Umberto Eco vai dizer que toda vez que um político coloca em xeque a legitimidade do Parlamento, por não mais representarem a “voz do povo”, pode-se sentir o cheiro do fascismo (Eco, 2018, p.58).

Ao longo do seu governo, Bolsonaro editou uma quantidade ilógica de decretos¹², primeiro, como forma de driblar o diálogo institucional com o Congresso Nacional, e

¹² Do total de 1.426 decretos editados por Bolsonaro, 314 alteraram a estrutura da burocracia federal, modificando funções, composições ou competências, delegando atribuições, criando ou extinguindo órgãos...

segundo, com o propósito de alterar a estrutura da administração pública desfigurando a finalidade dos órgãos e autarquias federais responsáveis por realizar a execução das políticas públicas¹³, perseguindo servidores públicos por questões ideológicas, mitigando a participação da sociedade civil¹⁴ em colegiados da administração pública que atuam com questões caras à sociedade (Barboza; Glezer; Vieira, 2023, p.41).

A desnaturação democrática provocada pela política populista de Bolsonaro se deu em todas as áreas sociais, por conseguinte, as políticas públicas que deveriam atender as demandas sociais foram paralisadas, extintas ou se transformaram em políticas públicas excludentes. Toda estrutura do governo se tornou um grande espaço para ideias fora do lugar.

O Ministério do Meio Ambiente responsável por preservar o meio ambiente se tornou um grande patrocinador ações contra o meio ambiente, assim, o discurso não acompanhava a prática. A tragédia do povo yanomami se deu quando a FUNAI foi entregue a grupos ligados ao garimpo ilegal¹⁵ em território indígena. Contudo, o caso mais emblemático nessa quimera populista das ideias fora do lugar seja o caso da Fundação Cultural Palmares¹⁶, responsável por elaborar e promover a cultura negra nos seus mais diversos espectros, mas que durante o governo Bolsonaro foi cooptada pela ala reacionária ideológica promovendo uma política de aberta hostilidade com os movimentos negros. (Barros; Lago, 2022, p. 33).

O espaço político brasileiro tem como afã a permissividade para o aparecimento de figuras como Bolsonaro. Quando se abre mão da liberdade, colocamo-nos nas mãos de um líder providencial (Hambloch, 2000, p. 58), e ao invés de nos ocuparmos com o

Quase 80% (251 de 314) dos decretos de reestruturação editados por Bolsonaro atingiram colegiados da administração pública (Barboza; Glezer; Vieira, p.42, 2023).

¹³ A MP 870/2019 extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) responsável por articular de forma intersetorial as políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional. O Consea voltou as suas atividades com o Decreto nº 11.421/2023 que alterou sua estrutura sendo composto por 2/3 representando a sociedade civil e 1/3 com representantes do governo.

¹⁴ No início de 2019, Ilona Szabó foi convidada a participar do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, vinculado ao Ministério da Justiça, como representante da sociedade civil. Trata-se de um conselho criado para propor diretrizes à política criminal e penitenciária do Brasil. O convite fora feito pelo então Ministro da Justiça Sergio Moro, e teve como base a sua atuação de quase duas décadas na área da segurança pública. Após 48h de ter seu nome publica em diário oficial para compor o conselho, uma campanha maciça nas redes sociais orquestrada por fanáticos de extrema direita forçou o Ministro Moro a demiti-la da função a qual foi convidada (Szabó, p.41, 2020).

¹⁵ A reportagem publicada no site Agência Pública mostra que o garimpo ilegal utiliza as bases na FUNAI em Roraima, que deveria proteger os yanomamis, mas servem a estrutura do crime organizado. Disponível em: <https://apublica.org/2023/01/garimpo-ilegal-utilizou-base-da-funai-que-deveria-protoger-yanomami-mostra-oficio-inedito/>. Acesso em 24 de abril de 2024.

¹⁶ Indicado pelo então presidente Jair Bolsonaro no final de 2018, Sergio Camargo assumiu a presidência da Fundação Palmares em 2019, em meio a manifestações contrárias de artistas, intelectuais, integrantes dos movimentos negros por conta de suas afirmações polêmicas que deslegitimam a luta dos movimentos sociais, especialmente os movimentos negros. Disponível em: <https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/12/preto-de-alma-branca-o-que-faz-sergio-camargo-no-comando-da-fundacao-palmares/>. Acesso em 24 de abril de 2024.

desenvolvimento de um constitucionalismo genuinamente brasileiro, que seja compatível com a realidade nacional e atenda as necessidades e desafios que o Brasil demanda, estamos preocupados em encontrar um líder providencial, no fundo, é possível que sejamos como Gulliver, estamos sempre à espera de um navio para nos resgatar.

A ideia de Constituição não é um contrato entre iguais, mas um acordo entre desiguais, a fim de que nenhum grupo prevaleça sobre o outro. A maioria terá seus direitos garantidos, porém as minorias serão igualmente reconhecidas, isso é o que Dworkin chama de democracia comunitária. A democracia jamais se propôs em ser a arte do consenso, e isso não pode passar ao largo da jurisdição constitucional (Vilhena, 2013, p. 19).

O sucesso do empreendimento populista reacionário de Bolsonaro consiste no fato de que o cidadão está cada dia menos comprometido com a democracia e mais aberto à ideias autoritárias (Mounk, 2019, p.148). Para Mounk, um motivo que ajuda a explicar a descrença na democracia é a pouca noção de uma geração que desconhece o que significa viver em um sistema autoritário (*Ibid*, p.151), por isso a ideia de democracia e o encanto com líderes que abraçam o rompimento institucional seja tão provocativo.

A democracia se assemelha a uma grande fortuna de família, construída por uma geração ancestral e entregue à geração do seguinte para ser usufruída, melhorada e ampliada. O problema da geração que nasceu em um país democrático é a mesma dos herdeiros de grandes fortunas, desconhecem completamente o preço pago pelo conforto que têm, por isso vivem de forma pródiga acreditando que aquela fortuna deixada por seus ancestrais foi obra do acaso e jamais de extinguirá, e hoje, usam a democracia para acabar com a própria democracia.

Há diferenças estruturais o populismo reacionário de Bolsonaro e a democracia, já que essa não é um sistema que suporta não-democratas. A despeito das crises na democracia, as dificuldades de conviver com os desiguais, o embate de ideias em razão do pluralismo, todos os problemas que ocorrem no espectro democrático são possíveis de serem resolvidos democraticamente. Contudo, quando parcela da população se volta contra a democracia, as instituições democráticas precisam ser acionadas, como um sistema de emergência, a fim de evitar que o povo, que criou politicamente a democracia, não venha a destruí-la politicamente.

A função de instituições como o STF diante do cenário populista autocrático construído no governo Bolsonaro é parecida com a função do personagem Porquinho de William Golgind no clássico – *Senhor das Moscas* (2021). Resumidamente, alguns garotos sofrem um acidente de avião e caem em uma ilha, que tem seus encantos e belezas, porém

toda beleza desse paraíso é arrebatada quando uma disputa pelo poder passa a existir e o exercício da tirania torna-se o fio condutor na vida daqueles sobreviventes.

Todos queriam ser resgatados daquela ilha, porém o líder Ralph que, a princípio, partilhava dos mesmos interesses começou a ter pautas próprias, sua liderança se tornou violenta, sua beatice era cada dia mais comprometida com suas ideias de poder absoluto sobre o grupo, e como efeito manada, esse modelo político se espalhou fazendo daqueles garotos uma milícia particular e violenta que servia exclusivamente ao líder.

Então temos um personagem racional nessa história, Porquinho, que ousou ser a voz contramajoritária dentro daquela pequena sociedade. Porquinho dizia coisas que contestavam o poder do líder “Como vocês esperam ser salvos, se não fazem as coisas direito e nem na ordem certa?”, por isso, sua existência era deslegitimada por Ralph, o líder, e pelos demais (Golding, 2021, p. 49).

As últimas palavras de Porquinho antes de ser morto pelo fanatismo do líder “O que vocês preferem a lei e serem salvos, ou caçar e acabar com tudo?” (Golding, 2021, p. 192). Como atores, criados constitucionalmente para atuarem em tempos de cólera, o papel das instituições democráticas é exatamente o papel de Porquinho, ser uma voz dissonante dentro de uma realidade que foi suplantada pelo radicalismo de um líder autoritário.

Há uma equivocada interpretação de que uma ideologia radical, autoritária, está descolada da realidade e só existe no campo das ideias. Zizek adverte que as ideias estruturam a realidade, são essas ideias radicais que pavimentam a estrada do populismo reacionário e permitiram a ação golpista de 08 de janeiro de 2023 no Brasil (Zizek, 2015, p. 221).

Cena III – Zona de interesse¹⁷

Este trabalho tem procurado analisar quais os elementos constitutivos do populismo bolsonarista que levaram os evangélicos, especialmente àqueles ligados às igrejas com representação no Congresso Nacional, a se associarem ao projeto iliberal de poder. Assim, para fins de clareza, a referência aos evangélicos tem como recorte as maiores denominações do país que elegeram seus representantes: Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de

¹⁷ Filme de 2023, dirigido por Jonathan Glazer, adaptado do romance homônimo escrito por Martin Amis em 2014. Em Zona de Interesse, Rudolf Höss, comandante de Auschwitz, e sua esposa Hedwig, desfrutam de uma vida aparentemente simples, em uma bela casa com jardim, mas, por trás da fachada de tranquilidade, a família feliz é vizinha do campo de concentração de Auschwitz. O dia-a-dia destes personagens acontece entre os gritos abafados e os fornos queimando gente dia e noite, fazendo de uma família comum alemã parte de um dos maiores genocídios da história.

Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Batista, Igreja Internacional de Graça de Deus.¹⁸

A ideia é que, a partir da compreensão dos elementos que estruturam o populismo reacionário de Bolsonaro seja possível compreender a razão pela qual os evangélicos se tornaram uma das principais bases de apoio de uma política reacionária de Bolsonaro que desnaturou o espaço público.

Ainda é cedo para enxergar o quadro geral e todas as implicações que o envolvimento dos evangélicos com populismo iliberal trará para a democracia, porém, uma considerável amostra dessa união pode ser percebida durante o governo de Jair Bolsonaro, e o resultado foi e ainda pode ser sentido com o recrudescimento da polarização política, fechamento do espaço público e ataque sistemático à direitos garantidos pela Constituição, mas que são cerceados (i)legitimamente através do uso de instrumentos democráticos.

A primeira pontuação que deve ser feita é com relação à neutralidade religiosa. Como qualquer outro grupo social organizado, os evangélicos têm objetivos bastante específicos, liderança e assessoramento organizados e capilaridade política e social para executar uma agenda de poder, portanto, a realidade não autoriza o uso de uma ideia de neutralidade dos evangélicos quando atuam institucionalmente no espaço público.

Desde a redemocratização, a atuação dos evangélicos no espaço público era minimizada, e até mesmo ignorada¹⁹, como grandes placas geológicas, que não são percebidas através dos sentidos. O debate mudou de perspectiva quando essas placas se moveram e seus efeitos puderam ser objetivamente percebidos dentro do arranjo social (Clouser, 2022, p. 12).

Na história constitucional recente, a classe política ignorava a presença dos evangélicos no parlamento, sua importância era relegada a comissões sem grande representatividade, sua presença e influência política se assemelhava a Bolsonaro: inexpressiva e exótica. Os evangélicos faziam parte do que se convencionou chamar de baixo clero político. Somente no governo Lula, os evangélicos ganharam algum protagonismo no cenário político, especialmente políticos vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus

¹⁸ Consultar o documento sobre o novo Congresso disponibilizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), legislatura 2023-2027. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/category/13-radiografia-do-novo-congresso>. Acesso em 09 de maio de 2027.

¹⁹ Tonico Ferreira, repórter da Rede Globo entre 1981-2018 vai dizer que: os evangélicos no Brasil foram esquecidos por toda a mídia, não só pela TV Globo. E foi um desconhecimento movido não por decisão editorial, mas pelo fato de a elite cultural e acadêmica ter dificuldade em acolher os valores mais conservadores da sociedade. Jornalistas tendem achar que essas pessoas são atrasadas, burras, preconceituosas e não merecem ser ouvidas (Ballousier, 2024, p.77).

(Dip, 2024, p. 78). Entretanto, com a eleição de Bolsonaro em 2018, os evangélicos passaram a compor o núcleo do poder na República, sobretudo, o núcleo ideológico, e, a partir dessa parceria, o Brasil pode sentir o movimento das placas tectônicas em sua democracia.

A razão pela qual o populismo reacionário de Bolsonaro foi tão bem recebido pela Frente Parlamentar Evangélica é que ambos partilham da mesma composição ideológica, ambos apostam na mesma lógica política e têm projetos de poder que excedem o limite da democracia. Tanto a populismo bolsonarista quanto os evangélicos incentivam a polarização política, na transgressão institucional e no conflito social, uma espécie de cruzada do bem contra o mal.²⁰

O momento político-social de crise na democracia, a qual o Brasil atravessa, com exacerbação do fanatismo político que se alimenta de uma agenda conservadora endossada pelo bolsonarismo, propiciou que evangélicos avançassem na ocupação de espaços de poder tendo como pano de fundo o proselitismo religioso e apologia as pautas ligadas a agenda moral.

O deputado federal Marcel van Hattem em seu livro *Política é coisa do diabo? A relevância da política na bíblia e na vida do cristão* vai falar que Bolsonaro ao ser eleito em 2018 representaria a volta de Deus à vida pública, em alusão aos anos passados de governo de esquerda que não tinham em seus programas uma relação tão íntima com a religião (Hattem, 2021, p. 23).

De acordo com Hattem, a participação dos cristãos na política é importante para preservar a laicidade do Estado, e que esse é um postulado divino. Portanto, garantir a liberdade religiosa, o livre exercício das crenças ou não crenças deve ser pauta ativa na atuação dos evangélicos na política. Logo, todo evangélico que tenha vocação para o exercício da vida pública podem e devem participar dela (Hattem, 2021, p. 91-92).

Edir Macedo, líder da igreja Universal do Reino de Deus, escreveu um livro chamado *Plano de Poder – os cristãos e a política*, em que conclama os cristãos a se engajarem na política como parte do projeto de nação de Deus (Macedo, 2008, p. 52). A lógica que

²⁰ O então presidente e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), e a primeira-dama à época, Michele Bolsonaro, participam de culto dos 50 anos do ministério do pastor Márcio Valadão, na igreja Batista da Lagoinha em Belo Horizonte em 07 de agosto de 2022. Na ocasião, Michele Bolsonaro diz “É um momento muito bom quando a gente ta reunido com os nossos irmãos em Cristo Jesus e saber que a nossa esperança está nele. É um momento muito difícil, irmãos, não tem sido fácil, como Ele mesmo fala, é uma briga do bem, é uma guerra do bem contra o mal, mas eu creio que vamos vencer e as promessas do senhor vão se cumprir sobre a nossa nação. A nossa nação é uma nação rica, é uma nação próspera, ela só foi mal administrada. Quem somos nós? Um deputado e uma dona de casa, mas o Senhor viu graça em nós, e nós estamos aqui só pela obediência do Senhor, não queremos, queridos, nenhum projeto de poder?”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YmMe-kaDmj0>. Acesso em 11 de maio de 2024.

fundamenta a apologia de Macedo utiliza uma premissa teológica, na qual o poder deve estar nas mãos do povo de Deus a partir da ordem da criação (*Ibid*, p.12), e esse povo (evangélicos) é chamado a fazer parte da construção do projeto político de Deus (*Ibid*, p.119).

A outra premissa é política, e usa da filosofia política de Maquiavel e Hobbes para sustentar o argumento de enxergar a política como a arte de governar, e, por conseguinte, uma forma de exercício do poder (Macedo, 2008, p. 35). A partir do crescimento dos evangélicos no Brasil nos últimos 20 (vinte) anos, os espaços institucionais de poder deveriam ser ocupados. Esse é o projeto de nação de Deus, que Macedo entende ter sido confiado aos evangélicos.

Essa lógica de ocupação dos espaços de poder está tão enraizada na mentalidade das lideranças evangélicas no Congresso Nacional, que o deputado federal, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), afilhado político do pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (Balloussier, 2024, p.82), ao ser questionado durante uma entrevista para o Canal UOL de notícias, em 10 de março de 2022, sobre o plano de poder dos evangélicos e se o objetivo era de um dia ocupar a presidência da república, o deputado Sóstenes responde:

Aonde queremos chegar? Queremos chegar no máximo possível, porque é uma meta do evangélico. Nós temos uma ordenança à luz da nossa fé de levarmos o que acreditamos a todas as pessoas, então nós vamos, nós, os evangélicos, não teremos limites para nossa ação de fé evangelizadora, como não teremos limites para ocupar os espaços de poder da nossa nação.²¹

Há quem justifique esta ocupação dos evangélicos nos espaços institucionais de poder com o argumento de que instituições comandadas por pessoas munidas de valores cristãos poderiam promover um rearranjo na crise democrática ao buscar um retorno aos princípios cristãos de família, moralidade, cultura popular, pautas que os evangélicos direcionam a maior parte dos seus esforços no parlamento.

A fim de buscar desmistificar essa ideia, que ocupou o ideário da atuação evangélica, de que basta que o “povo de Deus” ocupe o espaço público para que uma mudança significativa ocorra nas estruturas sociais, recorremos aos ensinamentos do jurista e filósofo holandês, Herman Dooyeweerd, que desenvolveu o conceito da soberania das esferas.

²¹ O UOL Entrevista recebeu no dia 10 de março de 2022 o deputado federal Sóstenes Cavalcante para falar sobre os evangélicos na política, sua atuação e seu projeto para ocupar os espaços públicos. A entrevista foi conduzida pela apresentadora Fabíola Cidral e pelos colunistas: Josias de Souza e Leonardo Sakamoto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ko8smS24pFI>. Acesso em 15 de maio de 2024.

Para Dooyeweerd, a vida se organiza em várias dimensões ou aspectos, os quais ele chama de modos²² da realidade. Assim, a vida humana é composta por várias dimensões como se fosse um grande prisma da existência, e cada lado da figura representa uma área específica, logo, cada área da vida é governada por uma esfera de soberania, e essa estrutura não pode ser reduzida ou subordinada por outra esfera, portanto não há que se falar em hierarquia. Dooyeweerd entendia que cada aspecto da vida se encontrava em paralelo em relação ao outro, jamais sobrepostos, dessa maneira, não existe área da vida que seja mais importante que a outra (Dooyeweerd, 2014, p. 27).

Seguindo essa premissa dooyeweerdiana, todas as vezes que uma esfera de soberania tenta interferir em outra há uma injustiça, e este é o problema da atuação dos evangélicos na política. A ocupação do espaço público ocorre sob um viés sectário, proselista e violento, que desnatura a democracia usando da própria abertura pluralista que a democracia oferta.

Não é ilegítimo que os evangélicos ocupem o espaço público, a ilegitimidade acontece quando pautas importantes na democracia são suplantadas pelo aspecto religioso de líderes evangélicos que se encontram posição de poder, e a partir disso, fazem valer suas crenças no espaço público próprias de uma esfera da realidade, que não necessariamente deve ser colocada para as demais áreas da convivência social. O Estado não pode ser o púlpito da igreja, e nem a igreja um palanque político (Dooyeweerd, 2014, p. 91), assim, deve-se observar em qual aspecto modal se está inserido e qual a configuração do núcleo de cada esfera. O espaço público não pode ser regido ou está subordinado ao aspecto da fé.

A transgressão evangélica que corrobora com o populismo bolsonarista está na forma de atuar na política, que usa a democracia ignorando e agredindo a própria essência da democracia. Ghirardi vai dizer que democracia não é apenas um regime político, é antes de tudo uma ideia de sociedade que partilha um pacto de mutualidade social erigindo valores éticos que formam um sistema sociopolítico, o qual se torna a pedra angular dos sistemas constitucionais (Ghirardi, 2023, p. 345).

Houve no Brasil, a união perfeita entre os evangélicos e o bolsonarismo, ligados pelo cordão do fundamentalismo político. Basicamente a atuação dos evangélicos no Congresso Nacional gira em torno de pautas morais que impedem a ampliação dos direitos fundamentais

²² Herman Dooyeweerd as dimensões da existência humana são compostas de quinze aspectos modais, ou seja, quinze núcleos irreduzíveis da realidade organizados de forma interdependente: numérico, espacial, cinemático, físico, biótico, sensitivo-psíquico, lógico, histórico, linguístico, social, econômico, estético, jurídico, ético e o da fé. Esses aspectos são mutuamente irreduzíveis, sendo soberano em seu próprio domínio. (Dooyeweerd, 2014, p.25,26,27).

e torna o espaço público cada vez mais radicalizado aumentando a polarização, o famoso nós contra eles, ou, na visão dos evangélicos: o bem contra o mal.

A atuação dos evangélicos em torno de pautas morais é tão forte que no Brasil, atualmente, é impossível se falar e união homoafetiva, escolas, sexualidade, direitos reprodutivos sem falar em evangélicos (Filho, 2019, p. 2).

Somente como rol exemplificativo, alguns projetos que tramitaram no Congresso Nacional e tiveram forte oposição ou apoio dos evangélicos, a depender do interesse em razão de suas convicções de moralidade e fé: PL Nº 122/2006 que previa alteração da Lei 7.716,1989, criminalizando a homofobia, a mobilização para impedir que o Ministério da Educação entregasse para as escolas o Caderno Escola sem Homofobia, que visava promover o diálogo no ambiente escolar sobre a discriminação por orientação sexual, o qual foi pejorativamente classificado de “kit gay” (Mariano; Sales, 2019, p. 9), PL Nº 6.583/2013 conhecido como estatuto da família que prevê como organização familiar a união entre um homem e uma mulher, o PL 867/2015 conhecido como Escola sem Partido, que vai de encontro aos princípios de uma educação emancipatória e deslegitima a autoridade do professor em sala de aula, mas há também o PL Nº 6.055/2013, proposto pelo pastor Francisco Eurico da Silva (PL-PE), membro da Frente Parlamentar Evangélica, que objetiva revogar a Lei Nº 12.845/2013, que assegura o atendimento obrigatório e integral de vítimas de violência sexual (Dip, 2024, p. 24).

Na área da educação, no Estado de Pernambuco, o PL 709/2016, que posteriormente declarado inconstitucional (Aquad; Roseno, Silva, 2019, p. 15), proposto pelo pastor e deputado estadual, Joel Harpa²³, tinha como objetivo proibir que os profissionais da educação das escolas do Estado de Pernambuco fizessem qualquer referência à ideologia de gênero no ambiente escolar. A justificativa, segundo o deputado Joel Harpa, era que, de acordo com a Constituição Federal (CF) nos Art. 227, § 4º, que prevê o dever do Estado e da família assegurar a educação da criança, e Art. 226, que dispõe da proteção integral da família, formada por homem e mulher, não sendo permitido ao Estado interferir na educação familiar, sobretudo ao se referir à ideologia de gênero nas escolas, haja vista a vulnerabilidade intelectual dos estudantes.

Seguindo essa lógica, pessoas homoafetivas não teriam direito a constituir família, ou seja, o Estado Democrático de Direito seria o principal agente impeditivo das pessoas, que

²³ Projeto de Lei que dispõe sobre a proibição de lecionar sobre qualquer temática relacionada à ideologia de gênero no âmbito educacional do Estado de Pernambuco. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=35BAB42F0DCAD1E103257F6C005656A6>. Acesso em 13 de maio de 2024.

não seguem a corrente cristã, de usufruírem direitos e garantias fundamentais. Assim, é possível identificar elementos do populismo reacionário de Bolsonaro nas ações promovidas pelos evangélicos, como é o caso desse projeto de lei do deputado Joel Harpa.

A educação pública, acusada de ser uma área dominada pela esquerda com o propósito de doutrinar as crianças inculcando em suas mentes a ideologia de gênero que tem a finalidade de destruir a tradicional família brasileira (Mariano; Sales, 2019, p. 9), quando subordinada ao conceito cristão-evangélico de educação, tendo pastores que desempenham uma função legislativa, que desconhecem os processos pedagógicos e mesmo assim buscam alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em razão de sua cosmovisão religiosa, tem-se, com isso, uma agressão à democracia, ao princípio do pluralismo político.

Tomando como pressuposto a filosofia de Dooyeweerd, o aspecto da fé não deve ter ingerência sobre a esfera pública, tendo em vista que a composição dos seus núcleos modais é distinta. Nessa toada, não obstante os evangélicos militarem para restringir o conceito de família, compreendido por eles como sendo somente homem e mulher, Filho vai dizer que o Art. 226 da Constituição Federal teve seu conceito ampliado no julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132 e Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.277, ambas de 2011, e embora o desenho constitucional brasileiro seja inclusivo dando à família a competência de conduzir o processo educativo, duas observações precisam ser pontuadas (Filho, 2019, p. 7).

A primeira é que o conceito de família, ampliado através da ADPF 132 e ADI 4.277, permite a formação de novos arranjos familiares no espaço público vendando iniciativas legislativas de cunho discriminatório. Segunda observação, os princípios da educação descritos no Art. 206 não criam uma obrigação para o Estado de conduzir políticas públicas com base em valores religiosos ou de fé, ao contrário, a educação tem, precisamente, a função de formar pessoas a partir da multiplicidade de ideias. A sala de aula não é o lugar de fundamentalismos, pelo contrário, é o lugar onde as várias correntes do conhecimento se encontram, e até mesmo o ensino religioso, previsto no Art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação²⁴, deve “assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedado qualquer tipo de proselitismo” (Filho, 2019, p. 7).

²⁴ A Lei 9.493/1996 estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. No Art. 33 a lei dispõe que o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

A incompatibilidade entre a democracia e o populismo iliberal de Bolsonaro, endossado e sustentado pelos evangélicos, é que a democracia não traz em seu núcleo elementos jurídico-políticos, responsáveis por criar a ordem legal, permeados de singularidades, ao contrário, a democracia é o regime constitucional pluralista (Rancière, 2014, p. 71). Diante dessa lógica, a atuação dos evangélicos no parlamento provoca uma redução do espaço público ao buscar fazer da confissão de fé um instituto jurídico que implica no comportamento das pessoas e modo de agir do Estado.

O pastor e deputado Marco Feliciano (PSC-SP),²⁵ no dia 16 de dezembro de 2013, foi à tribuna da câmara dos deputados para fazer uma avaliação de sua atuação como presidente da Comissão de Direitos Humanos Minorias e Igualdade Racial (CDHM). Nesta ocasião, o pastor e deputado Feliciano estrutura um discurso carregado com elementos constitutivos do populismo reacionário que Bolsonaro faria uso cinco anos depois.

Marco Feliciano inicia seu discurso chamando a atenção para um contexto de grandes adversidades “como todos acompanharam, a luta foi árdua, desumana”, e continua ressaltando as enormes batalhas que travou, porém, agora ele diz a qual guerra está se referindo “a luta em favor da família bíblica tradicional, composta de pai, mãe, e filhos, e também pela vida desde a sua concepção”. A seguir, Feliciano insere em seu discurso o elemento mais essencial para o radicalismo – a ideia de povo (Diário da Câmara dos Deputados, 2013, p. 64,65):

Nesta hora, em que precisamos unir forças, conclamo pessoas de todas as religiões para nos irmarmos por um ideal comum em defesa da família e da vida, pois o inimigo é ardiloso. Quando nos acusam de fundamentalistas, tentam desviar o foco de suas reais intenções, que são de tentar impor seus valores onde forças não tão ocultas, mas ardilosas, tal qual a serpente citada na Bíblia, tentam impor uma nova nomenclatura “gênero” ao se referir ao sexo masculino ou feminino, excluindo as palavras “pai” e “mãe”.

Estabelecido quem é o povo, o qual Marco Feliciano se refere e conclama – o povo de Deus, aquele suscitado por Edir Macedo com uma missão divina de ocupar os espaços de poder, é preciso dá um inimigo contra quem lutar (Barros; Lago, 2022, p.89), um inimigo que ameaça a ordem, no caso, os valores morais-cristãos, logo, eliminando o inimigo, vencendo o mal, à sociedade será dada a vitória. Assim, o espaço público passa a ser regido pelo medo tornando-se um espaço de polarização e radicalismo.

Senhores, imaginemos o que nos espera num futuro próximo se nada for feito hoje. Querem começar a educação das crianças cada vez mais cedo, substituindo os pais

²⁵ Discurso do pastor e deputado, Marco Feliciano (PSC-SP), no dia 16 de dezembro de 2013, ao fazer um balanço de suas atividades como presidente da Comissão de Direitos Humanos Minorias e Igualdade Racial (CDMU). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=marco+feliciano&txPartido=PSC&txUF=SP&dtInicio=16%2F12%2F2013&dtFim=16%2F12%2F2013&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar#>. Acesso em 15 de maio de 2024.

na educação básica, impondo valores alienígenas já na primeira infância, com a clara intenção de criar uma geração de pessoas versáteis para a sexualidade, onde entra a palavra gênero.

A Frente Parlamentar Evangélica tem um cordão umbilical com o populismo de Bolsonaro, pois tem características mais reacionárias do que propositivas (Barroso; Silva; Rocha, 2021, p.20). Seu escopo de atuação está concentrado em restringir direitos e garantias fundamentais de mulheres e comunidade LGBTQIA+, atacar à educação sob a justificativa de ter se tornado uma fábrica de produção ideológica deslegitimando o professor e a liberdade pedagógica de construção de currículos que atendam a necessidade dos estudantes.

A profecia de Edir Macedo se cumpriu, os evangélicos se tornaram uma força capaz de decidir qualquer disputa eleitoral (Sinner, 2010, p. 8). De acordo com o estatístico, José Eustáquio Alves²⁶, o voto dos evangélicos em 2018 decidiu a eleição em favor de Jair Bolsonaro. A diferença de votos entre Fernando Haddad e Jair Bolsonaro foi de pouco mais de 10 milhões, os evangélicos deram a Bolsonaro 11 milhões de votos (Mariano; Sales, 2019, p. 12).

Conduto, apesar do seu poder de decisão eleitoral e o peso político, chama atenção a atuação fundamentalista dos evangélicos no espaço público. O historiador, Philip Jenkins²⁷, vai dizer a religião é a principal força canalizadora de conflitos na humanidade (Sinner, 2010, p. 6), e, embora, houvesse uma secularização e a tentativa de afastar a religião do espaço público, há espaço para a religião no mundo contemporâneo, desde que dialogue com as outras esferas da vida (Tosi, 2018, p. 32).

A democracia por natureza é relativista, não é absoluta, dogmática, fechada (Tosi, 2018, p. 33), sob esse postulado é inadmissível para um espírito fundamentalista (Zagrebelski, 2011, p. 37). O núcleo democrático é formado pelas perspectivas de possibilidades, de horizontes hermenêuticos carregados de elementos céticos. Se a democracia pudesse ser

²⁶ Bolsonaro ganhou de pouco entre os católicos (houve praticamente um empate) e também ganhou entre os espíritas e as outras religiões (mas sem uma diferença tão significativa no montante de votos). Haddad ganhou entre as religiões Afro-brasileiras, entre as pessoas que se autodeclararam sem religião e entre os ateus e agnósticos (mas também sem uma diferença tão significativa no montante de votos). O que fez a diferença foi o peso do voto evangélico, pois a estimativa indica que Bolsonaro tem mais de 11 milhões de votos do que Haddad no eleitorado evangélico (em todas as suas múltiplas denominações). Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em 16 de maio de 2024.

²⁷ In God's name: A special report on religion and public life. *The Economist*, 3 nov. 2007, p. 2. "After all, for much of the 20th century religion was banished from politics. For most elites, God had been undone by Darwin, dismissed by Marx, deconstructed by Freud. Stalin forcibly ejected Him, but in much of western Europe there was no need for force: religion had been on the slide for centuries. In Britain the long withdrawing roar of Anglicanism that Matthew Arnold lamented faded to a distant echo in the 20th century". Disponível em: <https://www.economist.com/sites/default/files/special-reports-pdfs/10015148.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2024.

descrita em um poema, Camões²⁸ levaria vantagem “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, todo mundo é composto de mudanças”. Logo, não há certezas, a democracia é cética por natureza, pois nela há a disposição para reconhecer erros e enxergar cenários de mudanças, é o que Zagrebelsky chama de democracia crítica (Zagrebelsky, 2011, p.17,18).

Os argumentos teóricos que Edir Macedo e Marcel Van Hattem buscam através da teologia e das ciências sociais aplicadas para justificar a participação dos evangélicos na vida pública têm a finalidade de encontrar na relação com a Constituição Federal o amparo legal para haver uma relação entre a religião e o Estado.

Contudo, a pergunta que interessa a este trabalho não é se a Constituição Federal permite a existência de uma relação harmônica entre a religião e o Estado. A resposta para essa questão já está dada no texto constitucional. A pergunta que intriga a pesquisa é como essa relação entre religião e democracia, a luz da Constituição Federal, pode ou deve ser estruturada?

O problema do fundamentalismo religioso associado ao populismo reacionário é que provoca o esgarçamento dos espaços institucionais de diálogo transformando o Estado democrático em um Estado fundamentalista. Com isso, a religião passa a ser a régua que balizará a sociedade e qualquer tentativa de criação ou expansão de direitos para pessoas, que não sejam o povo de Deus, será visto como ato de afronta aos valores cristãos (Tosi, 2018, p. 32).

Na maneira como é feita a atuação da Frente Parlamentar Evangélica, é improvável que exista uma vinculação entre democracia e religião, de modo que convivam em harmonia. A atuação dos evangélicos é excludente, partilha da lógica populista de Bolsonaro de polarizar reacionariamente o espaço democrático, aposta no “nós contra eles”, o bem contra o mal, é transgressora, já que ignora a natureza jurídica da democracia de melhorar a convivência no espaço público, ampliar direitos para pessoas, e não apenas para o povo de Deus, e é modeladora das instituições, pois quando ocupam lugares institucionais desconsideram o que Dooyeweerd argumenta, a soberania das esferas passa a inexistir e todos os aspectos da vida passam a ser regidos por um parâmetro religioso,

Essa história entre o direito e a religião não é recente. Zagrebelsky vai dizer que há dois mil anos houve um embate entre o direito e a religião. Pilatos, procurador romano da

²⁸ Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades (Luís Vaz de Camões). Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2016000200024. Acesso em 17 de maio de 2024.

Judeia, estava com um caso para decidir. Um homem chamado Jesus fora acusado de blasfêmia contra Deus, preso e condenado à morte em poucas horas pelo Sinédrio, principal autoridade religiosa de Israel (Zagrebelski, 2011, p. 35).

Assim, o caso é levado a Pilatos que deveria proferir a sentença e sobre a pressão de uma multidão que gritava: crucifique-o, crucifique-o. Pilatos cede ao apelo da multidão e entrega Jesus para ser crucificado.

A partir desse caso, Hans Kelsen reconstruiu essa narrativa sob um olhar jurídico trazendo para o centro do debate a essência da democracia. Kelsen propõe o seguinte exercício: Pilatos representava a democracia, o relativismo, o ceticismo. Para Pilatos, o fato de Jesus se autointitular filho de Deus, rei dos judeus não era motivo para crucificá-lo. Já o Sinédrio, com sua ortodoxia, seu dogmatismo inflexível representava o fundamentalismo religioso, portanto, Jesus deveria morrer.

Pilatos, autoridade legítima para decidir o caso se abstêm e transfere para o povo o poder de decidir, porém, a pergunta é quando o povo está contra a democracia, como questiona Mounk. A religião passou a ocupar um espaço público de forma ilegítima, afinal, não existia argumentação jurídica que autorizasse um inocente ser condenado à morte. O problema do fundamentalismo religioso é justamente a extrapolação dos limites da democracia, e ignorar esses limites abre espaço para graves violações de direitos.

Do modo como os evangélicos da Frente Parlamentar atuam no espaço público, é improvável que o Brasil avance em conquistas democráticas. Não é ilegítimo que cristãos se envolvam na vida pública, todavia, ao atuarem no espaço público é necessário que suas pautas sejam relevantes para o espaço público, não para seus particularismos ou em defesa de uma suposta moral cristã (Sinner, 2010, p. 14).

Atualmente, a atuação dos evangélicos no parlamento ocorre de forma reacionária sob duas premissas, como se fossem os dois lados da mesma moeda. A primeira está relacionada à preservação do *status quo* ao inviabilizar avanços importantes em pautas de interesse social em razão de um viés ideológico apequenando a possibilidade constitucional de promover uma democracia de exercício. Assim, assuntos relacionados à educação, cultura, direitos reprodutivos das mulheres, casamento homoafetivo são pautas que não avançam em seu estado da arte por serem analisadas pelas lentes fundamentalistas da religião – próprias do espaço privado (Dip, 2024, p. 50).

A segunda premissa é aquela que radicaliza o espaço público usando os instrumentos da democracia, próprios para tornar o espaço público mais plural, heterogêneo, livre, inclusivo, para corromper suas estruturas. Dessa forma, a convivência no espaço público, o

acesso aos direitos fundamentais, a liberdade como valor constitucional passa a ser mitigado pelo fundamentalismo religioso incompatível com a proposta constitucional de democracia.

Portanto, projetos de lei como o PL 1904/2024²⁹, do deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), membro da Frente Parlamentar Evangélica, que equipara o aborto após a 22ª semana ao crime de homicídio, mesmo em casos de estupro, o PL N° 6.055/2013, proposto pelo pastor e deputado federal Eurico da Silva (PL-PE), membro da Frente Parlamentar Evangélica, que objetiva revogar a Lei N° 12.845/2013, que assegura o atendimento obrigatório e integral de vítimas de violência sexual, não somente violam a Constituição Federal, agredindo direitos fundamentais, como também carregam uma natureza reacionária orientados por uma lógica religiosa que não faz parte do aspecto modal em que se encontra a democracia.

A crise civilizatória que a democracia enfrenta alimenta o populismo autoritário, pois quando a política não entrega aquilo que prometera não apenas falha coletivamente, falha com o indivíduo e é esse indivíduo que será incorporado ao povo criado pelo populismo. Uma vez transformado em “homem massa” deixará sua personalidade e seu padrão de conduta será orientado pelo comportamento radical da ralé, que é o somatório de toda individualidade frustrada e decepcionada com as vicissitudes da vida (Dooyweerd, 2018, p. 225).

Nesse sentido, a Frente Parlamentar Evangélica atua como agente despersonalizador que retira dos evangélicos, que formam sua base eleitoral, a capacidade de pensar, como dirá Hannah Arendt, a capacidade de estabelecer um diálogo consigo mesmo, e uma vez retirada a personalidade, resta apenas a radicalização, a violência, a eleição de um inimigo contra quem lutar e derrotar, o fechamento do espaço público de convivência democrática. Tanto a ação política do populismo reacionário quanto o fundamentalismo religioso reificam pessoas para servirem como instrumentos de poder.

Uma alternativa possível seria desenvolvimento de uma teologia pública comprometida com a ideia de democracia no espaço público, em outras palavras, para Ronilso Pacheco³⁰, a democracia não está descolada de uma perspectiva cristã, que ao enxergar o

²⁹ O projeto acrescenta dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo 125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro Em análise na Câmara dos Deputados, a proposta altera o Código Penal que hoje não pune o aborto em caso de estupro e não prevê restrição de tempo para o procedimento nesse caso. O código também não pune o aborto quando não há outro meio de salvar a vida da gestante. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>. Acesso em 12 de junho de 2024.

³⁰ Aos evangélicos progressistas: não é mais possível se esconder atrás de nossas contradições. Disponível em: <https://novosdialogos.com/artigos/aos-evangelicos-progressistas-nao-e-mais-possivel-se-esconder-atras-de-nossas-contradicoes/>. Acesso em 12 de junho de 2024.

cenário macro, não prescreve soluções a partir de uma ideia fundamentalista, fruto de um horizonte hermenêutico dogmático. Logo, discutir pautas como aborto, cujo mote é a defesa da vida, não faz sentido quando algumas vidas têm mais importância que outras.

Portanto, a teologia pública mantém a atenção voltada para problemas reais da sociedade e compreende o bem comum como valor socialmente relevante, para os quais, do ponto de vista da fé cristã, contribuições são possíveis e até necessárias (Sinner, 2010, p. 26). Caso contrário, a atuação evangélica, por meio do seu dogmatismo, da violência e da intolerância apenas utilizará as ferramentas constitucionais de construção da democracia para desconstruí-la (Tosi, 2018, p. 37).

ATO II – DEMOCRACIA EM VERTIGEM³¹

Cena I – Pobres Criaturas

O filme *Pobres Criaturas*³²(2023), conta a história da jovem Bella Baxter, uma mulher que foi trazida à vida pelo excêntrico cientista Godwin Baxter. Com o passar do tempo, Bella começa a ter interesse pelo mundo externo a casa onde morava, e aqui começa a problematização do enredo, já que o Dr. Baxter, a quem Bella sempre o chama pelo nome de God (Deus), considera Bella não como pessoa, mas como um objeto com a finalidade científica, portanto, como objeto, Bella não poderia experimentar as vicissitudes da vida, que eram sempre rechaçadas através do medo, controle e violência, assim Bella deveria viver em um cativeiro como um animal de laboratório.

A trama parece ter uma virada de perspectiva quando o pretensioso Duncan Wedderburn aparece em cena prometendo libertar Bella daquele cativeiro criado por God, Assim, Bella embarca em uma viagem de autodescoberta pelo mundo. Com Wedderburn, ela conhece países, vivencia novas experiências, prova da comida e do vinho, entrega-se ao prazer, porém a liberdade que Bella vivenciara era sempre condicionada à permissão de seu companheiro, Wedderburn, ou seja, Bella apenas havia trocado um cativeiro por outro.

Pobres Criaturas encontra-se tão intimamente ligado ao pensamento de Hannah Arendt que é possível encontrar de elementos referentes ao pensamento arendtiano relacionados à democracia, à liberdade na política, ao espaço público e aos tempos sombrios, que falaremos mais adiante. Assim, neste capítulo será trabalhado o conceito de liberdade pública ou política, considerado por Arendt um pilar da república, e para isso é essencial compreender o poder da rale representada em certa medida nas lideranças religiosas no Congresso Nacional e sua participação na crise da democracia no Brasil durante o governo de Bolsonaro.

Quando a política reacionária de Bolsonaro fez uso da democracia para firmar as bases do autoritarismo ao fechar o espaço público, transformando-o, de em um espaço livre para circulação de ideias em um espaço fechado marcado pela violência institucionalizada com a finalidade de destruir a legitimidade do processo político. Arendt faz uma pontuação para não deixar dúvidas ao dizer que a essa radicalização não somente não faz parte do processo democrático, como suas naturezas estão em pólos distintos (Arendt, 2024, p.124). Assim,

³¹ Documentário da cineasta Petra Costa que mostra os bastidores do impeachment da presidente Dilma Rousseff, o início da radicalização política e ascensão da extrema direita tendo como seu maior representante Jair Bolsonaro, que viria a ser eleito presidente da república em 2018.

³² *Pobres Criaturas* (Poor Things). EUA, Reino Unido, Irlanda do Norte, 2023, 141 min. Direção Yorgos Lanthimos. Elenco: Emma Stone, Wilem Defoe, Christopher Abbot, Mark Ruffalo.

nasce no cenário político uma figura denominada por Hannah Arendt de *ralé* que se tornou a cola que manteve unida as duas vertentes da autocracia bolsonarista: a necessidade e o medo.

Arendt vai dizer que a *ralé* pode ser compreendida como um coletivo social que encontra representatividade em toda a sociedade, cujo principal aspecto se dá pelo clamor ao uso indiferente da violência, que alimentada pelo ódio às instituições e ódio à política que os mantiveram afastados do espaço comum, essa violência será externalizada dentro do espaço público. Portanto, nesse sentido, a tática adotada pelo populismo bolsonarista é vencedora ao se apropriar desse coletivo de ódio e ressentimento para instaurar seu projeto de poder autocrático (Arendt, 1998, p.127). A *ralé* não necessariamente é constituída do povo, que dentro dos processos de lutas históricas tinha como finalidade ter acesso a representatividade social. A *ralé*, a qual fala Arendt luta para promover a falência da política que passa pela constituição de um líder forte e a abolição de qualquer forma de diálogo social.

Como a instrumento de alimentação e manutenção do poder reacionário no projeto de poder bolsonarista, a política do “nós contra eles” dá à *ralé* um lugar de pertencimento, uma acolhida diante da crise da democracia, fazendo com que aqueles que partilham do mesmo ideal: Deus, pátria e família, sintam-se pertencentes a uma causa – combater o inimigo, dessa forma, qualquer conexão interpessoal no espaço público é aniquilada (Oliveira, 2022, p.3). Logo, há um motivo para que os discursos das lideranças evangélicas sejam tão agressivos, tão eivados de sectarismo, em detrimento da união, mesmo na divergência – a *ralé* existe para odiar um inimigo.

A crise na democracia no Brasil é intensificada com a radicalização da *ralé*, que vai às ruas exigindo golpe de estado, organizada e fortemente financiada, já que a *ralé* nada tem a ver com classe social, mas com um coletivo residual que despreza a democracia (Oliveira, 2022, p.6). Nesse sentido, a *ralé* se firma em duas características básicas. A primeira é imprimir no coletivo social a ideia de que era preciso por fim ao modo de dominação que as elites vinham fazendo com o verdadeiro povo, ou seja, o povo que se identifica com os ideias da política populista.

A ideia de um povo coeso e alinhado à ideologia defendida pelo populismo reacionário é encontrada tanto em Bolsonaro, quanto nas lideranças religiosas que o apoiam, pois dentro dessa perspectiva e usando uma tese aparentemente constitucional ao aplicar o parágrafo único do Art. 1º da Constituição Federal, todo poder emana do povo, logo, na ótica bolsonarista, o povo se caracteriza como o elemento que confere valor existencial ao exercício do poder (Muller, 2011, p.45). Portanto, ao ser legitimado como porta-voz desse povo,

Bolsonaro sentiu-se livre ao ser autorizado democraticamente para estabelecer um projeto autoritário de poder tendo como base o forte apelo ao povo que o elegeu (Muller, 2011, p.67).

Contudo, a lógica populista de Bolsonaro, com verniz constitucional, de fazer uso instrumental da ideia de povo e da ideia de democracia para justificar a construção de um projeto que desnaturou o espaço público tem uma falha constitucional. A democracia, não obstante ser regime político de acesso ao espaço público, e aqui tomamos como parte desse espaço o acesso a institucionalidade do poder político, a democracia constitucional pressupõe um sistema normativo (Muller, 2011, p.67) que, no caso de Bolsonaro e as lideranças evangélicas, abrange não apenas o povo que o elegeu, mas também, e, especialmente, o povo que não o elegeu. Dentro dessa lógica, quando a política bolsonarista agride direitos e garantias fundamentais³³, isso tem um impacto direto sobre o próprio sistema democrático imprescindível para a existência de uma ordem constitucional legítima. Logo, mesmo que exista uma legitimidade dada a Bolsonaro por uma ralé que o elegeu democraticamente, dentro de uma ordem normativa constitucional, a política está subordinada a um ordenamento jurídico, portanto, o dever prestacional determinado pela Constituição não pode ser descolada da proteção aos direitos humanos e à cidadania. (Muller, 2011, p.69).

A segunda característica que configura a ralé é a deliberada ação de acabar com a política e tudo que ela representa: diálogo, respeito às minorias, limites institucionais. A ralé fora convencida de que somente um governo justo, capaz de moralizar a nação, protetor dos que sofrem e duro com os inimigos da pátria poderia ser a solução para a crise da democracia (Arendt, 2008, p. 362).

O sucesso de aceitação do populismo reacionário pela ralé inaugura o que Arendt vai chamar de tempos sombrios – um tempo marcado pela avidez por uma ruptura democrática, uma época em que as pessoas estão perdendo a vontade de democracia e a civilidade dando lugar ao absurdo (Branco; Rocha, 2022, p.3,4). O tempo sombrio para Hannah Arendt não tem necessariamente relação com as crises do capitalismo, guerras, violência, mas está associado a um tempo de obscuridade política, onde a ralé prevalece sobre a política através de um discurso ideológico vazio sem conexão com a complexidade da realidade, que a despeito ser previsível, é capaz de criar tempos disruptivos (Branco; Rocha, 2022, p.8)

³³ O Decreto Nº 9759/2019 que extinguiu e/ou impôs limitações aos conselhos de participação popular representa um golpe na democracia ao impedir o exercício e direito da sociedade de participar dos processos de construção das políticas públicas. Como conquistas positivadas na Constituição de 1988, a participação plural de representantes da sociedade civil representa um avanço na criação de um espaço público democrático, livre e diverso, que sentiu com o governo Bolsonaro esse espaço ser limitado e fechado. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9759-11-abril-2019-787966-publicacaooriginal-157738-pe.html>. Acesso em 29 de setembro de 2024.

Os tempos sombrios são tempos silenciosos, porém gritantes nos sinais que emitem. Para Arendt, caracterizam os tempos sombrios quando o Estado de direito que assegura a igualdade entre as pessoas passa a ser atacado e corrompido usando seus próprios instrumentos legais desnaturando a democracia, fazendo um Estado democrático de direito se tornar um Estado autocrático usando o direito para tal. Outra característica dos tempos sombrios é a destruição do espaço público, que lastreado pela Constituição não apenas constitui uma força normativa, ou seja, vincula todos que participam dessa malha social, mais também dá vida ao sujeito político, razão pela qual a Constituição Federal de 1988 se inicia falando dos fundamentos da República, como a dignidade humana, e dedicando-se longamente a tratar de direitos e garantias fundamentais, direitos políticos, assim essa construção jurídica da Constituição é o que garante a qualquer pessoa a igualdade de existir em toda sua plenitude. Por fim, o terceiro sinal de tempos sombrios é a deslegitimação da política, o rompimento com a tradição democrática causada pela inflamação de uma instabilidade política que enxerga na fratura social a saída para as crises da democracia (Rocha, 2019, p.19). Não obstante o populismo bolsonarista falar de liberdade, patriotismo, valores morais, obediência às regras do jogo constitucional, o discurso e a ação que promove são característicos de tempos sombrios.

Vale ressaltar que toda essa legitimação da ralé ante o governo Bolsonaro foi referendada pelo suporte incondicional de parte da elite econômica brasileira que se viu representada pelas propostas de reformas estruturantes³⁴, sobretudo na área econômica. Assim, o suporte que a ralé econômica deu a Bolsonaro não tem relação com os anseios para construção de uma democracia emancipatória, antes fazendo uso de uma relação parasitária (Arendt, 2012, p. 221) valerem-se do apoio para proteger seus interesses econômicos. A ralé não tem compromisso com a vida pública, tampouco guardam qualquer relação com uma função social.

Essa aliança entre a ralé capitalista e o bolsonarismo produz uma massa de pessoas irrelevantes para o espaço público. Ao fazerem uso do seu poder e influência sobre a ralé comum, esses donos do capital promovem uma fabricação em massa de pessoas supérfluas como eles (Arendt, 2021, p.223), e esse coletivo, que é descolado de qualquer competência para pensar por si, com limitado repertório, basicamente formado por clichês e platitudes

³⁴ Um pacote de reformas na área econômica: privatizações, reforma fiscal, alteração do imposto de renda para empresas, manutenção de isenção de imposto aos lucros e dividendos, reforma tributária, redução de impostos para os empresários. As reformas estruturantes propostas pelo governo Bolsonaro se referem a prover uma atenção especial à classe empresária que o favorece. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/paulo-guedes-pede-a-empresarios-confianca-no-pais-e-apoio-as-reformas-estruturantes>. Acesso em 01 de outubro de 2024.

(Torres, 2011, p. 158), revela-se profundamente ressentido e com bastante ódio pela democracia que será focalizado para radicalizar violentamente o espaço público (Arendt, 2021, p. 225). Nesse sentido, a ralé que ataca o espaço público é um produto feito pela elite capitalista, que também compartilha do ódio pela democracia, pelo ressentimento de serem excluídos do debate público e função de seu comportamento apartado de qualquer interesse público ou contribuição para o debate e melhora do espaço comum. Se a democracia permitisse que essa ralé do capital conduzisse o país como Virgílio conduziu Dante³⁵, a possibilidade de sair do inferno seria improvável.

Se Pobres Criaturas pudesse ser resumido em uma palavra, essa palavra seria – controle. Quando Bella Baxter resolve viver as próprias experiências independente da vontade daqueles que julgavam exercer poder sobre ela, a reação de seus algozes é imediata. God, a figura mais próxima a um pai para Bella, exercia controle através do medo, da incerteza, da impotência ante ao desconhecido, melhor dizendo, somente há segurança perto de God (Deus), ironicamente, assim pensam as lideranças religiosas no parlamento quando transportam para o espaço público valores e ideais religiosos com a finalidade de moldar a democracia à imagem e semelhança de suas crenças.

Do outro lado estava Wedderburn, que controlava Bella usando a liberdade como forma de prisão, pois a liberdade que Bella experimentara só poderia ser vivida até onde o seu companheiro permitisse. Nessa perspectiva, o grande motor do discurso populista reacionário de Bolsonaro é a liberdade, valor esse que diz muito e nada ao mesmo tempo, pois é utilizado como conceito cosmético de um discurso político que inflama a reação de uma ralé radical que na maior parte das vezes é descolado da proposta constitucional. Durante um encontro com apoiadores no dia 27 de agosto de 2021³⁶, o então presidente Jair Bolsonaro afirmou que um povo armado jamais seria escravizada fazendo apologia ao armamento da sociedade civil defendendo uma liberdade através da violência, paradoxalmente falando em defesa da vida utilizando como meio a morte.

Hannah Arendt estrutura uma lógica diferente. Viver em uma república significa ter como valor fundamental liberdade política (Oliveira, 2023, p.1), liberdade essa que se configura na razão de ser da política. Para Arendt, o fio condutor de uma democracia é a

³⁵ Referência a obra de Dante Alighieri – A Divina Comédia. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do?first=50&skip=0&ds_titulo=A%20divina%20com&co_autor=&no_autor=&co_categoria=2&pagina=1&select_action=Submit&co_midia=2&co_obra=&co_idioma=1&colunaOrdenar=DS_TITULO&ordem=null. Acesso em 01 de outubro de 2024.

³⁶ “Tudo que eu pude fazer por decreto e portaria de ministro, eu fiz. Você, o CAC ta podendo comprar fuzil, o CAC que é fazendeiro comprar fuzil 762. Tem que comprar, todo mundo comprar fuzil. Povo armado jamais será escravizado”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ai20YJRBBtM&t=11s>. Acesso em 06 de agosto de 2024.

liberdade para ser livre (Arendt, 2018, p.9), sem esse conceito que norteia a ideia arendtiana de vida coletiva no espaço público não há como falar em democracia. Um país autoritário pode alcançar índices econômicos expressivos, resolver problemas sociais como a fome ou o desemprego e mesmo assim as pessoas não terem liberdade para ser livres (Arendt, 2018 p.10).

Amartya Sen vai dizer que as liberdades políticas, e é interessante que ele coloca no plural, é uma das cinco formas de liberdades que um país precisa se quiser atingir um elevado grau desenvolvimentista. Corroborando com o que diz Arendt no parágrafo anterior, é uma ideia equivocada pensar que o desenvolvimento de um país se restringe a metas de superávit do PIB (Produto Interno Bruto). O desenvolvimento de um povo está mais relacionado à qualidade dos direitos sociais, à expansão e melhoramento das liberdades individuais, que atender as metas de inflação ou superávit da balança comercial, pois assim a vida se torna³⁷ mais rica em vários aspectos, e como pessoas, nos tornamos seres humanos mais completos (Sen, 2010, p.29).

Quando um governo, eleito democraticamente, como foi o governo Bolsonaro, insere e referenda pessoas que atuam no espaço público restringindo as liberdades individuais, como é o caso de projetos de lei que proíbem o casamento homoafetivo³⁸, projetos que minam a liberdade de cátedra dos professores³⁹ em sala de aula em razão de um viés religioso e ideológico, decretos que aboliram a participação da sociedade civil⁴⁰ nos conselhos

³⁸ O Projeto de Lei 5167/09, de autoria do Capitão Assunção (PL/ES), proíbe que relações entre pessoas do mesmo sexo equiparem-se ao casamento ou a entidade familiar, o que contraria o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, que desde 2011 reconhece a união entre casais do mesmo sexo como entidade familiar. O PL tem como relator o Pastor Eurico (PL/PE), que deu parecer favorável em audiência no dia 10 de outubro de 2023 disse que: A relação homossexual não proporciona à sociedade a eficácia especial da procriação, que justifica a regulamentação na forma de casamento e a sua consequente proteção especial pelo Estado... Tentar estender o regime de casamento aos homossexuais é uma tentativa vã de mudar a realidade através de leis. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-COMISSAO-APROVA-PROJETO-QUE-PROIBE-O-CASAMENTO-ENTRE-PESSOAS-DO-MESMO-SEXO>. Acesso em 03 de outubro de 2024.

³⁹ O PL 867/2015 do Senador Izalci Lucas (PL/DF) que estabelece uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao instituir o programa Escola Sem Partido, que visa estabelecer regras para o professor sobre o que ele pode ou não falar dentro da sala de aula, para se “evitar” uma possível doutrinação ideológica e política. A ideia do programa existe desde 2004 e foi criado pela sociedade civil organizada, que tem como proposta colocar um cartaz na parede de toda sala de aula, deixando claro quais os deveres do professor. Alguns desses deveres incluem “instruir” o professor a não demonstrar suas opiniões sobre qualquer que for o tema; não estimular os alunos a participarem de manifestações, atos públicos e passeatas e que a educação moral seja ensinada com base naquela que os pais dos alunos achem a mais correta. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668&fichaAmigavel=nao>; <https://www4.fe.usp.br/escola-sem-partido>. Acesso em 03 de outubro de 2024.

⁴⁰ Decreto Presidencial n. 10.224, de 5 de fevereiro de 2020, publicado em 6 de fevereiro de 2020, que, a pretexto de regulamentar a Lei n. 7.797/89 que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiental (FNMA), exclui a sociedade civil do conselho deliberativo do FNMA. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10224.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.224%2C%20DE%205,que%20lhe

deliberativos sobre políticas públicas acende o alerta de que a democracia encontra-se sob ataque.

O termo liberdade, assim como o populismo, é um termo que pode servir a várias ideias e conceitos. Definir o conceito do que é liberdade não é nosso foco neste trabalho, contudo em tempos sombrios, para usar uma expressão arendtiana a qual falaremos mais adiante, Hannah Arendt, a despeito de não definir o que é liberdade, mas ela pode nos ajudar a identificar se há em uma democracia liberdade para ser livre. Arendt coloca que em uma república somente aqueles que estão livres da necessidade e do medo podem de fato desenvolver um apreço por valores democráticos como igualdade, fraternidade e liberdade (Arendt, 2018, p.34).

Assim, nesse ponto, a teoria de Arendt é confrontada com a realidade brasileira em relação à era populista de Bolsonaro, pois se para a autora alemã a necessidade e o medo se opõem ao desfrute de uma verdadeira liberdade política, para Bolsonaro esses foram os dois pilares de sustentação do seu governo que avançou sobre a democracia e os elementos formadores do que Hannah Arendt vai chamar de ralé política.

A crise de legitimidade política da qual nos falou Manuel Castells é uma crise que gera problemas para o constitucionalismo moderno, porém é também uma crise política que tem raízes na história do Brasil, de modo que como órfãos, construímos o que Spinoza chama de esperança, a esperança do brasileiro, uma alegria frágil produto de uma ideia de futuro o qual temos dúvida se irá se realizar (Spinoza, 2023, p.143), assim, seguindo essa lógica, para Sponville, esperança é sempre na impotência, porque esperar é desejar sem gozar e é sempre na ignorância, pois aquele que espera não sabe se o objeto do seu desejo se concretizará (Sponville, 2015, p.58).

Talvez essa seja a sina do Brasil, nós esperamos um futuro que nunca chega, sentimos saudade de algo que nunca vivemos. Olhamos admirados para outros países com seu desenvolvimento cultural, político, civilizacional, econômico e nos imaginamos vivendo o bem-estar social. Lima Barreto vai dizer que nós brasileiros, vivemos a síndrome do transatlantismo careta, somos como Robinsons, estamos sempre esperando o navio que virá nos resgatar da ilha que o naufrágio nos atirou (Poll, 2021, p.2).

A necessidade de inclusão social nos rumos decisórios do Brasil, de se compreender o significado de res pública, de viver uma democracia de exercício (Poll, 2021, p.12), de senso

%20confere%20o%20art. Acesso em 07 de outubro de 2024. Esse decreto foi julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 651 por não observar o Art. 193, parágrafo único da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5853176>. Acesso em 07 de outubro de 2024.

de pertencimento, de reconhecimento recíproco, condição essa fundamental para afastar o ser humano de seu estado de natureza (Honneth, 2009, p. 86) produz a esperança do surgimento de um líder providencial, que nos salve de nossas próprias mazelas (Hambloch, 2000, p. 58), o que naturalmente cria o cenário e as condições para que figuras autocráticas cheguem ao poder.

A era do populismo reacionário mostrou que pobres criaturas têm esperança. Bolsonaro tinha esperança, as lideranças evangélicas no Congresso tinham esperança. Todavia, para Spinoza desejo não é sinônimo de esperança, desejo é potência de existir, é vontade de fazer, é vontade de ser (Sponville, 2015, p.76), logo a política, para essas pobres criaturas, é uma forma de manipulação ideológica, pois fomentam na consciência coletiva apenas por aquilo que falta

Quando a constituição estabilizou as expectativas normativas da sociedade permitiu que a política exercesse um objetivo muito elementar – gerar, preservar e promover a liberdade política, isso significa que o humano tem condições de ser o mais autêntico que ele puder ser (Jaspers, 2011, p.78), razão pela qual se torna inconstitucional qualquer investida para limitar direitos fundamentais sob pretexto de um viés religioso, moral ou ideológico. Portanto, liberdade política é diretamente proporcional ao desenvolvimento, que pode ser entendido por retirar do espaço público qualquer restrição que impeça que as pessoas exerçam sua condição de protagonistas da própria existência (Sen, 2010, p.10).

Se a política da esperança é um lado da moeda na condução da política populista reacionária, o medo é o outro lado dessa moeda. Spinoza vai dizer que não há esperança sem medo, nem medo sem esperança (Spinoza, 2023, p.144), daí a razão para que o medo se torne uma mercadoria política usada para obtenção do poder (Bauman, 2014, p.125).

O Brasil de hoje, fragmentado politicamente e socialmente, é resultado direto de uma cultura do medo, que para clareza do nosso estudo, esse medo encontra relação direta com o déficit democrático (Barros; Lago, 2022, p. 97) provocado pela incapacidade da política, especialmente da classe política, salvo exceções, em lidar com problemas reais de um povo que historicamente foi dilacerado socialmente. Então, como há um enorme descolamento entre os interesses da classe política e os interesses da coletividade tem-se o que Castells vai chamar de crise de legitimidade (Castells, 2018, p.12).

Logo, com o aumento da desigualdade, do desemprego ⁴¹provocado pelo avanço

⁴¹ Em seu relatório anual divulgado em 2024, o Fundo Monetário Internacional prevê que entre os países emergentes, e o Brasil é um desses países, a inteligência artificial (IA) poderá afetar até 40% dos empregos. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2024/portuguese/>. Acesso em 03 de outubro de 2024.

irrefreável de novas tecnologias, a redução das coberturas sociais, como a precarização do trabalho, aumento do mercado informal, a flexibilidade das relações trabalhistas visando diminuir custos com contratação e manutenção de um contrato de trabalho (Dantas, 2020, p.59), e as incertezas dos jovens em relação ao futuro e o medo dos idosos em relação à aposentadoria. Portanto, essa construção da era moderna usa como alicerce o medo e a incerteza, que produz uma vulnerabilidade não somente material, mais também, existencial, caracterizada pela angústia de não ter certeza em relação aos mais variados aspectos da vida, desse forma quando o populismo autoritário de Bolsonaro oferece as certeza que o mundo, a política ou a Constituição não podem oferecer, isso encontra representatividade nas mais diversas camadas sociais (Barros; Lago, 2022, p.99), o problema é que essas certezas são vãs porque não são capazes de enfrentar as causas para essa incerteza e nem conseguem lidar com os problemas advindos das vulnerabilidades, materiais e existenciais, pela qual passa a sociedade.

O Brasil tem fome de futuro, mas como o futuro é incerto e duvidoso, e a realidade mostra como é decepcionante e frustrante ter uma Constituição que prevê a possibilidade de viver uma democracia de exercício não ser efetivada através da política. Diante disso, há uma combinação perigosa, pois se a necessidade e o medo são os elementos permanentes na sociedade brasileira, ao invés de liberdade política, o que melhora a democracia, teremos escravidão e tirania política, com espaço público fechado é um excelente campo para se fomentar o radicalismo político, usando a Constituição como legitimadora de uma política antidemocrática e inconstitucional.

Quando Bolsonaro chama atenção para a perda de valores caros como é o caso da liberdade, quando as lideranças evangélicas sustentam a ideia de que a instituição legal do casamento homoafetivo irá destruir as bases da sociedade cristã, quando o governo ao afirmar e defender que as escolas estão cooptando as crianças para se tornarem militantes ou propagadoras do movimento LGBTQIA+, isso mexe com a vulnerabilidade social, com as incertezas de um futuro difícil fazendo com que os súditos, como chama Bauman, entreguem sua autonomia para deliberar sobre a própria vida ao Estado gerando obediência irrestrita, já que o Estado sobre que o medo é um condição do humano (Bauman, 2014, p.129).

Jogar com as incertezas e a vulnerabilidade humana dá a força que sustenta o poder político (Bauman, 2014, p.128). O mundo contemporâneo se configura por ser atormentado pela busca de respostas para seus problemas sistêmicos e cada vez mais complexos, carente, muitas das vezes, por assertivas corretas que atenda à lógica do pragmatismo mercadológico,

o “fast food” da objetividade da vida. O arcabouço simbólico ⁴²do populismo reacionário de Bolsonaro é baseado em um coletivo radical que usa a religião como pano de fundo, que legitima uma marcha de cruzados contra qualquer ideia que contrarie a figura do líder. O cidadão de bem, o verdadeiro patriota, o cristão de verdade é aquele que defende o que o seu líder defende, ainda que isso leve o país à uma guerra civil, ao radicalismo político, ao golpe de Estado.

O aprender a angustiar-se pode ser um antídoto para o medo, e, por conseguinte, para propostas populistas radicais já que se apresenta sem sentido para aqueles que procuram por um existencialismo pragmático. Angústia para Kierkegaard é uma atmosfera da possibilidade (Feijoo, Gill, Protasio, Veríssimo, 2015, p. 4). A angústia é a forma da liberdade se manifestar através da infinitas possibilidades, assim, a possibilidade é a sangue que corre nas veias da liberdade.

O medo e a necessidade na democracia limitam a liberdade política, como consequência, limitam a democracia de fazer do espaço público um lugar de plena liberdade humana. Para Kierkegaard, quanto mais o ser humano é angustiado, mais livre ele é, mais elevada se torna a sua condição humana (Feijoo, Gill, Protasio, Veríssimo, 2015, p. 8). Portanto, dialogando com Tosi, Zagrebelski, Kierkegaard e Arendt, a democracia é por natureza angustiante porque ela não é dogmática, não existe um único caminho, mas várias possibilidades, o que permite a construção de uma liberdade política expansiva e plural, lastreada em bases de grandeza daqueles que não se privam de viver sob a égide de um mundo com respostas prontas, reduções medíocres da realidade ou discursos simplistas incapazes de dar conta de problemas complexos.

A angústia de Bella Baxter a liberta e faz com que surjam novos horizontes, novas experiências, novos começos como se um raio de sol clareasse um mundo monocromático criado pelas pobres criaturas que a controlavam. De semelhante modo, a Constituição pode ser compreendida como essa liberdade que possibilidade de encontro com o mundo e com o outro, por isso não pode ser confundida com a política, que não raras vezes se pauta por um viés ideológico, portadora das chaves do reino do processo histórico e que busca oferecer respostas assertivas antes de compreender as perguntas (Chaves, 2009, p. 28).

A liberdade como característica da democracia é produto de um fenômeno humano, assim, dentro dessa fenomenologia existencialista estamos condenados à liberdade. Contudo não se pode, a pretexto de garantir a liberdade usar da tirania, a liberdade existe como fato

⁴² Conjunto de crenças, práticas, instituições que estruturam o modo de dar sentido à experiência, quer individual, quer coletiva, de um determinado grupo em um dado momento histórico (Ghirardi, p.32, 2011).

gerador da responsabilidade, sobretudo no espaço público, pois para Sartre, não há como ser livre descolado da conexão com o outro, ou seja, a liberdade política não pode ser privilégio de classes, deve ser antes de tudo um pacto pela possibilidade de pavimentar o caminho de uma autonomia social (Póvoas, 2005, p. 44). Quando Arendt vai explicar qual o problema de Eichmann, ela faz uma construção argumentativa partindo do sujeito para o objeto. O sujeito Eichmann, que afirma em seu julgamento não ser um monstro que afirmavam que era, portanto, considerava-se uma vítima de uma acusação infundada (Arendt, 1999, p. 269), nega a soberania maior de todo humana, pensar, ao invés de estabelecer uma reflexão dos fatos a sua vista, bloqueia o juízo para pensar e se tornar um mero um cumpridor de ordens do regime totalitário (Chaves, 2009, p. 123).

Eichmann fazia parte da ralé, incapaz de usar a imaginação, negou a si mesmo ao abrir mão da liberdade para pensar, com isso, criou-se um monstro, não apenas por fazer parte de uma estrutura de terror e morte, mas por se tornar absolutamente indiferente às vítimas do regime nazista (Chaves, 2009, p.123). A ralé de bolsonarista se movimento dentro dessa mesma configuração ideológica. Assim como Eichmann, que não entendia a razão para ser julgado, pois considerava-se inocente, a ralé de Bolsonaro não enxerga problema pedir golpe de estado e volta do Ato Institucional nº 5 ⁴³(AI 5), já que não é apenas o ódio que move esse coletivo, mas uma profunda indiferença em relação ao outro no espaço público.

Assim, Sartre vai chamar de má-fé quando o humano nega a liberdade que lhe é imanente, e sob esse escudo de negação procura amenizar sua angústia diante da inexorável realidade de possibilidades (Póvoas, 2005, p.13), Sartre vai dizer que o humano se nadifica, apequena-se (*Ibid*, p.60). O papel da jurisdição constitucional regulando as ações da política é precisamente não permitir que a política negue a Constituição agindo de má-fé, desconstruindo o que a Constituição traz de melhor – a possibilidade de transcender a faticidade do mundo (*Ibid*, p.64), a realidade como ela se apresenta. Por isso, quando o STF julgou a ADPF 460 declarando a inconstitucionalidade da Lei 6496/2015, que propunha limitar a liberdade do outro, apequenar o espaço público e reduzir a perspectiva de construção de um horizonte diverso e plural da convivência humana, o poder judiciário está retificando a vontade da Constituição de jamais ser instrumento de validação de qualquer política que limite o outro no seu direito de existir com plenitude.

⁴³ Em Brasília, 15 de março de 2020, apoiadores do então Presidente Jair Bolsonaro pediram a volta do Ato Institucional nº 5, instituído em 13 de dezembro de 1968, no governo de Artur da Costa e Silva, o AI-5 permitiu a cassação de políticos eleitos nas esferas federal, estadual e municipal, autorizou o presidente da República a intervir nos governos de estados e municípios e permitiu a suspensão de direitos e garantias constitucionais individuais como *habeas corpus*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tQ6XEE114Fo>. Acesso em 07 de outubro de 2024.

Saramago em *Ensaio sobre a lucidez*, vai explorar essa incapacidade que governos populistas autocratas têm para lidar com a angústia que é viver em democracia, assim, recorrem à fórmula do autoritarismo: criar necessidade e estabelecer o medo. Dessa forma conseguem, ou buscam reduzir a complexidade da existência para manter o status quo, ou seja, conservar o poder e impedir que o fenômeno social rumo à construção de uma liberdade política siga o curso, afinal, essa é a ideia de viver dentro de um modelo constitucional.

A hipótese jurídica no *Ensaio sobre a lucidez* é até que ponto uma democracia plena é suportável? A crítica de Saramago parece se acoplar a era populista que vivemos, pois o que parece é que democracia é ideia que pode ser útil ou inútil a depender do contexto ou interesse de pobres criaturas. A liberdade para ser livre parece não ser extensiva à coletividade ficando restrita a um pequeno grupo privilegiado (Arendt, 2018, p.34), que é muito bom historicamente em fazer da democracia uma moeda política, como o faz muito bem o personagem machadiano – Brás Cubas.

Quando a eleição em uma cidade não sai conforme o esperado por um governo de viés autoritário, o resultado passa a ser contestado, depois, inadmitido, fazendo com o governo recorra a métodos antidemocráticos. Assim, decreta-se o estado de sítio na cidade, com o objetivo de que com a suspensão dos direitos políticos e das garantias individuais, as necessidades daquelas pessoas fossem fazê-las implorar para que o governo, salvador, as amparassem, dando ao governo o que todo governo almeja: poder ilimitado (Saramago, 2017, p.62).

Como o “retorno à normalidade democrática” não veio, seria necessário um remédio ainda mais amargo para combater o mal (Saramago, 2017, p.75). Gerar o medo reduz a complexidade da democracia, limita o poder de escolha das pessoas, e foi com esse intento que o governo ordenou um ataque terrorista contra a sua própria população explodindo uma bomba em uma estação de metrô, evidentemente elegendo um inimigo a quem deveria ser combatido, os inimigos da pátria (*Ibid*, p.126).

A lógica democrática de Arendt conversa com a construção literária de Saramago no sentido de que, ou democracia é exercida com liberdade não se restringindo ao arbítrio do Estado, ou a democracia será mais uma palavra polissêmica, cujo sentido poderá ser usado para justificar barbáries.

A conversa entre o comissário de polícia e a mulher do médico diz muito sobre a ideia do autoritarismo quando faz uso da democracia para destruir a democracia.

Pergunta o comissário “Por acaso não será a senhora organizadora responsável, a chefe do movimento subversivo que veio por o sistema democrático numa situação de perigo

a que talvez não seja exagerado chamar de mortal?” (Saramago, 2017, p. 232)

A mulher do médico surpresa com a pergunta do comissário faz uma pergunta à pergunta em uma espécie de reação de espanto e humor “Está a dizer-me que o voto em branco é subversivo?” (Saramago, 2017, p. 232)

O comissário responde “Se for em quantidades excessivas, sim.” (Saramago, 2017, p. 232).

A mulher do médico, de forma perspicaz, devolve a pergunta em forma de resposta à hipótese jurídica da obra: até onde é possível conviver com a democracia? “E onde é que isso está escrito? Na Constituição, na lei eleitoral, nos dez mandamentos, no regulamento de trânsito, nos fracos de xarope?” (Saramago, 2017, p. 233)

A única resposta possível a essa pergunta faz uso da modelagem institucional dos governos autoritários. Como não é possível enfrentar essa pergunta dentro das “quatro linhas” da Constituição, molda-se a Constituição à vontade do autocrata. O apego ao poder supera qualquer estrutura legal e esse atributo alimenta o tirano e que destrói o espaço público (Arendt, 2018, p. 30) “Escrito, escrito, não está, mas qualquer pessoa tem de perceber que se trata de uma simples questão de hierarquia de valores e de senso comum, primeiro estão os votos explícitos, depois vêm os brancos, depois os nulos, finalmente as abstenções” (Saramago, 2017, p. 233).

A mulher do médico termina sua fala como terminam os artísticas – com ironia e bom humor “Está-se mesmo a ver que a democracia ficará em perigo se uma destas categorias secundárias passar a frente da principal” (Saramago, 2017, p. 233).

Há duas características básicas que definem o fanático em uma democracia. Tomando como ponto de partida a hipótese jurídica de Saramago, a primeira característica do fanático é ser alguém antagônico a ideia de complexidade. Tudo que foge à ideia de “normalidade democrática”, um resultado eleitoral, uma pauta moral polêmica, as dinâmicas das relações sociais imprevisíveis. Edgar Morin chama isso de complexidade da vida, o emaranhado de acontecimentos casuísticos que atravessam a faticidade da existência, que desapegados de uma ordem newtoniana se apresentam à vida de maneira paradoxal, ambígua e caótica (Morin, 2005, p. 13), por isso o fanático considera negar a complexidade da vida, fazendo o que Sartre chama de má-fé buscando soluções simplórias (Oz, 2016, p. 27) para problemas complexos. Aquilo que o populismo fundamentalista não é capaz de explicar deve ser destruído pelo bem do outro, já que dentro do fundamentalismo há sempre um fim que justifique os meios.

A segunda característica que Oz ressalta é que o fanático é uma pessoa bastante

altruísta (Oz, 2016, p. 74), frequentemente a vida privada das pessoas é razão de grande interesse do fanático, como as pessoas vivem, com quem casam, que fê professam. O fanatismo implementado pela política reacionária de Bolsonaro está em uma espécie de cruzada libertar a terra santa dos comunistas, esquerdistas, o voto é razão de interesse especial do radical, hábitos alimentares, vida privada, a libertação do vício, todo fanático que se leva a sério sabe o que é melhor para a democracia, para o país.

Em razão de uma política reacionária, que faz uso da democracia para firmar as bases do autoritarismo fechando o espaço público é que nasce no cenário político uma figura denominada por Hannah Arendt de ralé, a cola que mantém unida a necessidade e o medo. Um coletivo social que encontra representatividade em toda a sociedade, cujo principal aspecto se dá pelo clamor de um uso indiferente da violência (Arendt, 1998, p. 127). De acordo com Arendt, a ralé não necessariamente é constituída do povo, que dentro dos processos de lutas históricas tinha como finalidade ter acesso a representatividade social, a ralé, a qual fala Arendt luta para promover a falência da política, a constituição de um líder forte e a abolição de qualquer forma de diálogo social.

Como a instrumento de alimentação e manutenção do poder reacionário na política bolsonarista, o “nós contra eles”, dá à ralé um lugar de pertencimento, uma acolhida diante da crise da democracia, fazendo com que aqueles que partilham do mesmo ideal: Deus, pátria e família, sintam-se pertencentes a uma causa simples – combater o inimigo, dessa forma, qualquer conexão interpessoal no espaço público é aniquilada (Oliveira, 2022, p. 3). Logo, há um motivo para que os discursos das lideranças evangélicas sejam tão agressivos, tão eivados de sectarismo, em detrimento da união, mesmo na divergência – a ralé nasce para odiar um inimigo.

O agravamento da crise na democracia no Brasil começa com a radicalização dessa ralé, que vai às ruas exigindo golpe de estado, organizada e fortemente financiada, já que a ralé nada tem a ver com classe social, mas com um coletivo residual que despreza a democracia (Oliveira, 2022, p. 6). Nesse sentido, a ralé se firma em duas características básicas. A primeira é imprimir no coletivo social a ideia de que era preciso pôr fim ao modo de dominação que elites políticas vinham fazendo com o verdadeiro povo, ou seja, o povo que se identifica com os ideias da política populista, e a segunda característica, acabar com a política e tudo que ela representa: diálogo, respeito às minorias, limites institucionais. A ralé fora convencida de que somente um governo justo, capaz de moralizar a nação, protetor dos que sofrem e duro com os inimigos da pátria poderia ser a solução para a crise da democracia (Arendt, 2008, p. 362).

George Orwell em seu livro 1984 vai dizer que “Toda essa história de marchar para cima e para baixo e ficar aclamando e agitando bandeiras, não passa de sexo que azedou” (Orwell, 2009, p.161), o que representa com a perspicácia que só a literatura pode oferecer a tomada do espaço público pela ralé reacionária de Bolsonaro equipara-se, na democracia, ao sexo que azedou. O ponto em comum entre as lideranças evangélicas e a política autoritária bolsonarista é a manutenção do poder (Orwell, 2009, p. 307, 308), pois acordos são feitos em nome de Deus, e Deus é poder como escreveu Orwell. A democracia é apenas a retórica dos cínicos e a fantasia dos tolos quando a finalidade é poder⁴⁴.

Cena II – O fim do espaço público

Euclides da Cunha em seu livro *Os Sertões* (1902) faz uma afirmação direta em relação ao processo de evolução social “Estamos condenados à civilização, ou progredimos, ou desaparecemos” (Cunha, 2002, p. 52). Essa afirmação dá margem para a pergunta que causou a inquietude de Hannah Arendt “O que estamos fazendo?” (Arendt, 2020, p.6), no livro *A Condição Humana* ainda reverbera através da história podendo ser ouvida em tempos de crise na democracia. Desde que as pessoas se organizaram em sociedade dois espaços passam a conviver a partir disso, o primeiro é intrínseco à natureza humana, o espaço privado, compreendido um conjunto de valores, hábitos, cosmovisões, que são próprias de um ambiente privado – a exemplo, as relações familiares. Porém, dessa organização social também fez surgir uma natureza política, que deu origem ao que se conhece como espaço público (Arendt, 2020, p.29).

Essa natureza política é um dos eixos que norteiam este trabalho, pois compreender a dimensão e a importância dessa premissa ajuda a entender a razão pela qual o populismo reacionário de Bolsonaro é tão deletério para a existência e manutenção no espaço público.

Para os gregos, a política representava um novo jeito de estar no mundo que tinha em seu mote a característica da não violência. A política foi o instrumento criado exatamente para resolver conflitos, próprios de experiência humana de conviver, através do diálogo, do convencimento, da inteligência. A competência de um ser político consistia em sua habilidade de manusear os instrumentos do conhecimento, a palavra passa a ter relevância no espaço público. Essa é a distinção básica entre a política e a não política. Enquanto uma prezava por um discurso (lexis) e ação (praxis) inerentes à condição humana, assuntos humanos como diz

⁴⁴ O Partido deseja o poder exclusivamente em benefício próprio. Não estamos interessados no bem dos outros; só nos interessa o poder em si. Nem riqueza, nem luxo, nem vida longa, nem felicidade: só o poder pelo poder, o poder puro... Sabemos que ninguém toma o poder com o objetivo de abandoná-lo. Poder não é um meio, mas um fim. Não se estabelece uma ditadura para proteger a revolução. Faz-se a revolução para instalar a ditadura. O objetivo do poder é o poder (Orwell, 2009, p. 307, 308).

Arendt (Arendt, 2020, p. 30), a fim de melhorar, construir e avançar no convívio social, a outra é marcada pelo embate, pela beligerância, pela tirania em que o diálogo não encontra lugar (*Ibid*, p. 32), e foi precisamente esse o caminho trilhado pelo populismo bolsonarista reacionário, de promover o esquecimento coletivo de como é viver em sociedade.

Para Arendt, o termo público traz duas características fundamentais. A primeira e mais básica é que tudo aquilo que pode ser perceptível ou captado pelos sentidos humanos dentro da realidade é público (Arendt, 2020, p.62). Já a segunda característica nos remete a um valor mais sofisticado, pois não obstante o público estar dentro de uma realidade e ser percebida pelo coletivo, essa realidade não é vista pelo coletivo de forma homogênea (*Ibid*, p. 64).

A realidade é construída sob de várias camadas de cosmovisões que moldam o coletivo social, de maneira que estar no mundo, fazer parte do espaço público significa estar junto com o diferente, porque não há como existir um espaço público saudável sem que pessoas não convivam entre si. O espaço público é uma das construções sociais mais promissoras, pois ao mesmo tempo em que aglutina pessoas e as incentiva a conviver, também evita que os componentes desse espaço façam uso da não política para se sobrepor aos outros (Arendt, 2020, p. 65).

O problema se dá quando o espaço público perde a sua característica mais elementar – permitir que assuntos que fazem parte da esfera privada sejam trazidos para dentro do espaço público (Arendt, 2020, p. 63). Há questões que pela sua natureza privada não são questões próprias da funcionalidade do espaço público, como exemplo, as questões morais relativas aos arranjos familiares, questões religiosas de uma forma geral. Vale ressaltar que essas questões privadas são importantes e até mesmo são legítimas, contudo, a natureza desses assuntos pertence à esfera privada.

Ao se perder a dimensão e relevância do espaço público na vida coletiva, a importância da fraternidade nas relações humanas, o valor do diálogo, o ganho com a diversidade, a grandeza de um pluralismo político, a capacidade de enxergar e de estar disposto a ouvir o outro dentro de um espaço comum que preza acima de tudo pelo embate de ideias e não de armas, ao ignorar o erro que é partilhar uma realidade vista apenas por lentes monofocais, que contam com apenas um único campo de visão o espaço público já não mais atende o propósito pelo qual fora criado (Arendt, 2020, p. 70). Ao se perder essas qualidades a política começa a fracassar.

O avanço civilizatório dentro da sociedade jamais estará acabado, é algo que precisa ser diariamente construído, trabalhado, lapidado, todavia, esse avanço apenas se dá quando todos os envolvidos partilham de um interesse comum, a despeito de terem visões de mundo

completamente distintas (Arendt, 2020, p. 71). Essa é precisamente a natureza do espaço público, uma aglutinação de pessoas heterogêneas, mas com objetivo comum de sempre melhorar a convivência no espaço comum e de promover um legado democrático que transcenda a realidade ora posta. Um legado democrático é uma grandeza que somente pode ser alcançada e manifestada no espaço público, não cabe em toda sua plenitude na esfera privada, a realidade (Arendt, 2020, p. 68).

A destruição do espaço público e da democracia ocorre quando se exclui a heterogeneidade da equação. A realidade passa a ter outra configuração de forma que o outro já não é mais um aliado na construção de um espaço comum mais rico, diverso, inclusivo, mas um inimigo que deve ser combatido, especialmente através na não política.

A grande preocupação de Arendt ao longo de sua vida acadêmica está em sua busca por compreender e estudar o espaço público. Isso pode ser visto, sobretudo em duas de suas obras mais conhecidas: *Origens do Totalitarismo* e *A Condição Humana*. A crítica da autora repousa sobre dinâmica alienista que a modernidade exerce sobre o indivíduo produzindo uma hipervalorização dos interesses individuais que se sobrepõem ao espaço público (Muller, 2018, p. 2). Nessa toada, Bauman vai dizer que existem espaços públicos, mas não civis, ou seja, a civilidade se apresenta pela capacidade de interação social entre as pessoas diferentes sem usar a diferença como fator de hostilidade, ódio ou adversidade contra o outro (Bauman, 2001, p. 133). Isso Bauman vai chamar de civilidade, a Constituição Federal Brasileira vai chamar de pluralidade política.

O populismo reacionário ao desnaturar a democracia transforma as bases do Estado de Direito em públicas, mas não civilizadas, pois o espaço de diferenças dá lugar a um espaço atomizado do maniqueísmo político-religioso: os patriotas e não patriotas, o bem contra o mal. Assim, a política reacionária pode criar novos Eichmanns, pessoas incapazes de fazer um exercício reflexivo, não conseguem discernir noções elementares do que seja certo ou errado e dessa forma precisam de uma bússola moral para indicar o que fazer, quando não fazer, o que é justo ou injusto, e assim o sujeito abre mão da sua capacidade de pensar (Chaves, 2009, p. 122) – a possibilidade de estabelecer uma conversa íntima de si para si mesmo (Assy, 2015, p. 18).

Quando o interesse privado sobrepujou o espaço público até ao ponto de esse ser capturado pelo egocentrismo dentre das relações sociais, em que o indivíduo atenda a um propósito, portanto, as relações sociais se tornam um meio para um fim fazendo do espaço público uma extensão da esfera privada (Muller, 2018, p. 2). A lógica do populismo reacionário de Bolsonaro apoiado pelas lideranças evangélicas no Congresso Nacional é

sobrepujar a esfera pública sob uma cosmética de democracia, mas sem qualquer civilidade pública, fazendo dos interesses privados a novafala ⁴⁵do espaço público, que chama de paz a guerra, ignorância de força, escravidão de liberdade, radicalismo de patriotismo, numa espécie de distopia orwelliana (Orwell, 2009, p. 67).

Como já dito acima, a realidade, de acordo com Dooyweerd, é composta de vários aspectos, e cada um deles – família, política, social – são organizados por interesses dos mais diversos, logo, esses interesses podem caminhar juntos ou serem antagônicos entre si. Interesses distintos não necessariamente se configuram como um problema, o problema se instala quando a lógica, as regras, as bases do que é privado subverte o que é próprio do espaço público (Muller, 2018, p. 5).

Para Arendt a relação entre necessidade e liberdade é de fundamental importância para compreender a dimensão do espaço público, tanto é essencial entender essa relação que os gregos faziam essa distinção entre o público e o privado de forma que o espaço privado envolvia todas as particularidades do indivíduo, seu modo de vida, suas relações familiares, seus modos de adoração e culto aos deuses, natalidade, castidade, tudo relacionado ao indivíduo fazia parte do espaço privado. Assim, um povo que carece de elementos básicos para sobrevivência e encontra em um governo as condições para satisfazer essa necessidade, isso é legítimo, é bom, é justo socialmente, politicamente digno, legalmente correto, mas não é esta a liberdade que Arendt fala, e não é dessa forma que o espaço público será melhorado, expandido e fortalecido.

O domínio privado é obedece a uma lógica de satisfação das necessidades individuais, e normalmente as necessidades se manifestam na esfera privada, por isso Arendt vai dizer que não há liberdade plena na esfera privada (Muller, 2018, p. 7), logo se o espaço privado é caracterizado pela necessidade, a liberdade plena somente pode ser satisfeita no espaço público, em outras palavras, a liberdade só pode ser encontrada na polis, pois é onde se constrói um espaço entre iguais (Muller, 2018, p. 8).

A importância de estudar o espaço público é porque nele é onde se forma o cidadão, que não mais se comporta como indivíduo preocupado apenas com suas particularidades, o cidadão preocupa-se com a civilidade, compromete-se com a coisa pública, com as grandes questões que envolvem o espaço comum (Muller, 2018, p.9). Esta é a diferença entre a ralé bolsonarista e o cidadão, pois na ralé, não existe preocupação com o espaço comum, com as

⁴⁵ Forma autoritária de reconfigurar a linguagem colocada por Orwell no seu livro distópico 1984 “Estamos dando os últimos retoques na língua – para que ela fique do jeito que há de ser quando ninguém mais falar outra coisa” (Orwell, 2009, p. 67).

questões da cidade, há a defesa de interesses privados que se sobrepõem ao público. O país de Bolsonaro é a Bruzundanga ⁴⁶de Lima Barreto, onde a política existe para fazer as pessoas infelizes (Barreto, 2021, p. 42), e os políticos de Bruzundanga travam uma relação patrimonialista e hereditária com o poder político, pois se comportam de modo, não para servir à sociedade e resolver seus problemas sociais, antes, elaboram suas agendas particulares com finalidade de enriquecer e garantir a continuidade de um legado pernicioso ao colocarem seus descendentes no poder (Barreto, 2021, p. 44). No entanto, a consequência desse legado é uma “terra que vive em pobreza, vive sugada, esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarela, para que, na sua capital, algumas centenas de parvos, com títulos altissonantes gozem de vencimentos, subsídios, duplicados e triplicados” (Barreto, 2021, p. 45).

O espaço público é onde a cidadão pode viver o pluralismo político na sua forma mais plena, exercendo a liberdade para ser livre, podendo ouvir e falar, sem necessariamente ter um intermediário para limitar sua ação (Muller, 2018, p. 9). Portanto, para Arendt, não há como falar de democracia descolada de um espaço público que preserve a principal competência do espaço comum: a civilidade. Assim, fica o espaço público regido pela organização coletiva, distinta da lógica individualizada do espaço privado. O espaço público é lugar do partilhar o pão, como se referem os evangélicos em relação ao próximo, é o lugar de afirmação das particularidades, pois o espaço público não atomiza o sujeito, ao contrário, o liberta para que possa colocar mais mundo para dentro de si, fazendo com que exista espaço do relacionamento sem olvidar do diálogo de si para si. (*Ibid*, p. 9).

Logo, para compor o espaço público o indivíduo privado precisa ser posto em seu lugar. Para o cidadão nascer, o indivíduo privado precisa morrer, e essa mentalidade não é simplória, ao contrário, é o tipo de maturidade que não é própria de uma pessoa enraizada por seus conceitos e princípios privados. Olhando para a democracia brasileira em tempos de populismo reacionário, o espaço público se faz cada vez mais necessário, pois tempos sombrios se abateram sobre a democracia invertendo a lógica do constitucionalismo, com o espaço público servindo como pano de fundo para camuflar as ideias privadas e seu avanço sobre o espaço público (Muller, 2018, p. 10).

Dentro do espaço público cabe o que é do interesse público, logo, quando a bancada evangélica insere no espaço público pautas de interesse particular há uma sobreposição de

⁴⁶ Bruzundanga é uma forma satírica para descrever o Brasil definido por Lima Barreto como um país localizado na zona tropical, porém com uma estética de vestimenta de clima ártico, cuja população é doutrinação a ter modos, observar regras de etiqueta e comportamento enquanto morre de fome (Barreto, p.20, 2021).

realidade, dois mundos entram em conflito. A ideia na Constituição Federal de 1988 de pluralidade não pode ser utilizada como recurso retórico, ora válido, ora deslegitimado por meras afinidades eletivas. O pluralismo é o oxigênio do espaço público, pois sem isso a ideia de um constitucionalismo contra-majoritário escoa e mina qualquer perspectiva ou capacidade de luta de minorias vulneráveis, historicamente perseguidas e negligenciadas pelo Estado (Borges; Maia; Filho, 2019, p.10).

A razão pela qual o espaço público precisa ser plural está na interdependência de cada cidadão, pois o espaço público consiste no conjunto de cidadãos despidos do individualismo, porém, revestidos de individualidade, já que é dentro do espaço público que as competências e virtudes pessoais tomarão uma dimensão coletiva. Diante disso, o populismo reacionário não consegue prosperar, daí a necessidade de atomizar as relações sociais e transformar o cidadão de massa uniforme, inviabilizando as competências individuais, o que resta é somente a não-política (Muller, 2018, p. 11).

Hannah Arendt identifica alguns problemas para a condição humana na era contemporânea. O primeiro deles é que na atual configuração sócio-política a fronteira entre o público e o privado se mistura, assim, elementos próprios de um determinado espaço são transpostos para outro, por exemplo, questões relacionadas a gênero, homoafetividade, educação, para citar alguns. Logo, faz-se necessário estabelecer uma distinção entre o que pertence ao espaço público e o que é próprio do espaço privado, dessa forma, eis outro problema, em tempos de populismo reacionário, houve um estreitamento do espaço público, e alargamento do que é privado. Com a atomização coletiva, perdeu-se a individualidade, a capacidade de estabelecer julgamentos, assim, com a sociedade fragmentada e reduzida pela modelagem institucional à massa uniforme utilizada para radicalizar o espaço público, esse espaço foi perdendo espaço aos interesses privados detentores de uma ideia corrompida de pluralidade (Muller, 2018, p. 22).

O populismo de Bolsonaro apoiado nas lideranças evangélicas no Congresso despreza o espaço público, por isso o interesse em transformá-lo, ou melhor, moldá-lo conforme uma ideia pessoal de horizonte impedindo assim, que se construa uma musculatura política que interaja com o espírito constitucional possibilitando a construção de uma democracia emancipatória, fazendo do espaço público um lugar onde a pluralidade encontre a liberdade para ser livre (Muller, 2018, p. 22). A Constituição não é inimiga do estado laico ou da liberdade religiosa, ao contrário, o que se verifica na Constituição do Brasil de 1988 é uma profunda deferência a existência da liberdade religiosa. O Art. 5º, inciso VI da Constituição coloca como valor inviolável a liberdade de crença e de culto, portanto há não o que se falar

diante do direito constitucional brasileiro de cerceamento de liberdade religiosa no Brasil. Contudo, há de se fazer uma crítica constitucional as lideranças evangélicas que endossaram o projeto político autoritário de Bolsonaro. A ideia de espaço público que o populismo bolsonarista partilha é uma ideologia fascista, pois retira da pessoa sua individualidade e o reduz a um coletivo uniforme atomizado desprovido de pessoalidade, vontade, tampouco liberdade, portanto, essas lideranças deixaram a Constituição, que estrutura uma ordem social, jurídica e política em que se permite a existência e garante o direito de existência da pluralidade, para se associarem a um projeto de poder que pensa o espaço público a partir de uma lente excludente e deletéria para tudo que a Constituição defende.

A ascensão do populismo reacionário agrava a crise na democracia porque diferente da democracia que permite a construção de um espaço público livre de muletas metafísicas⁴⁷, o populismo bolsonarista e a beatice evangélica abraçam certezas e verdades que não pertencem ao espaço público. A crise dentro de uma lente filosófica não se reduz a uma problemática entre o momento histórico e a habilidade limitada para resolver uma situação, a crise aponta para oportunidade de mudanças (Porcel, 2013, p. 4), e por esse motivo a Constituição Federal deve ser defendida contra ataques de quem busca limitá-la, reduzi-la a mero formalismo jurídico, quando na verdade, a Constituição aponta para um “mundo entre parênteses”, como vai dizer Husserl (Torres, 2011, p. 56), um mundo onde que permite a ausência de certezas, um mundo como vai dizer o poeta Antonio Machado⁴⁸, onde o caminho se faz ao caminhar, golpe a golpe, verso a verso.

Nesse sentido, a Constituição se coloca como uma grande toca do coelho pela qual Alice⁴⁹ entrou. Alice era regida por uma pré-compreensão de um mundo que se encaixava em suas convenções de justiça, de moral, de políticas e de convivência social. Todas essas formatações começam a ser postas em xeque ao entrar pela toca do coelho, um buraco diferente de qualquer lugar pelo qual Alice já entrara. A Constituição é essa toca do coelho que cria o espaço público e convida a todos aqueles que entram a se permitirem abraçar as incertezas, conviver com o diferente, e até com o estranho, agir, não de acordo com uma ideia

⁴⁷ Muletas metafísicas" é uma metáfora que aponta para um corpo fraco que se apoia sobre algo para mitigar seu sofrimento. É justamente o que impede a evolução da humanidade, porque ao invés de a pessoa viver a vida como ela é, vive-se apenas pensando num mundo que não existe. Portanto, de acordo com Nietzsche, não se pode apoiar-se em utopias, dogmas e religiões que nada mais são que muletas. O indivíduo padece muito ao empreender suas forças numa ideia criada ao invés de buscar com essas mesmas forças, seus próprios ideais morais e éticos (Leite, 2022).

⁴⁸ Caminante no hay camino. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r9Jb6CeDvTc> . Acesso em 09 de agosto de 2024.

⁴⁹ Alice é uma personagem criada por Lewis Carroll na obra infantil Aline no país das maravilhas, publicada em 1865, que conta a história de uma garota chamada Alice que cai em uma toca do coelho e é transportada para um lugar fantástico com seres mágicos e antropomórficos.

particular de mundo, mas permitir que o mote que norteia a convivência seja partilhar com o outro aquilo que temos de melhor. Alice era tão intimamente governada por uma ideia particular de mundo que até mesmo a sua ideia de extraordinário não passava de algo comum dentro daquele novo cenário que passara a descobrir (Carroll, 2015, p. 20).

O direito não é simplesmente o mediador entre a política de a Constituição, antes é a condição sem a qual não há a liberdade para ser livre no espaço público. Logo, se a Constituição dá lastro para que os princípios dispostos no Art. 5º, dentre eles, liberdade e igualdade, sejam partilhados a todos, logo, projetos de lei produzidos por um legislativo que se jacta de representar valores cristãos não podem ser aceitos ou toleráveis dentro do espaço constitucional (Torres, 2011, p. 118).

Dessa forma, como o direito foi instrumentalizado pelo governo Bolsonaro para desnaturar a democracia, fazendo uso de decretos e leis, sobretudo para práticas antirrepublicanas e particulares, reduziu a vitalidade da Constituição e limitou a liberdade no espaço público. Talvez pela tradição brasileira de sempre esperar pelo Messias, a política seja torna-se um espaço muito suscetível para autocratas, de maneira que o direito ao invés de ser um agente de mudanças, é transformado em correntes que aprisionam as mudanças dentro do espaço público.

Ao utilizar o direito como instrumento de poder do populismo reacionário para modelador institucionalmente o espaço público, o direito passa a agir como uma corrente colocada sobre a democracia que estabelece a lei e a ordem, sendo uma arma para aqueles que estão em posição de poder e carrasco para aqueles que se opõem. Como a Constituição é apenas uma porta que oferece um caminho com possibilidades para a convivência no espaço público que não se pauta por vieses egocêntricos, a solução encontrada pelo bolsonarismo foi usar o direito para reduzir a complexidade da existência, oferecendo respostas fabricadas para questões complexas, fazendo do direito um rolo compressor impondo uma realidade particular para problemas coletivos (Leite, 2022).

Em 26 de junho de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 460, cujo teor julgava a inconstitucionalidade do parágrafo único, Art. 2º, da Lei 6.496/2015, oriunda do Município de Cascavel (PR), que aprovava o Plano Municipal de Educação de Cascavel. De acordo com o parágrafo único do Art. 2º, ficava proibido fazer qualquer menção no ambiente escolar a tudo que se refere a gênero ou orientação sexual nas escolas do município. Essa lei em Cascavel se assemelha bastante ao PL 709/2016 do Estado de Pernambuco, posteriormente declarado

inconstitucional, que objetivava proibir os profissionais de educação a fazerem qualquer referência a gênero e tudo que evolva a temática nas escolas do Estado de Pernambuco.

O Ministro Luiz Fux, relator da ADPF 460⁵⁰, em seu voto decidindo pela inconstitucionalidade do parágrafo único do Art. 2º, argumentou que a lei do município não poderia adentrar em matéria de competência da União, logo a lei do Município de Cascavel violava o Art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, portanto há um vício de inconstitucionalidade formal. Porém, de acordo com o Ministro Fux, a problemática está no vício materialidade. O que de fato se está produzindo no espaço público? Algo que trará a expansão do espaço de convivência e dilatação da liberdade para ser livre ou a imposição através da estrutura jurídica e política do Estado para fazer valer uma visão muito particular de mundo?

Em seu voto, o Ministro Fux ressalta a democracia como um processo que estabelece uma relação íntima entre igualdade e pluralidade, preceitos esses que são elementares do ponto de vista constitucional, e o papel da escola dentro desse arranjo está na promoção da liberdade como valor de cidadania e a pluralidade de ideias, todos positivados no texto constitucional (Art. 205 e 206 da CF). Assim, a permanência de um dispositivo como o parágrafo único do Art. 2º da lei do Município de Cascavel passa ao largo de uma afinidade eletiva ou neutralidade política, antes, constitui-se como verdadeiro elemento que infertiliza o campo de participação social, limita a pluralidade de ideias, atropela a gestão democrática do ensino. E se a preocupação com as crianças e adolescentes nas escolas se reduz a doutrinação ideológica, a resposta do Ministro Fux é abrir o espaço público e transformá-lo em um lugar afeto às diferenças, abertas ao diálogo, plural em sua concepção e humana em sua essência.

A relação entre o direito e a política não é e nem pode ser excludente, ao contrário, é sistêmica, pois um atua sobre o outro, influenciando as reações e movimentos em compasso com o outro, como uma grande dança em que cada parceiro ao desempenhar um movimento, afeta imediatamente o outro. Nesse ponto o direito não tem um papel meramente coadjuvante em relação à política. Não obstante o direito ter sido usado para tyrannizar o espaço público durante o governo Bolsonaro, ele pode ser mais do que isso, pode dar as ferramentas para a construção de uma política verdadeiramente democrática, contribuindo para a construção de

⁵⁰ Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da arguição de descumprimento de preceito fundamental e julgou procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 6.496/2015 do Município de Cascavel/PR, nos termos do voto do Relator. Falaram: pelo amicus curiae Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos - ANADEP, o Dr. Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho; pelo amicus curiae Instituto Mais Cidadania, o Dr. Roosevelt Arraes; e, pelo amicus curiae Associação Nacional dos Juristas Evangélicos - ANAJURE, a Dra. Raíssa Paula Martins. Plenário, Sessão Virtual de 19.6.2020 a 26.6.2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5204904>. Acesso em 10 de setembro de 2024.

políticas públicas relevantes. Nesse sentido, de acordo com Coutinho, o direito pode ser compreendido como uma caixa de ferramentas, que é capaz de ser um meio para o alcance de uma finalidade coletiva, o bem comum (Coutinho, 2013, p. 196). Portanto, para Arendt, falar em política e democracia é como falar um pleonasma, já que não existe uma política que não seja democrática (Torres, 2011, p. 146). Assim, não há política descolada da democracia, pois o direito é a condição de existência da democracia erguendo os limites legais da igualdade.

A partir do momento que o constituinte entendeu que os direitos humanos são fundamentos da República brasileira, não pode existir democracia de verdade sem uma cidadania que permita ouvir os invisíveis e indesejáveis, sem pluralidade, sem liberdade ou igualdade. Não há como falar em democracia constitucional quando ela não é composta dos elementos que a constituem, logo, falar em direitos fundamentais só é possível dentro de uma perspectiva dos direitos humanos, que se constroem por meio de inclusão e pluralidade (Marques, 2016, p. 3).

Há quem possa pensar, limitadamente, que a igualdade exclui a diferença. O problema das democracias autocratas é que não há espaço para o diferente, já que a diferença ameaça o poder e coloca em risco o controle. A única diferença que importa para o governo autocrata é aquela que acontece deliberadamente entre o líder e seus seguidores. Orwell em sua distópica obra – *Revolução dos Bichos* (2007) retrata com muita fidelidade o que acontece quando a diferença é limitada a persona do líder e a pluralidade é retirada do espaço público.

Quando os animais expulsam o dono da fazenda e tomam o poder, havia uma ideia de que a igualdade seria um princípio norteador da convivência entre os bichos. Uns não trabalhariam mais que outros e todos falar e ser ouvidos igualmente. Juntos formaram uma Assembleia Constituinte e criaram sua própria Constituição composta de sete artigos,⁵¹ que passaria a ser a bússola que orientaria a convivência a partir daquele momento. Todavia, Napoleão, um porco astuto e profundamente descompromissado com a democracia vigente, avoca-se como líder dos animais, e como primeira ação do novo governo anunciara que os conselhos comunitários estavam dissolvidos, que todas as decisões em relação à vida social seriam tomada por um conselho diretivo, cujo presidente seria o próprio Napoleão. Todos os animais deveriam se reunir apenas para receber as ordens sem questionamentos, pois todo e qualquer debate ou diálogo não seria admitido (Orwell, 2007, p. 48).

⁵¹ Os sete mandamentos: 1) Qualquer coisa que ande sobre duas pernas é inimigo; 2) O que andar sobre quatro pernas, ou tiver asas, é amigo; 3) Nenhum animal usará roupa; 4) Nenhum animal dormirá em cama; 5) Nenhum animal beberá álcool; 6) Nenhum animal matará outro animal; 7) Todos os animais são iguais (Orwell, p.25, 2007).

Após a construção do governo autocrata de Napoleão, os sete artigos da Constituição dos bichos foram revogados fazendo constar apenas um: todos os bichos são iguais, mas alguns bichos são mais iguais que outros (Orwell, 2007, p. 106). A igualdade e a pluralidade foram extirpadas do espaço público, e quando isso ocorre o fechamento do espaço para divergência e diálogo é fechado em nome do poder arbitrário, que descolado de qualquer base democrática ou constitucional tem seu sustento baseados no medo e na necessidade, fazendo com que a democracia seja escravizada por um projeto autoritário de poder.

Da união entre o direito e política no campo reacionário fez nascer no cenário social um poder perigoso para a democracia capaz manipulá-la por meio do sentido que esse poder provoca na sociedade. Todavia, é necessário se questionar a razão para o populismo reacionário de Bolsonaro encontrar eco em homens, em tese, piedosos, afetos ao amor fraternal, como é o caso das lideranças evangélicas no Congresso, ou seja, como uma política autocrática faz sentido na democracia? E aqui é mais um daqueles paradoxos das ideias fora do lugar. O sentido, para Han ocorre quando a contingência passa a ser modelada por uma figura determinada (Han, 2019, p. 51).

Portanto, dentro da lógica autocrata de Bolsonaro, o sentido para a promoção da não-política, da política antidemocrática, de seu inconstitucionalismo não velado é porque todas as suas ações criam uma relação, uma conexão que faz com que os horizontes hermenêuticos se encontrem (Han, 2019, p. 52), em outras palavras, há a formação de um significado para as pessoas que compartilham dessa vista e faz com que a ralé se enxergue naquela posição de líder salvador da nação, e quando essa comunicação ocorre, Nietzsche vai dizer o que poder se estendeu sobre os outros (Han, 2019, p. 53).

Dessa forma, os discursos e ações de Bolsonaro são manifestações do poder populista autoritário capaz de dar sentido às pessoas, assim, cada discurso reacionário de Bolsonaro é um discurso de poder que fixa o horizonte para onde a ralé irá focar produzindo os afetos necessários para aumentar a potência de agir contra tudo e todos que divergem ou possam discordar dos verdadeiros patriotas. Nesse sentido, até a própria verdade é submetida ao poder, afinal, até o melhor dos constitucionalistas não é capaz de convencer o pior dos reacionários, pois aquele não é capaz de dar a esse significado (Han, 2019, p. 57).

Houve quem comemorasse a derrota de Jair Bolsonaro, de certa maneira, é compreensível já que com sua derrota representou um intervalo do avanço de uma política institucionalizada danosa à democracia, porém, o populismo reacionário continua vivo e forte.

A microfísica do poder reacionário criou uma economia do poder⁵² fazendo com que a prática reacionária tomasse conta no espaço público sendo aceito e reproduzido. O que outrora era apenas uma ideia se transformou em uma organização que atravessa a coletividade se mostrando muito mais resiliente do que as investidas das instituições republicanas para reprimi-lo (Foucault, 2019, p. 45).

Como o populismo radical se espalhou pela vida cotidiana passando a fazer parte da paisagem nacional possibilitando que pessoas ajam como os coveiros do Hamlet que em meio à morte, eles cantavam. (Shakespeare, 2014, p.148), para o espanto do Príncipe Hamlet, o único com consciência para perceber a banalidade do mal, as palavras de Horácio fizeram sentido “o hábito faz parecer normal”. A microfísica do poder atravessou toda Elsinore e fez com que o jovem príncipe percebesse que o problema não estava somente no coveiro, ou em sua mãe, ou seu tio, assassino do rei, o país estava mergulhado em uma decadência moral e legal. A consequência prática disso é que a democracia e os democratas terão que lidar com as investidas cada vez mais frequentes desse poder reacionário sobre a arquitetura constitucional criada para promover um espaço público: aberto, plural e livre.

O domínio sobre o corpo é o próximo nível de uma política reacionária. A guerra de narrativas, guerra cultural, tudo isso orbita em uma atmosfera ideológica, porém, o poder utilizado no campo autocrático anseia por mais poder, e essa é a razão para que a política reacionária busque dominar o corpo, é o que se chama de biopoder (Foucault, 2019, p. 144). O PL 1904, apresentado à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em 17/05/2024, que propõe alterações ao Código Penal para equiparar o aborto realizado após 22 (vinte e duas) semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive nas hipóteses permitidas naquela legislação, isto é, nos casos de gravidez resultante de estupro (Art. 122 do CP) é uma confirmação de como a microfísica do poder populista de Bolsonaro se propagou pelo espaço público. Sob o manto da proteção da infância nossos Brás Cubas escravizam o corpo da mulher perpetuando o sistema opressor que sempre se valeu do poder, cujo único objetivo é exercer controle (Foucault, 2019, p. 288), permitindo a autocracia se promover dentro do espaço público.

Dessa forma, quando o poder constituinte originário pensou nas bases que estruturariam a Constituição que permitiriam a formação de um país sob o ponto de vista político-jurídico, um elemento essencial que compõe essa base constitucional é a diferença, um pressuposto básico, cuja não observância inviabiliza qualquer projeto legislativo, decreto

⁵² Para Foucault, a economia do poder era uma forma de fazer com que os efeitos do poder ventilassem de forma permanente e customizada para cada indivíduo em todo o corpo social (Foucault, p. 45, 2019).

executivo e decisão judiciária. A diferença é o que faz com que o Estado aceite a possibilidade da divergência e a liberdade para exercê-la permitindo a existência da discordância igualitariamente (Torres, 2011, p. 181). Assim, a diferença entre a Constituição e a barbárie está em fazer com que o direito e a política construam um espaço em que haja uma igualdade na diferença (Torres, 2011, p. 164), esse espaço é conhecido como espaço público.

Portanto, o problema do populismo reacionário é metodológico porque entende a democracia de forma linear e faz uma leitura schmittiana ao usar uma legalidade insuficiente para dar conta de uma realidade complexa, em outras palavras, o problema não está na Constituição, mas na forma como a Constituição é lida, porém, isso é compreensível se levarmos em conta ser característico de todo fanático não ter imaginação (Oz, 2016, p. 71). Quando Bolsonaro diz que cumpriu tudo que estava determinado pelas quatro linhas ⁵³da Constituição, mas retira, através de uma ação política fundamentalista, da Constituição elementos que dão a ela a força normativa que permite construir uma democracia emancipatória, e assim, fazendo da Constituição um mero factual jurídico, ou seja, não se nega existência da Constituição, somente a sua abrangência normativa.

A leitura cartesiana feita pelo populismo de Bolsonaro diverge do giro hermenêutico da modernidade. Gadamer critica essa fenomenologia hermenêutica. O fato de nós interpretarmos algo (*subtilitas intelligendi*) não significa que estamos compreendendo (*subtilitas explicandi*). A interpretação não é um processo isolado, posterior à compreensão. Gadamer entende que compreender é necessariamente interpretar, assim, a interpretação é a manifestação clara de alguém que compreendeu algo. Um texto sozinho, isolado não tem relevância, peso significativo, ou poder de transformação, dizendo de outra forma, mesmo que se compreenda e interprete um texto somente terá valor em sua aplicação prática. O texto quando diz algo, não diz para ficar nos campos da *subtilitas explicandi* e *intelligendi*, diz para um determinado propósito prático. É o chamado *phronesis* ou sabedoria prática, e esta aplicação prática é tão fundamental quanto compreender e interpretar (Gadamer, 2021, p. 313).

Mouffe ao dialogar com a teoria de schmittiana considera que um dos problemas com essa teoria é que para Schmitt a pluralidade é um problema para qualquer comunidade democrática, assim era fundamental, para haver estabilidade social, a existência de um coletivo homogêneo (Mouffe, 2025, p. 13). Por outro lado, Kelsen vai falar que a síntese da

⁵³ Bolsonaro no dia 21 de agosto de 2021 diz “Fiz tudo dentro das quatro linhas da Constituição...Vou dizer mais, todos os incisos do Art. 5º da Constituição, eu cumpri todos, não tem um só ato meu fora dessas quatro linhas”. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=pM_T-ej13nU&t=16s. Acesso em 15 de setembro de 2024.

democracia prática encontra-se a existência de um espaço público livre, igual e plural, pois na liberdade constitucional há um poder limitador das relações humanas, porém esse poder é oriundo dos próprios liderados, o que parece um paradoxo, na verdade, é a essência de uma democracia, já que a liberdade como valor fundamental só pode ser limitado por quem é detentor dessa liberdade, e isso remete ao valor fundamental da igualdade, muitas vezes erroneamente compreendido como um mero princípio majoritário. Para Kelsen essa democracia majoritária é apenas uma sombra do que é a vontade popular (Kelsen, 1993, p. 31), portanto, a ideia de que possa existir dentro de uma democracia saudável a política do “nós contra eles” parece, de acordo com a teoria kelsiana, uma distorção mal-feita do princípio da igualdade. Logo, para Kelsen, o desdobramento da ideia de liberdade no espaço público aprimora a democracia, fazendo-a ser melhorada sobre os espectros ideológicos e práticos (Kelsen, 1993, p. 35).

A ideia que Arendt propõe coloca a Constituição como um ventilador de uma atmosfera libertária que marca um novo começo para a vida em sociedade (Torres, 2011, p. 187). Contudo, o que tem potencializado a crise da democracia e ascensão de um populismo reacionário é a crise de representatividade, da qual Castells nos falou. Assim, há um problemático descolamento entre a democracia de acesso e a democracia de exercício, o que faz com que o direito, no viés constitucional, e a política, na vida representativa e concretizadora dos interesses sociais, sejam questionados se ambos atuam apenas sob uma ótica de princípios e normas que não guardam relação com a vida prática das pessoas.

A Constituição somente deixará de ser apenas uma garantia de acesso à democracia para se tornar uma democracia plena em exercício quando a política incorporar o seu espírito libertário com todas as normas e princípios fazendo com que essa natureza principiológica se torne parte do espaço público. Logo, o que é próprio para pertencer ao espaço público não é o ativismo revestido de interesses particulares e antidemocráticos produtos de um populismo reacionário, pois com isso, há somente o fechamento do espaço comum. O que faz com que haja efetividade do direito e da política é fazer com que o espaço público seja habitado por discursos e ações públicas

ATO III - MEFISTO⁵⁴

Cena I – Palavras, palavras, palavras⁵⁵

Neste capítulo serão analisados alguns discursos de Bolsonaro e das lideranças evangélicas com Congresso Nacional que apoiaram a investida autoritária sobre a democracia no Brasil. Assim, o objetivo de se fazer uma análise dos discursos de Bolsonaro e seus apoiadores é verificar se os elementos que caracterizam a política populista de Bolsonaro – o apelo ao povo, a transgressão institucional e o embate social que alterou o espaço público – estão presentes e se esses elementos também são reproduzidos nos discursos e ações das lideranças evangélicas no parlamento. Portanto, como critério de busca dos elementos que identificam uma política populista autoritária e a sua relação com os evangélicos serão utilizadas palavras contemplem o populismo autoritário: falar sempre em nome de Deus, promover a defesa de valores cristãos como a família e educação de filhos, o incentivo à polarização – a política do “nós contra eles” ou o “bem contra o mal”, o desprendimento com os valores democráticos, a apologia à liberdade através da violência, o forte apelo ao povo, a deslegitimação da existência das instituições e a exaltação à figura do líder.

Mais do que as palavras ditas, que produzem sentido, esta análise também terá como finalidade buscar aquilo que não é dito no discurso, mas que é igualmente poderoso para produzir sentido. A fim de compreender o que é dito, é também preciso compreender o que não é dito, e com isso entender o seu significado (Orlandi, 2007, p. 29). Ao analisar discursos políticos, há de se observar o silêncio da política, já que quando se diz algo, o que não é dito torna-se tão importante quanto (Orlandi, 2007, p. 53).

Portanto, a realizar as análises dos discursos, além de buscar a compreensão do que não é dito, buscaremos compreendê-los sob dois aspectos. Primeiro é a busca pelo sentido dos discursos ao analisarmos elementos sintáticos e semânticos e o segundo elemento é o contexto histórico e social em que esses discursos foram produzidos, pois para que haja sentido na linguagem é preciso que exista contexto que dialogue com a realidade (Fiorin, 2022, p. 10).

O príncipe Hamlet ao ser indagado pelo cortesão Polônio sobre o que estaria lendo, a resposta do príncipe foi direta “Palavras, palavras, palavras” (Shakespeare, 2014, p. 67). Àquela altura, já estava claro para Hamlet sobre quem era Polônio, o homem da etiqueta, o

⁵⁴ Livro escrito por Klaus Mann, publicado em 1936, que conta a história de Hendrik Hofgen, um ambicioso ator, que ao se valer da fama, prestígio, poder, e a glória, obtidos dentro do partido nazista por seu endosso a figura do Fuhrer. Hofgen passa a interpretar um personagem fora dos palcos, fingindo ser alguém comprometido com o povo, com causas humanistas, enquanto suas ações alimentaram o culto ao messias, em uma época que ninguém tinha o direito de contestar suas mentiras ou sua incapacidade intelectual, tornando o povo mais miserável e mais fanático.

⁵⁵ Fala do príncipe Hamlet quando questionado pelo cortesão Polônio sobre o que o jovem príncipe estava lendo. Hamlet responder de forma irônica “palavras, palavras, palavras” (Hamlet, 2014, p. 67).

homem que dizia o que fosse preciso, incapaz de formular um pensamento refinado, homem medíocre que presta serviço para um rei traidor e assassino do próprio irmão descolado de qualquer pensamento ou juízo crítico sobre o que estava fazendo (Ghirardi, 2011, p. 192).

Polônio possivelmente endossaria o coletivo da ralé bolsonarista, dono de uma verborragia irrelevante, ao passar conselhos para Laertes, seu filho, aparenta uma sabedoria que logo de dissipa, já que tudo que Polônia fala está em desarranjo com o mundo real, assim Polônio é um homem de palavras vazias, o qual Hamlet despreza (Ghirardi, 2011, p.194). Assim como Polônio, as palavras de Bolsonaro são descoladas da realidade democrática, a despeito de que constantemente Bolsonaro afirma está jogando dentro do espectro constitucional. Contudo, mesmo que seus discursos estejam em descompasso com a democracia e a Constituição, esse discurso encontra eco entre a ralé bolsonarista, e assim como Polônio, Bolsonaro fala tudo que é preciso para está e se manter no poder.

Cena II – Crônica de uma morte anunciada⁵⁶

O primeiro discurso que faremos análise é possivelmente o discurso mais emblemático de todos que veremos, porque a partir desse discurso Bolsonaro anunciara o que seria o seu governo e como lidaria com a democracia e a Constituição.

No dia 19 de abril de 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro e poucos meses após a sua posse como Presidente da República, centenas de manifestantes se reuniram em Brasília em frente ao Quartel General (QG) do Exército para pedir intervenção militar e ruptura democrática. O Presidente da República, Jair Bolsonaro, não apenas vai a uma manifestação antidemocrática como discursa para seus apoiadores.

Bolsonaro diz:⁵⁷

Eu estou aqui porque acredito em vocês.
 Vocês estão aqui porque acreditam no Brasil.
 Nós não queremos negociar nada, nós queremos é ação pelo Brasil.
 O que tinha de velho ficou pra trás, nós temos um novo Brasil pela frente.
 Todos, sem exceção, no Brasil, têm que ser patriotas e acreditar e fazer a sua parte para que nós possamos colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece.
 Acabou a época da patifaria.
 É agora o povo no poder.
 Contem com o seu presidente para fazer tudo aquilo que for necessário para que nós possamos manter a nossa democracia e garantir aquilo que há de mais sagrado entre nós, que é a nossa liberdade.
 Todos, no Brasil, têm que entender que estão submissos a vontade do povo brasileiro.
 Tenho certeza, todos nós juramos um dia dar a vida pela pátria, e vamos fazer o que for possível para mudar o destino do Brasil.

⁵⁶ Livro de Gabriel Garcia Marques de 1981, em que o narrador faz uma constituição da morte do personagem principal – Santiago Nasar.

⁵⁷ Jair Bolsonaro, dia 19 de abril de 2019, participou e apoiou de forma pessoal e institucional uma ação política organizada por apoiadores em frente ao QG do Exército em Brasília que exigia ruptura institucional e ditadura militar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=553D8VHI8Mo>. Acesso em 10 de outubro de 2024.

Chega da velha política! (gritos de mito, mito, mito)
Agora é Brasil acima de tudo e Deus acima de todos!

Bolsonaro começa seu discurso de forma simples e direta falando que acreditava no povo que se reunia em frente ao QG do Exército em Brasília, contudo, vale ressaltar que aquela reunião não se tratava de uma reunião pacífica, organizada por apoiadores que se identificava com as ideias de um líder político. A reunião daquelas pessoas confrontava a Constituição, não obstante que em seu Art. 5º, inciso XVI, prever a liberdade de reunião, essa liberdade que o legislador constituinte deliberou não abarcava uma liberdade para abolir o fim do Estado de Direito, como foi o intuito daquela manifestação. Abolir o Estado Democrático de Direito através de um golpe militar não é ser pacífico, pedir a volta do Ato Institucional nº 5, que arbitrariamente foi usado para cercear direitos fundamentais não é uma forma de reunião pacífica.

Porém, aquilo que Bolsonaro não diz fala muito mais. Ao dizer que acredita no que aquelas pessoas estão fazendo, ele diz que acredita na forma de violência simbólica passada através daquela manifestação, ou seja, o que Bolsonaro realmente está dizendo é que acredita na mensagem simbólica passada por seus apoiadores, de que faz sentido, para aquelas pessoas, construir uma realidade que aos moldes da forma de pensamento manifesto naquele ato (Bourdieu, 1989, p. 11). Assim, quando Bolsonaro fala que acredita naquelas pessoas, ele cumpre sua função política de ser instrumento realizador de um coletivo que não se identifica com direitos fundamentais dispostos na Constituição, tampouco ter compromisso com Estado de Direito, democracia e liberdade.

Bolsonaro encarna a figura de um líder populista quando traz as pessoas para perto, como se estivesse quebrando a quarta parede de uma grande encenação teatral se comunicando com o público, a fim de fazer o público acreditar que ele também faz parte do espetáculo. Ao se dirigir àquelas pessoas e dizer que elas fazem o que fazem porque acreditam no Brasil, que todos devem ser patriotas e fazer sua parte, e quiçá, dá a vida pela pátria, e que agora é o povo no poder e todos devem entender que estão submissos à vontade do povo, Bolsonaro está promovendo o seu populismo reacionário através do elemento povo, que para este trabalho designamos de ralé.

De acordo com Muller, o primeiro elemento que constitui a democracia é o povo (Muller, 2011, p. 51), porém é preciso analisar, especialmente, durante o período que Bolsonaro ocupou o poder, quem é esse povo, o qual o ex-presidente se referia, conclamava e se apoiava. O termo povo precisa ser analisado dentro do contexto do populismo bolsonarista, em razão de carregar uma carga semântica que permite identificar a quem Bolsonaro busca se comunicar e a razão para fazê-lo.

Quando Bolsonaro se dirige ao povo, aos patriotas, e faz questão de ressaltar que o Brasil, a partir do seu governo em diante, seria governado pelo povo, Bolsonaro está dizendo que anteriormente, o Brasil não era governado pelo povo, contudo, o povo, para Bolsonaro, não é aquele disposto pela Constituição, Art. 14, portador de direitos políticos, também não é aquele colocado pelo parágrafo único, do Art. 1º da Constituição Federal, apesar de fazer referência a esse dispositivo como recurso demagógico. O povo o qual Bolsonaro chama de patriotas e a quem ele se dirige é o coletivo social que pensa como ele pensa e que endossa a concepção de (anti)democracia que Bolsonaro entende.

Apelar para o verdadeiro povo é importante para Bolsonaro porque cria um senso de pertencimento, fortalece o espírito daqueles que se sentiram abandonados pelo povo não patriota e dá a essas pessoas uma causa pela qual lutar (colocar o Brasil no lugar que ele merece) e um inimigo para ser combatido, um inimigo que pretendia supostamente tirar a liberdade dos brasileiros. Em outras palavras, a participação de Bolsonaro em um ato abertamente golpista e inconstitucional e nada mais que uma estratégia para demarcar a fronteira (Mounk, 2019, p. 62), pois separando o joio do trigo é possível deixar claro quem faria parte do seu governo e quem seria combatido pelo seu governo.

O povo pode ser estudado e compreendido sob várias perspectivas dentro das ciências sociais, de forma que não seria possível delimitar o conceito de povo devido aos diversos campos de conhecimento em que é estudado, porém, no direito é possível unificar essa gama de definições, já que todas essas definições precisam ser filtradas pelo direito, daí a razão de uma Constituição eclética como a brasileira, capaz de estabilizar essa multiplicidade conceitual em unidade jurídica (Kelsen, 1993, p. 36). Portanto, há um problema quando o populismo reacionário de Bolsonaro traz para o espaço público, construído sobre uma base jurídica, um conceito de povo que não passa pelo filtro constitucional, ou seja, ao se referir a um povo, que despreza a ideia de Constituição, como verdadeiros patriotas, e fomentar a ideia de que o Brasil seria governado pelo povo que o apoiasse, Bolsonaro criou uma fratura social e jurídica.

A fratura social teve implicação direta no espaço público, pois ao estabelecer a separação entre brasileiros patriotas e não patriotas, Bolsonaro estabelece uma “cortina de ferro”⁵⁸ responsável pela separação de famílias, amigos, militância agressiva nas redes

⁵⁸ A origem está num conhecido discurso de Winston Churchill (1946), que sinalizou o início da Guerra Fria. Ele usou essa metáfora para descrever a divisão da Europa, destacando que várias capitais na Europa Central e Oriental, como Varsóvia, Berlim e Budapeste, estavam sob a esfera soviética e sujeitas à influência de Moscou. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/ephis/assets/edicoes/2023/comp-list-docs.html>. Acesso em 13 de outubro de 2024.

sociais, e até igrejas, historicamente definidas como um espaço de amor, acolhimento e fraternidade embarcam na cruzada para purgar o Brasil dos inimigos da pátria. Já a lesão jurídica do Bolsonarismo está em fazer desse povo, o qual Bolsonaro chama de patriotas, e Hannah Arendt chama de ralé, senhor da Constituição. Assim, todas as garantias e prerrogativas constitucionais, sobretudo, na área dos direitos humanos, Estado de Direito, liberdade política, objetivaram ser submetidas à vontade dessa ralé. Portanto, dentro da lógica bolsonarista, esse povo é que deveria filtrar a Constituição e não o contrário, pois dentro de uma interpretação equivocada, já que todo poder emana do povo, esse povo (ralé) detinha o poder de moldar e desnaturar a Constituição, transformando o Estado democrático de direito, em um Estado autocrático.

Quando Bolsonaro fala que fará tudo que for necessário para manter a democracia, assim como o conceito de povo, a democracia para Bolsonaro e sua ralé precisa ser analisada sob a ótica reacionária, já que para a ralé, a ideia de democracia é distinta daquela disposta na Constituição que expressamente versa sobre dignidade da pessoa humana, pluralismo político⁵⁹, construção de uma sociedade livre⁶⁰. Bolsonaro se coloca como um sustentáculo da democracia e bastião da liberdade. Em sua fala dá a entender que o Brasil está ameaçado, não por um inimigo externo, mas um inimigo interno, esse inimigo tem nome, tem rosto, são as elites, que paradoxalmente, não são as elites do agronegócio, as elites financeiras. As elites que o Bolsonarismo indica como inimigas da pátria e que ameaçam a democracia e a liberdade são as universidades, os pensadores, os políticos, os artistas. No campo cultural, por exemplo, ganha destaque o pronunciamento do Secretário Nacional de Cultura de Bolsonaro, Roberto Alvim⁶¹, que em 17 de janeiro de 2020, em um pronunciamento, ao se referir à cultura nacional, deixa transparecer a iniciativa de estabelecer o controle sobre a produção

⁵⁹ Art. 1º da Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 de outubro de 2024.

⁶⁰ Art. 3º e Art. 5º da Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 de outubro de 2024.

⁶¹ “... Eu sou Roberto Alvim, Secretário Especial da Cultura do governo do presidente Jair Bolsonaro. Eu venho falar a vocês um assunto muito importante. Quando eu assumi esse cargo em novembro de 2019, o presidente me fez um pedido. Ele me pediu que eu faça uma cultura que não destrua, mas que salve a juventude. A cultura é a base da pátria. Quando a cultura adocece, o povo adocece junto. É por isso que queremos uma cultura dinâmica, mas ao mesmo tempo enraizada na nobreza dos nossos mitos fundantes: a pátria, a família, a coragem do povo e sua profunda ligação com Deus... As virtudes da fé, da lealdade, do autossacrifício e da luta contra o mal serão alçadas ao território sagrado das obras de arte... A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional, será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes de nosso povo, ou então, não será nada. Ao país a que servimos, só interessa uma arte que cria sua própria qualidade a partir da sua nacionalidade plena, e que tem significado constitutivo para o povo, para o qual é criada”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3lycKFW6ZHQ>. Acesso em 13 de outubro de 2024.

cultural nacional e a divergência que não seria tolerada, caso a cultura não se adequasse aos ideais do governo de Bolsonaro.

Ao dizer que não iria negociar nada, Bolsonaro, pelo menos a princípio, cumpre essa promessa e com isso duas características de seu populismo reacionário podem ser apreendidas. A primeira é a deslegitimação dos atores políticos por não representarem mais os interesses do povo, o que para Umberto Eco sinaliza traços de uma política fascista (Eco, 2018, p.58), Bolsonaro governaria apenas com o povo que o elegeu, e a segunda característica é o desprezo pelo que Sérgio Abranches chamou de presidencialismo de coalizão, um modelo de gestão política, a fim de permitir a governabilidade em razão de o Brasil ter um formato político composto por uma multiplicidade partidária, o que coloca o executivo na posição de compor o seu governo com o quadro diverso de representações políticas (Abranches, 1988, p. 22). Esse é o atributo contido no populismo reacionário de Bolsonaro que se chama de modelagem institucional. Por isso esse discurso de Bolsonaro é tão importante para o direito e também a política, é um discurso profético, porque é a partir dele que Bolsonaro inicia a sua caminhada, enquanto Presidente da República, de ataque à democracia.

A fim de evitar as negociações e as tratativas com o Congresso Nacional, Bolsonaro tentou governar o Brasil através Medidas Provisórias (MP) e decretos executivos, que, a princípio, encontram base legal na Constituição Federal nos Art. 62, em caso de relevância e urgência e Art. 84, inciso VI, respectivamente, contudo, a despeito de fazer parte das competências privativas do presidente da república a edição de MPs, emendas constitucionais, decretos autônomos e regulamentares, há de se observar que esse poder serve como instrumento para concretizar os objetivos e fundamentos da república. De acordo com Spinoza, a relação entre o detentor do poder e os instrumentos de efetivação desse poder não podem ser analisados somente pela ótica de quem detém o poder, mas também pela natureza de seus instrumentos. Assim como não é possível falar para uma mesa comer capim (Spinoza, 2017, p. 55), não é constitucional que Bolsonaro utilize os instrumentos constitucionais para promover um projeto político autoritário, é necessário que se observe a teleologia dos instrumentos constitucionais.

De todos os projetos de lei enviados pelo governo Bolsonaro ao Congresso, 76% eram MPs, e de janeiro de 2019 a maio de 2022, Bolsonaro editou mais de 1.400 decretos que modificaram a estrutura da administração pública federal, a exemplo dessa investida de Bolsonaro contra o espaço público, o Decreto 9.759/2019 ⁶²extinguiu todos os conselhos que

⁶² Decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece as regras e limitações para os colegiados da administração pública federal. Esse decreto foi revogado pelo Decreto nº 11.371/2023. Disponível em:

assessoram a Presidência da República na elaboração de políticas públicas e que têm como membros setores representativos da sociedade civil. Esse decreto foi julgado pelo STF no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6121⁶³ que vetou a produção de efeitos de forma abrangente ao julgar que somente poderiam ser extintos conselhos criados por decreto do executivo, já aqueles criados por lei somente poderiam ser extintos por determinação legislativa. Portanto, essas tentativas do populismo reacionário de Bolsonaro em minar a estrutura democrática podem ser definidas como infralegalismo autoritário, metodologia utilizada para desnaturar a democracia utilizando dos seus próprios institutos legais para atacá-la (Barbosa; Glezer; Vieira, 2023, p. 39, 41).

Por fim, Bolsonaro se apresenta como líder providencial (Hambloch, 2000, p. 58), um líder ungido pelo próprio deus para purgar o Brasil de suas mazelas. Por isso em sua fala Bolsonaro diz que o tempo da patifaria teria acabado, e que iria pôr fim a velha política, e fecha seu discurso, sob os gritos de “mito, mito, mito”, dizendo que agora seria o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos, apelando mais uma vez ao povo que o apoiava e a Deus, por está investido por uma suposta vontade divina que o legitimava a se colocar como líder supremo desse movimento de expurgar o mal do Brasil⁶⁴.

A conduta de Bolsonaro, de se apresentar como o mensageiro das bem aventuranças, de um tempo de paz e prosperidade para o povo brasileiro, em certo sentido, assemelha-se a narrativa de *Coração das Trevas*, do escritor ucraniano Joseph Conrad. Conrad em sua narrativa vai dizer que em meados do século XIX, o rei Leopoldo II da Bélgica ansiava por uma colônia para chamar de sua. Assim, o rei passou a promover uma militância para acabar com a escravidão na África. Assim, passou a promover no que é o atual país do Congo, expedições pretensamente humanitárias e científicas, contudo o que se viu foi um dos maiores genocídios da história. Estima-se que em 25 anos de exploração sob o regime de Leopoldo II 10 milhões de pessoas tenham morrido. Conrad que chegar ao Congo se depara com o horror produzido por uma pessoa que se dizia embaixador da civilização (Conrad, 2021, p.17,18).

https://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm. Acesso em 14 de outubro de 2024.

⁶³ Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 6121, proposta pelo Partido dos Trabalhadores questionando a compatibilidade, com a Constituição Federal, dos artigos 1º, parágrafo único, inciso I, e 5º do Decreto nº 9.759/2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5678906>. Acesso em 14 de outubro de 2024.

⁶⁴ “Estamos aqui hoje vivendo o propósito de Deus para o Brasil. O senhor foi ungido e escolhido para ser o governante dessa pátria. O senhor tem se posicionado exatamente nessa brecha, a brecha de Deus para trazer ao Brasil uma nova esperança, um novo alento”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6hJwXptl1d4>. Acesso em 14 de outubro de 2024.

Quando Bolsonaro se avoca na pessoa de um líder libertador, a mensagem passada ao povo que compactua com suas ideias é que ele faria do Brasil um feudo para chamar de seu, assim como o rei Leopoldo II, sob o pretexto de acabar com a velha política e levar a ordem ao caos, Bolsonaro inicia um trajeto de desconstrução democrática se utilizando do cargo para aumentar seu poder eliminando tudo que se colocasse contra o seu objetivo de construir um país a sua imagem e semelhança.

Os gritos de mito, mito, mito que vemos é a tradução de uma linguagem negativa que fora personificada na figura de Bolsonaro e isso, para uma democracia constitucional, é anormal. Todo mito, para Cassirer contém mais vícios do que virtudes (Cassirer, 2003, p. 36). Assim, atribuir a alguém figura de um mito não é expressão de sabedoria, mais de loucura coletiva, por isso todo figura mítica é patológica desde a origem até sua essência. Inicia-se no campo do discurso, mas logo se alastra por todo o tecido social (Cassirer, 2003, p. 38). O mito, para Cassirer, é sempre patológico porque se traduz em uma grande ilusão coletiva produto da construção mental humana de atribuir a uma pessoa características que transcendem a natureza humana (Cassirer, 2003, p. 39).

A construção de um mito está ligada ao poder e a capacidade de compreensão que um determinado coletivo social tem sobre do mundo da vida, e isso reverbera em todas as esferas da vida, pois determina a forma como esse coletivo pensa (Cassirer, 2013, p. 19). Logo, se o mito depende da habilidade de pensamento das pessoas, Hannah Arendt tem razão quando critica a conduta de Eiche mann de apoiar o regime nazista, visto que quanto maior a capacidade crítica de alguém em estabelecer um diálogo consigo mesmo, menor será chance de construção de um mito, sobretudo a partir de ideias oriundas de sentimentos revanchistas, reacionários, de intolerância em relação ao outro (Cassirer, 2003, p. 63).

Os gritos de mito entoados pela ralé que endossou um projeto autoritário de populismo nada mais são que uma forma reducionista de enxergar o espaço público e de exercer um diálogo crítico. Logo, é através da linguagem que se constrói um entendimento sobre a realidade que se traduz de maneira lógica para um determinado coletivo e faz com que esse coletivo se perceba no mundo (Stein, 2010, p. 20). Assim, o populismo reacionário fez sentido para a ralé por meio de um engenhoso processo de comunicação (Stein, 2010, p. 28). Quando Bolsonaro encarna a figura de ungido de Deus e mito, fica patente para a ralé que não se trata de um homem comum, mas um homem que transcendeu a existência. Bolsonaro simplesmente se vale da incompetência de pensar daqueles que o apóiam, como todo líder de um movimento autoritário, logra proveito em seu intento por se basear na debilidade da ralé, tão débeis que necessitam de um dominador (Eco, 2018, p. 53). O uso instrumental desse

coletivo para se legitimar como aquele que libertará do Brasil das correntes impostas por uma elite, quando na verdade fez como o rei Leopoldo II, que estabeleceu as próprias correntes sobre o povo que dizia libertar.

Cena III – Casa de Jezebel⁶⁵

O segundo discurso de Bolsonaro a ser analisado ocorreu no dia 09 de julho de 2022, em um evento tradicional da igreja evangélica chamado de Marcha para Jesus. Esse discurso diz muito sobre a aliança política entre Bolsonaro e parte da igreja evangélica brasileira, que veio a se tornar um dos pilares que ao longo de todo período em que Bolsonaro esteve no poder, sustentou a sua governabilidade.

Bolsonaro diz:⁶⁶

É uma satisfação muito grande está aqui. Todo dia é dia do Senhor, mas hoje é um dia especial.

A presença de vocês de forma maciça é um grande sinal, uma grande constatação de que o Brasil é um país cristão. É um país que defende a vida desde a concepção. É um país que quer o respeito às crianças em sala de aula, por isso é contra a ideologia de gênero. É um país que quer uma sociedade sadia, por isso somos contra a liberação das drogas.

Somos um país que defende a família, um país onde a sua grande maioria é do bem, uma pátria inigualável no mundo todo, somos bem quistos em qualquer lugar do globo terrestre, as nossas políticas são bem aceitas no mundo todo.

Passamos por momentos difíceis, uma pandemia. Lamentamos as mortes, consequências na nossa economia também por uma guerra lá fora, mas essas questões são passageiras porque temos um povo resiliente, um povo que sabe lutar, um povo unido acima de tudo, os maus momentos que passamos fiquem de exemplo para todos.

Vocês viram quem fechou igrejas pelo Brasil, quem obrigou vocês a ficarem em casa, quem quis tirar partido política daquela situação. Isso passa.

Temos pela frente uma luta do bem contra o mal. Tá bem claro o campo de batalha, mas como a historia sempre mostrou, o bem será vitorioso.

Estou aqui porque acredito em vocês e todos nós estamos aqui porque acreditamos em Deus.

Tenho participado desde há muito, desde quando deputado federal em marchas semelhante a essa por todo o nosso Brasil.

A gente vem aqui para somar energias, nós viemos aqui para mostrar para o mundo que o nosso Brasil é um dos maiores países cristãos do globo terrestre.

Somos do bem, queremos a paz, e sabemos exatamente quem são aqueles que querem roubar a nossa tranquilidade e a nossa liberdade.

Nós somos escravos das nossas decisões que tem que ser tomadas como diz a própria bíblia: seja quente, ou seja, frio, mas não seja morno.

Lá atrás falei muito sobre João capítulo 8 versículo 32: e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.

Era um país onde especial, a classe política estava longe dessa passagem, mostramos a força da palavra, depois entramos em outra fase onde existem alguns aqui que vão aprender bem aqui na minha frente, dado a posição, o gesto que fizeram quando eu passei ali em baixo.

⁶⁵ Essa é uma referência ao capítulo trinta e oito do livro O conto da aia, de Margaret Atwood, em que a autora faz uma crítica a uma moralidade vazia dos líderes religiosos e políticos da sociedade fictícia de Gileade, ao descrever a existência e funcionamento de uma casa de prostituição em uma sociedade que pregava a pureza moral com base em valores bíblicos.

⁶⁶ Discurso de Jair Bolsonaro em comemoração dos 30 anos da Marcha para Jesus, no dia 09 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Si2P2g11jRY>. Acesso em 15 de outubro de 2024.

Diz a outra passagem: por falta de conhecimento meu povo pereceu.

Vamos aprender com o erro dos outros, vamos fazer o melhor de nós, vamos falar a verdade, vamos aprender, vamos nos interar.

E tem uma outra passagem aqui, já que a única diferença que existe entre nós aqui e vocês ai é esse tablado onde estamos numa posição mais elevada.

Tem uma outra passagem que é bem clara: nada temeis, nem mesmo a morte, a não ser a morte eterna.

Aqueles que teimam em fugir desses ensinamentos, eu faço um apelo. Partam em direção do estado de Roraima e veja as centenas de pessoas que fogem da Venezuela para o nosso país, não estão fugindo da violência apenas, estão fugindo da fome. Pessoas da mesma idade de vocês, de uma minoria que faz esse gesto, chegam em Roraima pesando 20 quilos a menos.

Eu sempre peço a Deus todos os dias ao dobrar os joelhos e rezar o pai nosso, que o nosso povo, especial vocês, a minoria aqui da frente, não sofram as dores do comunismo e do socialismo.

A questão econômica, vocês sabem que começam a ser superadas, não é um problema apenas do Brasil, é do mundo todo.

Nós, o que menos sofremos nesse momento nessa questão econômica, e somos os primeiros a sair dessa situação, porque nós demos uma nova dinâmica à política. Botamos gente ao nosso lado, que acima de tudo, tem Deus no coração e mais ainda, são pessoas técnicas que se prontificam a trabalhar por todo o nosso Brasil.

Repito! Aprendamos com os erros dos outros. Tem certas coisas que depois de serem experimentadas dificilmente voltam a uma situação de regularidade.

O Brasil no mês passado passou da 13ª para a 10ª economia do mundo. Os números mostram que estamos no caminho certo. Fomos negociar fora do Brasil os suprimentos de fertilizantes para a nossa pátria. Hoje nós temos uma que cada vez mais, mais países não têm. Nós temos a nossa garantia, a nossa certeza alimentar. Busquemos sempre isso, nós podemos viver, mas nem sempre poderemos sobreviver sem esse alimento material. Obviamente, acima do material e o alimento espiritual.

Nós não podemos deixar que pessoas em nome de proporcionar o bem para todos roubem lá na frente a nossa liberdade. Nunca em falei em censurar ou democratizar a nossa mídia. Somos um país livre e devemos continuar assim, e digo tão ou mais importante do que a própria vida é a nossa liberdade, em especial a nossa liberdade de culto.

Vocês sabem, vivemos num país laico, mas o seu presidente é cristão! (gritos de mito, mito, mito).

O nosso bem maior é isso que não podemos ousar perder. Eu agradeço a Deus pela minha segunda vida e por essa missão de estar à frente do executivo federal, mas tem uma coisa que nos faz vencer: é a consciência tranquila, é o governo que acabou com a palavra corrupção, e sempre digo, se aparecer ajudares a investigar. Isso não é virtude de um governo, isso é obrigação.

Sou paulista, criado aqui no Vale do Ribeira, uma pequena cidade que tem aproximadamente 4 mil habitantes (pessoal de Eldorado, não sabia que estavam ai, um abraço a todos vocês). Somos uma pátria onde todos podem ascender, todos podem buscar o seu lugar ao sol, depende de si, da sua força de vontade, da sua crença e da sua fé.

Ninguém tem o que nós temos, em especial, esse povo maravilhoso, miscigenado, misturado, aqui nesse espaço de 8,5 milhões de quilômetro quadrados existe gente de todos os lugares do mundo. Temos grandes colônias, muitas, maiores até que seus próprios países e vivemos em paz.

Aqui na verdade é a grande terra, a terra mais que do futuro, a terra do presente.

Para encerramento, eu só peço uma coisa pra todos vocês, que Deus os ilumine nos momentos que vocês terão que decidir, e não é fácil, mas o futuro do Brasil está nas mãos de cada um de vocês.

Muito obrigado meu Deus por essa oportunidade, dizer a vocês que vocês moram no meu coração, e termino com algo que uni a todos nós: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!

Quando Bolsonaro sobe em um palco e diz que todo dia é dia do Senhor, a fala seguinte não poderia ser outra que não promover um ataque direto aos valores constitucionais

de separação entre igreja e estado. Bolsonaro vai dizer que pelo fato daquelas pessoas, que professam a fé cristã, estarem reunidas ali, essa seria uma prova inequívoca de que o Brasil é um país eminentemente cristão. Todavia, esse tipo de fala tem um problema, especialmente, quando se origina do chefe do poder executivo nacional.

O Art. 19 da Constituição Federal de 1988 veda expressamente a associação entre a igreja e o Estado, já que ambos têm funções distintas dentro do coletivo social, e o Art. 1º, inciso V, da Constituição traz o princípio do pluralismo político, que faz a democracia não se tornar uma tirania de determinado grupo político ao chegar ao poder. A fala de Bolsonaro tende a ignorar essa composição nacional e procura afirmar que a democracia é apenas uma questão de majoração, esquecendo-se que existe uma democracia humanitária que se baseia na dignidade da pessoa humana. Bolsonaro, deliberadamente, despreza outros coletivos religiosos, que são igualmente sujeitos de direito, fazendo do pluralismo político um dispositivo constitucional sem nenhuma relevância social.

A fala de Bolsonaro é problemática sob o aspecto jurídico, já que a Constituição criou uma regra para vedar que a institucionalidade do Estado esteja ligada à igreja, e como exceção, criou uma possibilidade, somente permitindo essa associação para fins de garantir o interesse público, que para dizer o óbvio, está para além de somente o interesse evangélico. Herman Dooyeweerd ensina que existem esferas de soberania que organizam e regem as áreas da vida: família, estética, ética, científica, jurídica, religiosa etc. Cada esfera, ou seja, cada aspecto da nossa vida tem um núcleo irreduzível, de forma que interferir no funcionamento de uma esfera implica produzir desordem no sistema injustiça (Dooyeweerd, 2017, p. 25). Estado não é púlpito de igreja, assim como o púlpito não é lugar para política, ambos são de naturezas distintas, criadas para fins completamente diferentes um do outro. Uma aparente devoção pela democracia não significa de forma alguma o compromisso com ela (King, 2020, p. 64). A igreja não é serva e nem senhora do Estado, mas, somente sua consciência, jamais deve ser usada como ferramenta de uso político ou para estabelecer o poder do governante (King, 2020, p. 95).

Outro problema com esse tipo de discurso político continua sendo naquilo que não é dito. Bolsonaro ao dizer que o Brasil é um país cristão, ele cria um distanciamento social que confere a um determinado grupo o favor e a deferência política do Estado, contudo, existem outros grupos sociais que também partilham da convivência plena do espaço público. A Constituição de 1988 organiza a sociedade de forma que seja conferido a todos um valor de igualdade jurídica. Como a finalidade de um líder populista, como é o caso de Bolsonaro, é de se manter no poder, por isso a sua fala é carregada de interesses políticos distorcidos da

Constituição, que não reverbera na construção de um espaço público democrático. Assim, Scruton¹⁷¹ ao questionar o papel de algumas lideranças religiosas e parte da igreja, vai dizer que “Difícilmente ficamos surpreendidos se o resultado é não apenas um moralismo vazio, mas também uma teologia ridícula” (Scruton, 2015, p. 56).

Após uma breve exaltação aos cristãos, Bolsonaro em seu discurso toca no ponto mais sensível para a moral cristã: a pauta de costumes. Quando Bolsonaro diz que o Brasil é um país que defende a vida desde a sua concepção, ele se refere à questão do aborto, que para os evangélicos é inegociável, todavia, essa é uma pauta moral que Bolsonaro usa como plataforma política e para promover uma fratura no espaço público. Não por acaso, as lideranças evangélicas no Congresso Nacional que apoiaram o governo Bolsonaro também se valem dessa pauta moralista para inflamar o coletivo social, fazendo uso dessa plataforma para ganhos políticos.

No dia 12 de junho de 2024, a Câmara dos Deputados aprovou em regime de urgência o PL 1904, de autoria do deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que em postagem em sua rede social pessoal do Instagram⁶⁷ fez uma espécie de enquete questionando se o Presidente Lula seria contra ou a favor do aborto. Ora, a carga jurídica trazida pelo PL 1904⁶⁸ traz mudanças quiméricas ao ordenamento jurídico, pois equipara o aborto ao crime de homicídio simples, inclusive quando o aborto for realizado em caso de estupro. Nesse sentido, utilizar o poder constitucionalmente atribuído ao mandato legislativo, que tem uma finalidade específica, para perseguir um adversário político não importando as consequências legais e sociais. A definição do ato praticado pelo deputado Sóstenes Cavalcante dá-se o nome de *lawfare* – o uso deliberado do direito para destruir um adversário político utilizando a política e o direito como meio para alcançar essa finalidade (Lentz, 2023, p. 6).

Outros pontos bastante controversos e passíveis de manipulação são os conceitos de família, educação e drogas, todos esses assuntos são caros para a moralidade evangélica e Bolsonaro faz uso desse poder para lograr êxito em seu projeto populista. A decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2011, no julgamento conjunto da ADI 4277 e da ADPF 132,

⁶⁷ Enquete postada na rede social do Instagram do deputado federal Sóstenes Cavalcante sobre se o Presidente Lula seria contra ou a favor do aborto. Disponível em: <https://www.instagram.com/sostenescavalcante/p/C8Niq20xGaS/>. Acesso em 20 de outubro de 2024.

⁶⁸ Acrescenta dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo 125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, tornando o aborto equiparado à penalidade de homicídio simples, mesmo nos casos de estupro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>. Acesso em 20 de outubro de 2024.

⁶⁹em que o Plenário, por unanimidade, reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, provocou a aversão de setores evangélicos ao STF, e que recentemente entrou novamente na pauta de discussão da Câmara dos Deputados o questionamento da decisão do STF em 2011. Trata-se do PL 5167/2009, ⁷⁰que em 2023 teve como indicado para relator o deputado federal Pastor Eurico (PL-PE) que defende a proibição do reconhecimento da união homoafetiva.

Igualmente à pauta sobre família, ocorre na área da educação uma profunda militância em torno das questões de gênero. No Estado de Pernambuco, o PL 709/2016, que posteriormente declarado inconstitucional (Auad; Roseno, Silva, 2019, p.15), proposto pelo pastor e deputado estadual, Joel Harpa⁷¹, tinha como objetivo proibir que os profissionais da educação das escolas do Estado de Pernambuco fizessem qualquer referência à ideologia de gênero no ambiente escolar. No Município de Cascavel no Paraná, a Lei 6.496/2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação de Cascavel, de acordo com o parágrafo único do Art. 2º, vetava qualquer menção no ambiente escolar a tudo que se refere a gênero ou orientação sexual nas escolas do município. O PL 867/2015 conhecido como Escola sem Partido, que tira a liberdade de cátedra do professor em sala de aula e mais que isso, tira do processo educador a diversidade de ideias, o diálogo, a pluralidade do pensamento.

Todos esses valores morais, caros a grande parcela dos evangélicos, e, sobretudo, as lideranças evangélicas que endossaram o projeto autoritário de Bolsonaro, são valores que pertencem a um espaço privado, pois são orientados por uma definição dogmática, mais também solipsista de mundo porque sujeita o mundo de acordo com os particularismos do sujeito, é o grau mais alto de radicalismo individualista (Streck, 2020, p. 411). Portanto, essa lógica confronta a proposta constitucional que regulamenta o espaço público, já que o espaço privado é dogmático, como regra, diferente do espaço público, que tem como composição estrutural a fluidez, a contingência e a possibilidade de mudanças, de inclusão, e esses pressupostos democráticos, por não serem aceitos e incorporados por parte do coletivo evangélicos quando tem de conviver com o outro diferente, essa negação da vida em comum é utilizada por Bolsonaro manipulando os elementos do autoritarismo como forte apelo ao povo

⁶⁹ Decisão histórica do Supremo Tribunal Federal sobre a união homoafetiva. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=398482>. Acesso em 20 de outubro de 2024.

⁷⁰ Estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode ser equiparada ao casamento ou entidade familiar. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=432967>. Acesso em 20 de outubro de 2024.

⁷¹ Projeto de Lei que dispõe sobre a proibição de lecionamento sobre qualquer temática relacionada à ideologia de gênero no âmbito educacional do Estado de Pernambuco. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=35BAB42F0DCAD1E103257F6C005656A6>. Acesso em 13 de maio de 2024.

evangélico em torno de um objetivo comum: deixar a democracia a sua imagem e semelhança.

A democracia pode ser entendida a partir do poema *Casa Arrumada*⁷² de Carlos Drummond de Andrade. Para o populismo reacionário e a ralé que o apoia, a democracia deve ser uma casa arrumada, com espaços livres, ótima ventilação e circulação de ar. Uma casa performática, como um cenário de novela. Contudo, para Drummond, casa com vida tem marcas no piso de tanta dança, tem um fogão gasto, resultado de comida farta e encontros à mesa. Casa com vida tem gavetas onde se guardam velas de aniversários, passaporte e entulhos, que normalmente jogamos fora. Drummond vai dizer que é preciso arrumar a casa, mas de um jeito que se possa viver nela e que se possa reconhecer nela um lar. A Constituição precisa ser a arrumação que a sociedade faz na democracia, mas de modo que o espaço público possa ser reconhecido como um lugar plural, uma casa com vida.

A seguir, Bolsonaro inicia uma série de apologias em razão dos erros cometidos em seu governo durante a pandemia da Covid-19, e principalmente por ser um ano eleitoral, porém tudo isso tem uma finalidade específica, que é ressaltar seu populismo reacionário colocando no espaço público a dicotomia do “nós contra eles”, mas como seu discurso se direciona ao público, Bolsonaro usa uma terminologia mais ligada e facilmente reconhecida pelos evangélicos: a luta do bem contra o mal.

Bolsonaro diz lamentar as mortes, ressalta a crise na economia, e toca em um ponto sensível para os evangélicos, o fechamento das igrejas durante o período pandêmico, o que gerou muita insatisfação e resistência por parte dos evangélicos. Dessa forma, vale analisar a fala de Bolsonaro, e de pronto chama atenção as ideias fora do lugar de Roberto Schwarz que vimos no começo desse trabalho.

Bolsonaro não lamenta as mortes, ele contribuiu para as mortes, deslegitimando a ciência no combate à pandemia, adotou uma política negacionista⁷³, chamando o vírus de “gripezinha⁷⁴”, à época demitiu o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandeta, por defender o

⁷² Poema *Casa Arrumada* de Carlos Drummond de Andrade. Disponível em: <https://inspiracasa.com.br/casa-arrumada-carlos-drummond-de-andrade/>. Acesso em 20 de outubro de 2024.

⁷³ O conturbado legado de Bolsonaro para a ciência, saúde e o meio ambiente. Texto original Revista Nature. Disponível em: <https://portal.sbpcnet.org.br/noticias/o-conturbado-legado-de-bolsonaro-para-ciencia-saude-e-meio-ambiente/>. Acesso em 21 de outubro de 2024.

⁷⁴ Em uma transmissão no dia 11 de março de 2021, Bolsonaro desafia alguém a mostrar que chamou a pandemia de Covid-19 de uma “gripezinha”. Faz parte da política bolsonarista a contradição, já que as informações são fluídas e manipuláveis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gE4L6CUewvg>. Acesso em 21 de outubro de 2024.

distanciamento social⁷⁵, combateu com muita força a vacinação. O filósofo camaronês Achille Mbembe chama de necropolítica, a soberania de decidir quem vive e quem morre, o poder de eleger quem importa e quem não importa, a capacidade de dizer quem é descartável e quem não é (Mbembe, 2020, p. 41). Portanto, por trás de toda movimentação negacionista de Bolsonaro, está uma ação deliberada da necropolítica promovendo a gestão dos indesejáveis.

O comportamento de Bolsonaro durante a mais grave crise sanitária que o Brasil já passou é semelhante ao personagem Odorico Paraguaçu, de Dias Gomes na obra *O Bem-Amado* de 1962. Odorico Paraguaçu era candidato a prefeito da cidade de Sucupira, no litoral baiano, e como promessa de campanha prometera a construção do primeiro cemitério na cidade (Gomes, 2022, p. 20), assim, como todo candidato a líder populista, ele invoca uma trajetória moralista que convença o povo de que suas intenções são nobres e têm como único e maior objetivo se doar para o povo daquela cidade. Odorico se vangloria, pois enquanto era vereador tomou medidas para acabar com o futebol que atrapalhava as ações da igreja, com os namoros escondidos “sem-vergonhas”, e agora prometia acabar com a humilhação da cidade por não ter um lugar para enterrar seus mortos (Gomes, 2022, p. 21). Odorico Paraguaçu, assim como faz Bolsonaro, nega a vida e faz da morte uma plataforma política para lograr ganhos pessoais e se perpetuar no poder (Bender; Silva, 2024, p. 9).

Quando Bolsonaro questiona o fechamento das igrejas, o que é dito esconde o que não é dito. Bolsonaro diz que fecharam as igrejas, mas não diz a razão para tal medida. No julgamento da ADPF 811⁷⁶, o STF decidiu que eram válidas as medidas adotadas pelos governadores e prefeitos que determinavam o fechamento dos templos religiosos enquanto durasse a crise sanitária, a fim de evitar o contágio em massa das pessoas e hipertrofiar o sistema de saúde, que estava vivendo um colapso tanto de capacidade operacional, quanto de exaustão dos profissionais da área de saúde. Portanto, o relator, Ministro Gilmar Mendes entendeu que essa ação, oriunda do Decreto n. 65.563, Art. 2º, inciso II, de 12 de março de 2021, do Estado de São Paulo, que vedou a realização de cultos, missas e demais atividades religiosas de caráter coletivo, não ofendia a liberdade religiosa, reconhecida no Art. 5º, inciso VI, da Constituição Federal, tampouco viola a laicidade do Estado disposta no Art. 19, inciso I da Constituição Federal.

⁷⁵ Em uma *live* no dia 18 de março de 2021, Bolsonaro defende o “tratamento inicial” da covid-19 através de remédios e critica o isolamento social. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NTFj1xAwg2M>. Acesso em 21 de outubro de 2024.

⁷⁶ O Tribunal, por maioria, converteu o julgamento do referendo em julgamento definitivo de mérito e julgou improcedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Nunes Marques e Dias Toffoli, que julgavam procedente a arguição. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 08.04.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF). Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6136541>. Acesso em 21 de outubro de 2024.

Portanto, a fala de Bolsonaro que apenas se refere ao fechamento das igrejas age com desonestidade intelectual ao não contar o porquê da decisão. Entretanto isso é somente o pano de fundo, pois Bolsonaro sabe a razão, mas contá-la seria assumir uma posição pacificadora, mediadora, conduta que para um líder autoritário seria uma admissão de fraqueza para a ralé que o segue. Por isso era preciso radicalizar o espaço público, ao dizer a todas aquelas pessoas que tudo aquilo se tratava de uma guerra do bem contra o mal, fica claro através do seu discurso que Bolsonaro estava do lado de bem, e como nos diz Amós Oz, todo fanático é uma pessoa portadora de luz, é altruísta, imbuída da verdade, porque a marca do fanatismo é conhecer toda a verdade, por isso sabem o que é melhor para todos, até o ponto de estarem com as mãos em nossos pescoços por amor (Oz, 2016, p. 74).

Por fim, é importante fazer uma análise do discurso de Bolsonaro quando ele faz referência ao elemento religioso. Assim, Bolsonaro repete a fala que fez aos apoiadores em frente ao QG do Exército em Brasília “Eu estou aqui porque acredito em vocês, e todos nós estamos aqui porque acreditamos em Deus”, aqui há uma troca de palavras de Brasil por Deus, mas a lógica segue a mesma toada, invocar e manipular o elemento “povo”, no caso, o povo de Deus, a fim de se aproximar como um ator que quebra a quarta parede no teatro onde o público é levado a crer que também faz parte do espetáculo. Por isso, Bolsonaro em determinado momento do seu discurso, numa espécie de ufanismo tupiniquim, diz que:

Ninguém tem o que nós temos, em especial, esse povo maravilhoso, miscigenado, misturado, aqui nesse espaço de 8,5 milhões de quilômetro quadrados existe gente de todos os lugares do mundo. Temos grandes colônias, muitas, maiores até que seus próprios países e vivemos em paz.

Aqui na verdade é a grande terra, a terra mais que do futuro, a terra do presente.

Para um líder populista como Bolsonaro, faz parte da encenação se referir ao povo que o apóia como se parte dele fosse, como se partilhasse das mesmas lutas. Bolsonaro cria o que Eco vai chamar de “elitismo popular” (Eco, 2018, p. 53), que faz parte da ideologia reacionária, pois traz em sua essência uma profunda indiferença com as pessoas, não obstante em seu discurso fazer menção de exaltá-las, com a finalidade de fazê-las acredita que fazem parte o melhor povo da terra, visto que o líder populista sabe que aquelas pessoas ao partilharem de uma concepção ideológica falsa, aquela ideia de mundo (falsa) será a própria razão de existir daquelas pessoas (Žižek, 2024, p. 49), e sabendo disso, o líder que sabe da (in)capacidade de pensar desse coletivo se colocará como um conquistador, uma figura forte e imponente que será capaz de cuidar daquele coletivo fraco e débil (Eco, 2018, 53).

Bolsonaro atrai para si o coletivo evangélico e os insere em seu raio de influência autoritária, ele faz uso de passagens bíblicas que tentam fazer com que o discurso autoritário seja reconhecido pelos evangélicos como palavras vindas do próprio Deus, já que o próprio

Bolsonaro foi alçado à posição de profeta de Deus⁷⁷ pelo pastor e Ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, que na época assumia o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública de Bolsonaro.

Semelhante ao discurso em frente ao QG do Exército em Brasília, Bolsonaro volta a tocar na questão da liberdade, numa verdadeira de obsessão com a possibilidade de perda democracia e da liberdade a qualquer momento. Para Eco, essa é uma das características de um governo fascista, o fomento de uma mania de perseguição. Logo, é necessário fazer com que o povo que o segue acredite que podem perder a liberdade a qualquer momento, e o modo de fazer com que isso seja eficiente é eleger um inimigo (Eco, 2018, p.51).

Assim, Bolsonaro recorre ao seu mantra bíblico de João capítulo 8, versículo 32⁷⁸: e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará, junto com outras referências bíblicas “seja quente ou seja frio, mas não seja morno”⁷⁹, “por falta de conhecimento meu povo pereceu”⁸⁰, “nada temeis, nem mesmo a morte, a não ser a morte eterna”. A grande problemática desse trabalho é entender como o bolsonarismo se relaciona com as lideranças evangélicas no Congresso Nacional, e o discurso de Bolsonaro trazendo elementos cristãos para dentro do espaço público torna possível a tese de que ao fazer uso de uma camuflagem aceita pelo público evangélico, Bolsonaro se tornava um evangélico, e, portanto, representaria os interesses evangélicos no espaço público como Presidente da República.

A lógica evangélica é a lógica da ralé, que não se sente responsável pelo mundo que ajudara a criar, desde que seus interesses fossem preservados, e por isso aceitam as investidas de Bolsonaro contra a democracia. Dentro do campo autocrático do bolsonarismo não há compromisso com a vida em sentido amplo, e quando, evangélicos decidem abraçar essa proposta de mundo se tornaram indiferentes às violações dos direitos humanos que ocorreram durante o seu governo. Bolsonaro vai instrumentalizar a religião para fazer política. As

⁷⁷ Discurso de posse do Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, em 06 de julho de 2021 “Presidente, Vossa Excelência tem sido há trinta anos um profeta no combate à criminalidade”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RSPFJShbWI0>. Acesso em 23 de outubro de 2024.

⁷⁸ Evangelho de João, capítulo 8, versículo 32. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/jo/8>. Acesso em 23 de outubro de 2024.

⁷⁹ Livro de Apocalipse, capítulo 3, versículos 15 e 16. Conheço as tuas obras, que nem és frio nem quente; quem dera foras frio ou quente! Assim, porque és morno, e não és frio nem quente, vomitar-te-ei da minha boca. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/ap/3>. Acesso em 23 de outubro de 2024.

⁸⁰ Livro do profeta Oséias, capítulo 4, versículo 6. O meu povo foi destruído, porque lhe faltou o conhecimento; porque tu rejeitaste o conhecimento, também eu te rejeitarei, para que não sejas sacerdote diante de mim; e, visto que te esqueceste da lei do teu Deus, também eu me esquecerei de teus filhos. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/os/4>. Acesso em 23 de outubro de 2024.

referências que gosta de citar objetivamente não dizem nada, já que são fragmentos de textos retirados da bíblia que não tem relevância prática, porquanto estão desconectados de seu contexto e das regras de interpretação. Contudo, essas referências passam uma mensagem subjetiva, e essa é capaz de promover uma ideia de pertencimento, que pela primeira vez alguém foi capaz de se aproximar de valores caros para os evangélicos.

No Conto da Aia, de Margaret Atwood, há uma instrumentalização da religião como forma de impor uma ditadura política na cidade de Gilead. As aias eram mulheres recrutadas com o propósito meramente reprodutivos destinadas àqueles em posição de poder (Atwood, 2017, p. 357). Os rituais, que eram os momentos em que as aias eram violentadas para gerarem filhos aos seus donos, sempre eram precedidos de leituras bíblicas, era frequente a leitura do episódio bíblico que fala de Raquel e Bilá, sua escrava, em que Raquel não podia ter filhos, entrega Bilá a Jacó para que tivesse filhos com ela (Atwood, 2017, p. 109). Os comandantes retiravam fragmentos de textos da bíblia que lidos isoladamente e descolados da realidade prática da vida eram utilizados como justificativa jurídica, moral e política para justificar toda aquela barbárie.

As mesmas leituras desconectadas de um formalismo interpretativo feitas pelos líderes de Geleade, de igual maneira foram feitas por Bolsonaro, que sendo sustentado desde sua eleição por um seguimento evangélico, e, sobretudo, lideranças evangélicas no Congresso Nacional, buscou subverter o Estado democrático de direito, pautado por regras e princípios dispostos na Constituição, por uma ordem religiosa, desvirtuada do compromisso com o próximo⁸¹, já que esse próximo é o outro, que fora transformado em inimigo que deve ser destruído, visto que para Bolsonaro, ele estava enfrentando uma batalha do bem contra o mal.

Cena IV – Vapor barato⁸²

O próximo discurso que será analisado se diferencia dos demais discursos analisados porque agora Bolsonaro irá aplicar o seu populismo reacionário fazendo o que Levitsky e

⁸¹ O próximo se refere a uma pessoa não identificada que fora personagem em uma parábola contada por Jesus ao ser interpelado por um mestre da lei. Essa passagem pode ser vista no livro de Lucas, capítulo 10, versículo 29 e seguintes. Jesus para explicar seu ponto invoca uma velha rixa entre judeus e samaritanos, em que os judeus odiavam os samaritanos e Jesus, fazendo uso de um paradoxo coloca o samaritano como aquele que fez o bem a um judeu, mesmo sendo odiado por eles. E a pergunta que Jesus faz ao fariseu no final da parábola é o resultado desse paradoxo. Quem é o seu próximo? Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/lc/10>. Acesso em 24 de outubro de 2024.

⁸² Canção de Jards Macalé e Waly Salomão, foi composta em 1970 e gravada por Gal Costa em 1971, no álbum Fa-tal – Gal a todo vapor. Essa canção que dá nome a cena IV deste trabalho representa a exaustão com um sistema político antidemocrático. A canção foi feita em circunstâncias políticas e culturais muito difíceis, de repressão política duríssima, no período que foi intitulado os “anos de chumbo”. Disponível em: <https://tuliovillaca.wordpress.com/2012/06/02/uma-outra-cancao-de-exilios/>. Acesso em 28 de outubro de 2024.

Ziblatt chamam de retirar as grades de proteção da democracia (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 112).

Bolsonaro ao discursar para uma multidão de apoiadores em Brasília no dia 07 de setembro de 2021, diz:⁸³

Creio que o momento chegou!

Muitas vezes vocês me ouviram dizer que jogava dentro das quatro linhas da Constituição.

Muitos de você não aceitavam isso, muitos de vocês, repito, queriam que a gente fizesse diferente.

Eu vou falar agora o que seria diferente.

A partir desse momento, o poder executivo federal, juntamente com os seus vinte e três ministros. Nós não mais aceitaremos, nós não mais aceitaremos que qualquer autoridade usando a força do poder passe por cima da nossa constituição.

Não mais aceitaremos qualquer medida, qualquer ação ou qualquer sentença que venha de fora das quatro linhas da constituição.

Nós também não podemos continuar aceitando que uma pessoa específica da região dos três poderes continue barbarizando a nossa população. Não podemos aceitar mais prisões políticas no Brasil.

Ou o chefe desse poder enquadra o seu, ou esse poder pode sofrer aquilo que nós não queremos, porque nós valorizamos, reconhecemos e sabemos do valor de cada poder da república (gritos de fora Alexandre).

Nós todos aqui na praça dos três poderes juramos respeitar a nossa constituição, quem age fora dela, ou se enquadra ou pede pra sair.

Esse ministro específico do Supremo Tribunal Federal perdeu as condições mínimas de continuar dentro daquele tribunal (gritos de fora Alexandre).

Não queremos ruptura, não queremos, mas não podemos admitir que uma pessoa turve a nossa democracia. Não podemos admitir que uma pessoa coloque em risco a nossa liberdade.

Eu jurei um dia, juntamente com Hamilton Mourão, vice-presidente, do meu lado, juntamente com Braga Neto, Ministro da Defesa, darmos a nossa vida pela pátria. Todos vocês que porventura não fizeram esse juramento, fizeram outro igualmente importante, dar a sua vida pela sua liberdade.

A partir de hoje, uma nova história começa a ser escrita aqui no Brasil. Peço a Deus mais que sabedoria, força e coragem para bem decidir. Não são fáceis as decisões. Não escolho o lado do conforto, sempre estarei ao lado do povo brasileiro.

Esse retrato que estamos tendo esse dia não é de mim nem ninguém em cima desse carro de som, esse retrato é de vocês. É um comunicado, é um ultimato para todos que estão na praça dos três poderes, inclusive, eu, presidente da república, pra onde devemos ir.

Cada um de nós deve se curvar a nossa constituição federal. Nós temos essa obrigação, se queremos paz e harmonia, devemos nos curvar a nossa constituição.

E dizer a vocês que enquanto vocês estiverem comigo, eu estarei com vocês. Não importa, não importa quantos obstáculos tenhamos porventura ao longo do nosso caminho.

Cheguei aqui, entendo, por uma missão de Deus e a Ele devo a minha segunda vida e devo também a condução dessa nação.

Todos nós somos passageiros nessa terra, todos nós temos responsabilidade, todos nós temos o dever de lutar para aquilo que se faça de melhor para cada um de nós.

Acredito no Brasil, acredito em vocês e todos nós acreditamos em Deus.

Muito obrigado a todos vocês.

Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

O discurso de Bolsonaro no dia 07 de setembro de 2021 traz um elemento diferente dos demais porque coloca patente o embate institucional entre os poderes e agrava a fratura

⁸³ Bolsonaro discurso para uma multidão de apoiadores em Brasil no dia 07 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p9bjhpzOwME>. Acesso em 28 de outubro de 2024.

social com a política autoritária do “nós contra eles”. Nesse discurso, Bolsonaro não faz formalidades, não tem teatro ou encenação na sua fala, é um discurso visceral e revela a natureza que permeou todo seu governo.

Bolsonaro começa o discurso em tom de ultimato. Ao dizer que o momento havia chegado, que a despeito de está “jogando dentro das quatro linhas da Constituição” não iria mais se submeter às ingerências de outros poderes, especialmente o Supremo Tribunal Federal. Bolsonaro está se referindo a um momento em que as grades que mantêm a configuração democrática coerente com a Constituição estão sofrendo ataques severos. É importante destacar que a institucionalidade do cargo de Presidente da República, o qual Bolsonaro ocupava, não dava autorização para deliberadamente decidir ignorar decisões judiciais, e sua fala ataca diretamente o Art. 85, inciso II da Constituição Federal, que prevê como crime de responsabilidade do presidente da república atos, o que para Arendt, o discurso também é ato (Arendt, 2018, p. 44), que afrontem o livre exercício do Poder Judiciário.

Quando Bolsonaro diz que não aceitaria qualquer sentença que estivesse fora dos limites constitucionais, Bolsonaro faz um ataque direto Supremo Tribunal Federal, afinal, já que somente o poder judiciário pode proferir uma sentença judicial, mas mais que isso, Bolsonaro considera que a atuação do STF não é constitucional, em outras palavras, Bolsonaro se enxerga como o único e verdadeiro filtro que irá dizer o que é ou não é constitucional. Em entrevista no dia 20 de abril de 2020, Bolsonaro chega a dizer que ele é a própria Constituição⁸⁴, por isso a sua resistência em aceitar decisões do STF e sua fala ao dizer que as decisões oriundas da Suprema Corte não seriam constitucionais.

De acordo com Levitsky e Ziblatt, existem dois pilares que servem de sustentação para uma democracia saudável. O primeiro é a tolerância mútua, que nada mais é do que o direito do outro existir dentro do espaço público e se afirmar em uma democracia (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 103). Assim, os ataques direcionados ao Ministro Alexandre de Moraes tem como finalidade estabelecer um inimigo público a quem se deve odiar, e assim manter a ralé unida em torno do projeto autocrático bolsonarista, o que, do ponto de vista do populismo reacionário de Bolsonaro, é muito bem-sucedido. Bolsonaro despreza a legitimidade do Ministro da Suprema Corte de está imbuído de um poder dado pela Constituição, assim como seus apoiadores desprezam a legitimidade das instituições republicanas. Bolsonaro representa

⁸⁴ Fala de Bolsonaro no dia 20 de abril de 2020, após sua participação em um ato organizado por apoiadores. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P96YaQYGmHM>. Acesso em 29 de outubro de 2024.

o obscurantismo do autoritarismo que buscou suplantar a democracia constitucional no Brasil apoiado por uma rale bastante autoritária e violenta. O resultado da equação é a soma do radicalismo de Bolsonaro mais uma rale ávida por uma relevância no espaço público que abraçou o projeto político autocrático. Se um povo aceita valores os valores antidemocráticos de um líder populista, a democracia deixa de ter importância e passa a ter problemas para se sustentar (*Ibid*, p. 30).

O segundo pilar de democracia é uma reserva institucional (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 107), que pode ser compreendida como a competência para não extrapolar limites institucionais que afetarão a dinâmica constitucional. Isso significa que, no caso de Bolsonaro, a despeito das constantes afirmações de que joga dentro das quatro linhas e que jamais violou a Constituição, suas ações indicam uma constante e deliberada ofensiva sobre as estruturas constitucionais que mantém a democracia de pé.

As ações de Bolsonaro podem, até, não ter violado o texto da lei diretamente, porém, atacaram os princípios constitucionais, sejam eles expressos ou não. Quando Bolsonaro permite que lideranças políticas evangélicas participem do seu projeto político entregando ministérios do executivo em troca de apoio, como foi o caso da indicação do pastor Milton Ribeiro⁸⁵, que assumiu a direção do Ministério da Educação para atender aos anseios da ala ideológica dos evangélicos, que formavam a base do governo de Bolsonaro. E aqui se tem um problema que nasce na política, mas que impacta diretamente a esfera do direito. O princípio da laicidade do Estado, que na Constituição Federal de 1988 está disposta no Art. 19, existe para atender a duas perspectivas: promover uma separação institucional entre a religião e o Estado, e garantir o pluralismo das ideias respeitando e assegurando a legitimidade de todas as diferenças de pensamento de forma equânime (Silva, 2019, p. 2), inclusive essa ideia encontra-se positivada no Art. 1º, inciso V da Constituição como um dos fundamentos da república brasileira.

Portanto, a lógica de Bolsonaro quando afirma está dentro das quatro linhas da Constituição é falha, pois ao não há como seguir a Constituição sem observar os princípios por ela colocados (Streck, 2019, p. 266). A reserva institucional age, ou, deveria agir, como um mecanismo de controle dos atos do executivo possibilitando não apenas a observância normativa, ou seja, não somente o cumprimento do princípio de legalidade, mas também o entendimento de que existe um princípio que dá a luz a uma norma legal. Assim é torna-se impossível entender uma lei, e a Constituição Federal é uma lei, sem entender ou observar os

⁸⁵ Cerimônia de posse do pastor Milton Ribeiro como o quarto Ministro da Educação do governo Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7bWGRgQfZWI>. Acesso em 31 de outubro de 2024.

princípios que a constituíam, e é nesse bastião principiológico que repousa o constitucionalismo contemporâneo (Streck, 2019, 269).

A formação de um espaço público justo passa pela observação de três valores essenciais. O primeiro valor é a liberdade de crença, que reside na capacidade livre de cada pessoa determinar em que acreditar ou não acreditar sem que seja rechaçada pelo Estado em razão de suas crenças. O segundo valor é a igualdade, pois um Estado laico compreende que todo cidadão é detentor de relevância pública, portanto não pode se deve fazer nenhuma distinção entre cidadãos em razão de suas convicções particulares. O terceiro valor é a universalidade legal, ou seja, a atuação do Estado deve ser pautada naquilo que seja comum para todos, sem distinção de credos ou concessão de privilégios, como preconiza o Art. 3º, inciso IV da Constituição. Logo, não há de se confundir laicidade com hostilidade do Estado. A laicidade coloca em evidência aquilo que é comum a todos, antes de valorar os particularismos da esfera privada (Peña-Ruiz, 2000, p. 3).

Bolsonaro diz que “nós não podemos continuar aceitando” as decisões do Supremo Tribunal Federal, elegendo o Ministro Alexandre de Moraes como inimigo da democracia que deve ser combatido porque não tem condições de exercer o cargo que ocupa, e isso tudo sob a bandeira de se garantir a liberdade no Brasil, e continua, ao dizer que “nós juramos respeitar a Constituição”. O “nós” constantemente invocado nos discursos de Bolsonaro não leva a depreensão de que ele esteja se referindo ao povo brasileiro que se encontra sujeito ao espectro jurídico da Constituição, não é a esse povo que Bolsonaro se dirige.

A grande problemática desse discurso é que Bolsonaro busca quebrar a tolerância mútua do processo político e a reserva institucional – os dois pilares de sustentação da democracia. Os argumentos políticos utilizados por Bolsonaro são argumentos autoritários que destoam de uma argumentação principiológica constitucional. Para Dworkin, um argumento de princípio constitucional justifica o argumento político (Dworkin, 2010, p. 129), nesse sentido, o direito regula a atividade da política, pois um argumento político alinhado à Constituição respeitará a legitimidade do outro de existir e se manifestar livremente no espaço público e também promoverá um respeito à reserva da institucionalidade condicionando a atuação do poder aos limites colocados pela Constituição. E o povo, que tanto orgulha Bolsonaro, por considerar que esteja ao seu lado nessa empreitada populista, não pode se colocar, mesmo sendo maioria, como senhor da Constituição, porquanto o papel da jurisdição constitucional não é fazer uma democracia onde a maioria seja tirana, mas é também garantir a proteção das pessoas contra os objetivos de uma maioria (Dworkin, 2010, p. 209).

Portanto, quando Bolsonaro, através de sua política populista reacionária, tenta remover as grades de proteção da democracia ocorre um “ciclo de escalada constitucional de temeridade” (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 112), que se caracteriza pela desnaturação dos princípios constitucionais, o que pode causar o colapso do sistema democrático.

Em exemplo forte para o argumento do parágrafo anterior é que Bolsonaro usa no mesmo discurso frases que não cabem dentro de um espaço público saudável, ou no mínimo são temerárias – ruptura política e missão divina.

Logo após os gritos de uma multidão ensandecida dizendo “fora Alexandre (em alusão ao Ministro do STF, Alexandre de Moraes), Bolsonaro diz que não deseja a ruptura, mas que não pode permitir que uma pessoa (Ministro Alexandre de Moraes) coloque a liberdade do povo em risco. Dentro dessa fala importa analisar o contexto social que permitiu essa fala, posto que um discurso é uma ação que conversa com as contingências sociais (Fiorin, 2022, p. 10), e a realidade é que Bolsonaro durante todo seu mandato como presidente da república está a todo momento jogando com os afetos de insatisfação social provocados por distorções do sistema institucional, em que as expectativas sociais são frustradas pelo descolamento entre o acesso aos direitos, garantidos de modo bastante evidente na Constituição brasileira de 1988, e a práticas institucionais. Assim, as instituições representadas pelos poderes executivo, legislativo e judiciário têm provocado o que Viana vai denominar de um “grave processo de alopoiese⁸⁶” (Viana, 2018, p. 13), ou seja, um quadro de anomalia sistêmica provocado pelo mal funcionamento das instituições. É nesse contexto que eclode a crise da democracia, com a tentativa dos atores institucionais monopolizar a protagonismo no cenário social. Assim, tem-se um executivo que não dialoga com os demais atores, e busca uma governabilidade frágil por meio de decretos e Medidas Provisórias, um legislativo que toma para si as pautas sociais como forma de fazer oposição, quando na verdade não há uma preocupação legítima com determinadas pautas ou essas pautas não são prioridades, e um judiciário que resolve governar e ser agente condutor das políticas públicas jogando para escanteio o executivo, e no meio de tudo isso está o cidadão, que é tomado por um afeto legítimo de revolta e insatisfação por não

⁸⁶ A diferença entre autopoiese e alopoiese dentro de um sistema é que dentro da perspectiva da autopoiese há uma autonomia do sistema em relação ao meio ambiente que o cerca. Com isso, um sistema autopoietico está operacionalmente fechado e cognitivamente aberto. Assim, quando o sistema do direito se fecha, ele utilizará os seus programas normativos para produção de decisões a fim de reduzir a complexidade do ambiente estabilizando as expectativas normativas da sociedade. A alopoiese ocorre com a corrupção do código que rege os programas normativos. Portanto os programas normativos utilizados pelo judiciário não são os mesmos programas normativos utilizados pelo executivo, já que são sistemas distintos, logo, com configurações diferentes, e quando um código estranho é inserido (input) dentro de um sistema há corrupção do sistema, logo, como resultado haverá incongruências do sistema, insegurança política, jurídica e social (Viana, 2018, p. 11; 13).

ver seus interesses representados por todas as esferas institucionais (Copelli; Tassinari, 2021, p. 78, 79).

Outra faceta para analisar o discurso de Bolsonaro quando ele fala de ruptura está naquilo que ele não disse mesmo dizendo. Explico, o processo de comunicação através da linguagem pressupõe a criação de um vínculo de subjetividade entre o emissor e o receptor, essa relação é capaz de transcender as palavras e formar ligações emocionais bastante sólidas (Mlodinow, 2018, p. 109), contudo, não obstante a comunicação falada ser muito poderosa, aquilo que não é falado é igualmente relevante, haja vista que o silêncio é uma forma de dizer verdades que não podem ou não precisam ser ditas, pois todo silêncio é composto de um contexto que caracteriza aquilo que não foi dito (Orlandi, 2007, p. 73). Assim, Bolsonaro vai falar que não deseja ruptura exatamente para dizer que há uma possibilidade dela vir ocorrer, pois aqui, o silêncio de Bolsonaro está ancorado em um contexto de populismo reacionário, que carrega o sentido que as palavras não podem dizer (Orlandi, 2007, p. 58). Portanto, o silêncio nunca é nada (Orlandi, 2007, p. 42), o silêncio é significado, que é externado por meio da linguagem, logo falar que não deseja a ruptura é um meio de colidir com as grades de proteção constitucional, porquanto, se não houvesse intenção de ruptura democrática, não haveria necessidade de se falar nela. Nesse ponto, a recente história brasileira confirma a tese, posto que no dia 08 de janeiro de 2023 houve uma tentativa da rale bolsonarista de romper com a ordem democrática.

Por fim, Bolsonaro acredita ser portador de uma missão divina de trazer ordem a um povo sofrido aviltado por uma elite opressora, que apoiado por coletivo evangélico com representação no Congresso Nacional, através da bancada evangélica, Bolsonaro acredita ter sido escolhido por Deus para libertar o povo brasileiro⁸⁷, como uma espécie de líder messiânico. Uma figura mítica erguida como se fosse uma espécie de bezerro de ouro, produto de uma construção emocional de um período histórico que provocou um medo em relação à segurança do futuro, o que é natural, porém a manipulação desse medo causa no espaço público “as mais terríveis visões e as mais violentas emoções” (Cassirer, 2003, p. 69). Assim, Bolsonaro inaugurou, não, um período de paz milenar, mas um período de populismo autoritário. Ao massificar um coletivo social chamado por Arendt de rale e uni-lo usando o amálgama das afinidades afetivas como descontentamento com a democracia, o ódio à

⁸⁷ Bolsonaro em um culto na igreja do pastor Silas Malafaia no dia 30 de outubro de 2018, disse: “... Eu quero agradecer, também a Deus, por essa missão, porque o Brasil está numa situação um tanto quanto complicada. Crise ética, moral e econômica. Eu tenho certeza que não sou o mais capacitado, mas Deus capacita os escolhidos”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AYOhNpAPZ3o>. Acesso em 31 de outubro de 2024.

política, e a exclusão o outro do espaço público, Bolsonaro instrumentaliza esse coletivo para radicalizar o espaço público e desconstruir a democracia usando os mecanismos constitucionais para desnaturá-la fazendo da Constituição um meio para se chegar a um fim.

O uso que Bolsonaro faz da religião se colocando como alguém investido de uma missão, difícil, mas nobre, é perigoso e é inconstitucional porque ataca diretamente a laicidade do Estado, mecanismo de proteção constitucional que evita a formação de um Estado fanático político-religioso. O que o Conto da Aia ensina é que o uso da religião como instrumento da política se afasta muito das garantias constitucionais e Estado democrático de direito. Na verdade, transforma o Estado de direito no terror absoluto, e essa transformação, normalmente não é traumática, mas sutil até o ponto de não nos lembramos mais de como era viver em tempos democráticos.

Nas palavras da personagem Offred:

Foi logo depois da catástrofe, quando mataram a tiros o presidente e metralharam o Congresso, e o exército declarou um estado de emergência. Na época, atribuíram a culpa aos fanáticos islâmicos... Foi então que suspenderam a Constituição. Disseram que seria temporário. Não houve sequer nenhum tumulto nas ruas. As pessoas ficavam em casa à noite, assistindo à televisão, em busca de alguma direção. Não havia nenhum inimigo que se pudesse identificar... Espere só, disse ela (Moira). Eles têm se preparado parado para isso. Seremos você e eu contra a parede, querida... As coisas continuaram naquele estado de animação suspensa durante semanas, embora algumas de fato tenham acontecido. Os jornais foram censurados e alguns foram fechados, por motivos de segurança, disseram... Eles disseram que novas eleições seriam realizadas, mas que levaria algum tempo para prepará-las.⁸⁸

Cena V – Entra tia Lydia⁸⁹

De todos os discursos analisados neste trabalho, que buscam identificar as características do populismo reacionário de Bolsonaro, o discurso da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo de Jair Bolsonaro, Damares Alves, no CPAC Brasil (Conferência de Ação Política Conservadora), em 12 de outubro de 2019⁹⁰, é o que mais coloca em evidência um traço de uma política autoritária da polarização política. Somente neste discurso, a ministra Damares usa 70 (setenta) vezes o termo “nós” e 67 (sessenta e sete) vezes o termo “eles”, em falas direcionadas ao que ela acredita ser uma guerra travada dentro espaço público, visto que seu discurso transita por um espectro próprio de uma esfera militar, haja vista a utilização recorrente da palavra “exército” por 15 (quinze) vezes durante sua fala.

⁸⁸ Trecho do livro O conto da aia de Margaret Atwood (p. 209)

⁸⁹ Personagem do romance de Margaret Atwood, O Conto da Aia, que apesar do nome familiar e acolhedor, as tias eram agentes do regime autoritário de Gilead, responsáveis pelo controle das mulheres nos campos de internação. O regime considerava a tias, as melhores mulheres para dominar outras mulheres (Atwood, 2017, p. 362).

⁹⁰ Disponível no Anexo I

Damarens inicia a sua fala em tom provocativo, cínico e beligerante, que será o tom que se manterá em todo discurso. Logo no início de seu discurso, que ocorre em um congresso para pessoas ditas conservadoras, Damarens disse que estava há 24h com um público de maioria jovem e ninguém havia oferecido maconha e nenhuma menina introduzira um crucifixo na vagina (Damarens, 1'37"min), ⁹¹o que sob uma perspectiva do discurso político, existe um propósito para trazer a discussão sobre drogas e moralidade pública em um congresso conservador. Aquilo que não é dito pela ministra Damarens tem significado prático no espaço público (Orlandi, 2007, p. 42), visto que ao dizer dentro daquele espaço, mas não só isso, Damarens não se restringe à geografia do local, ela vai se colocar como uma agente para promover uma formatação cognitiva se dirigindo às pessoas que partilham desse arquétipo cognitivo. Damarens vai promover o que se conhece por identidade ética, em que o sujeito passa a ser moldado pelo discurso, logo, uma vez forjado o caráter do sujeito, a partir de um reconhecimento do outro com caráter semelhante, esse sujeito passará a se comportar conforme a compreensão que tem de si em decorrência da sua identificação com o outro (Castro, 2018, p. 3).

A identificação cognitiva que Damarens busca obter em sua fala nos primeiros dois minutos de discurso tem o propósito de construir uma conexão identitária com o público que a ouve, essa identidade é produzida artificialmente com a fusão de dois elementos. Primeiro, as ideias fora do lugar, como a personificação da figura de Bolsonaro como alguém preocupado com os direitos humanos, pauta da pasta que Damarens comandava, que semelhante ao Brás Cubas de Machado, tinha as ideias fora do lugar, já que Brás Cubas era detentor de escravos, mas que advogava em nome do livre trabalho (Machado, 2019, p. 178). Damarens vai dizer que Bolsonaro:

O presidente machista e entrega para Brasil o Ministério da Mulher, vocês conseguem entender a loucura que tá na cabeça desse povo? Não tão entendendo nada, não tão entendendo nada, eles não estão entendendo que o que nós queremos é restauração de nação, o que nós estamos querendo e unificação desta nação, eles não estão entendendo o que está acontecendo. Eles não estão entendendo que quando o presidente construiu esse ministério, ele trouxe para o ministério a Secretaria de Criança, da Juventude, Mulher, da Família, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, e começaram a dizer assim 'tudo isso é direitos humanos?', e o presidente da forma inteligente que ele construiu o ministério, gente, ele mandou um recado para o Brasil, ele fez uma releitura com o Brasil do que é de fato direitos humanos, cuidar de criança é direitos humanos, cuidar de idoso é direitos humanos, acesso à

⁹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bNxANiUUc-A&t=546s>. Acesso em 12 de novembro de 2024.

educação é direitos humanos. O presidente começou a dialogar com o Brasil e pra tristeza da esquerda nunca se falou tanto em direitos humanos no Brasil como nos dias de hoje, nunca se defendeu tanto os direitos humanos como hoje, e eles não estão entendendo o que está acontecendo no Brasil. Achavam que quando a ministra radical, maluca, pastora, homofóbica, fascista assumisse o ministério nós íamos sair na rua numa grande cruzada contra gay. O que o meu presidente falou ‘tem um departamento de gay no seu ministério, deixa lá e vamos mostrar pro Brasil como é que se cuida de gay nessa nação, respeitando eles, mas sem fazer a promoção, protegendo sem fazer promoção, estamos fazendo isso, estamos protegendo todos nessa nação.

Assim, ao construir um cenário em que, no Brasil governado por Bolsonaro, houve uma espreiamento dos direitos humanos em decorrência de uma preocupação genuína do presidente com a pauta de direitos humanos, portanto há um descolamento entre a realidade e o discurso. Talvez uma das áreas mais afetadas durante o governo Bolsonaro foi a flexibilização do acesso às armas de fogo. Bolsonaro editou vários decretos ⁹²que possibilitaram o acesso de modo mais rápido e fácil da população às armas. Dessa forma, a ministra Damares afirma que houve uma remodelagem no que é cuidar das pessoas, enquanto que o presidente Bolsonaro fomentou uma verdadeira corrida por armamentos, muitos deles de uso restrito das forças armadas, pela população civil.

Diante disso, Damares entra na segunda característica da construção identitária de Bolsonaro – a dissonância cognitiva⁹³, ou como vai dizer Žižek, o cinismo ideológico em sua forma mais pura ao fazer uso da ideologia para mascarar uma realidade inconveniente, que através de um projeto de poder reforça de modo sistemático e deliberado o interesse particular, não obstante o povo seja conclamado a assumir um compromisso patriótico (Žižek, 2024, p. 60). Damares não esconde essa pretensão de permanecer no poder “Não foi só eleger Bolsonaro, conservadores, nós precisamos continuar esse grande trabalho, que a gente não vai conseguir em quatro anos. Vocês já estão falando em reeleição? Eu to! Eu vou precisar de

⁹² O Decreto 9.846/2019 também foi atualizado para permitir que atiradores possam adquirir até 60 armas e caçadores, até 30, sendo exigida autorização do Exército somente quando essas quantidades forem superadas. A medida também eleva a quantidade de munições que podem ser adquiridas por essas categorias, que passam a ser 2 mil para armas de uso restrito e 5 mil para armas de uso permitido. O Decreto 10.030/2019, que flexibilizou o acesso à armamento controlado. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/entra-em-vigor-parte-dos-decretos-que-ampliam-acesso-armas-de-fogo>; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9846.htm; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10030.htm. Acesso em 12 de novembro de 2024.

⁹³ Um fenômeno psicológico que há muito foi identificado por Leon Festinger, estudioso da área da psicologia social. Trata-se de angústia ou desconforto mental experimentado pelo tomador da decisão que se vê diante de duas cognições (convicções ou opiniões) contraditórias. Essas cognições dissonantes (discrepantes) acarretam um estado de tensão por ele não querer abandonar uma crença primeva, mas também por não querer parecer incoerente (Andrade, 2019, p. 3).

pelo menos doze anos pra mudar o Brasil”. Logo, para sedimentar a ideia de purgar o Brasil do inimigo que é a esquerda, fomenta-se uma ideia de que somente enquanto houver um governo que perpasse os valores identitários do bolsonarismo o Brasil terá o seu milênio de paz, já que Bolsonaro é um líder, cuja eleição “não tem explicação científica, não tem explicação humana, não tem explicação nenhuma, a não ser divina”, reforçando a ideia de que Deus tem um projeto para o Brasil, em que será executava pelas mãos de Bolsonaro.

Quando Damares diz:

Diferentemente de nós, eles jogam sujo, eles jogam pesado. Diferentemente de nós que temos como motivação a fraternidade, a paz, a prosperidade e família seguras, eles têm outras motivações, encher o bolso de dinheiro, e eles estão prontos e eles jogam pesados, eles usam de estratégia e aqui eu quero chamar atenção de todos vocês. Eu tô vendo um monte de jovem aqui muito feliz, a nossa luta não acabou, nós estamos apenas começando. Nós não podemos de forma alguma deixar de estarmos vigilantes e começar a nos organizar para começar a agir daqui pra frente.

Em tese, esse discurso da ministra Damares Alves pode ser compreendido somente como um ato político de um governo que faz frente de oposição ao governo passado. Contudo, há no discurso de Damares uma desvirtuação dos valores que sedimentam as bases da Constituição, pois agride os valores constitucionais que permitem a existência da divergência dentro do espaço público, porquanto um valor fundamental que norteia a ideia de Constituição é a heterogeneidade democrática. Portanto, atentar para uma construção ideológica de animosidade concorre para o que Tushnet vai chamar de jogo duro constitucional, ou seja, ações coordenadas efetuadas por atores políticos que, a despeito de terem uma maquiagem constitucional e permanecerem dentro das quatro linhas constitucionais, essas ações remodelam os valores e princípios constitucionais, que outrora, foram estabelecidos (Tushnet, 2004, p. 2). O que Damares busca construir através do seu discurso é negar a existência do outro, do que “eles” representam no espaço público, por meio de uma afirmação do igual (Han, 2022, p. 7). Assim, os atores que jogam esse jogo duro de desconstrução das bases constitucionais procuram substituir a grades que protegem a Constituição por contenções mais frágeis, que atendam aos novos contornos de uma agenda populista autoritária (Tushnet, 2004, p. 12).

O discurso de Damares encarna os elementos do populismo de Bolsonaro porque é um discurso que retira a legitimidade do outro existir no espaço público. O outro para Damares é um inimigo que deve ser combatido pelo exército de conservadores que ela se orgulha de fazer parte. Quando Damares diz “Nós não vamos mais suportar, nós não vamos mais suportar nessa nação ser governada por sanguinários e violadores de direitos, que é a

esquerda, não é a direita”, esse é um discurso anti-espaço público, pois nos moldes de governabilidade que Damares compreende não cabem em um espaço a convivência, o confronto com o outro, a relação dialógica inexistente (Han, 2014, p. 130). Logo, no jogo duro constitucional de Damares, a dimensão principiológica que a Constituição traz da convivência, da pluralidade, da liberdade para ser livre é tolhida.

O populismo de Bolsonaro e Damares desconsidera o espírito existencialista que a Constituição traz, pois enxerga a convivência no espaço público através de uma lente monofocal. Para Arendt, o espaço público acaba quando é visto somente através de uma perspectiva, já que a realidade não está dada, não está pronta e acabada, ela é sempre produto de uma construção coletiva em cada tempo e espaço, ou seja, são as diferenças que permitem que o “nós e eles” conversem e se ouçam dentro do espaço público. Os Sertões de Euclides da Cunha coloca em evidência esse princípio constitucional da pluralidade “Estamos condenados à civilização, ou progredimos, ou desaparecemos” (Cunha, 2002, p. 52).

Cena VI – Entra Rosencrantz e Guildenstern⁹⁴

Passaremos a analisar agora duas entrevistas de parlamentares⁹⁵, líderes da bancada evangélica no Congresso Nacional durante o governo de Bolsonaro, os deputados: Cezinha de Madureira e Sóstenes Cavalcante. A importância de analisar essas falas se dá por uma razão fundamental para este trabalho. O peso institucional dos deputados Cezinha de Madureira e Sóstenes Cavalcante, como representantes da Frente Parlamentar Evangélica, líderes de um coletivo, 139 (cento e trinta e nove) deputados e 11 (onze) senadores, de acordo com o próprio Cezinha de Madureira (Anexo III), em que se tem 90% dessa Frente como base de sustentação do governo Bolsonaro, conforme disse o deputado Sóstenes Cavalcante (Anexo II), portanto, buscar entender se os elementos do populismo autoritário de Bolsonaro estão presentes nos discursos e nas ações das lideranças evangélicas no Congresso Nacional, e, por conseguinte, são reproduzidos no espaço público faz parte dos objetivos desta pesquisa, a fim de testar a hipótese de que nome da garantia de uma liberdade e preservação de valores cristãos, essas lideranças parlamentares, identificados com as premissas do fundamentalismo reacionário e pela possibilidade de compor o núcleo do poder político nacional, apoiaram o populismo reacionário bolsonarista.

A hipótese deste trabalho parte de um pressuposto de que as pautas morais, defendidas pelas lideranças evangélicas, Bolsonaro as incorporou a sua ação política passando a ter

⁹⁴ Personagens da peça Hamlet de William Shakespeare. Eram cortesãos, antigos colegas de turma do colégio que Hamlet estudava, e traíram o jovem príncipe em troca do favor do rei Cláudio.

⁹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ynfO039F0fw;>
<https://www.youtube.com/watch?v=scbiJIZb8VQ>. Acesso em 15 de novembro de 2024.

alinhamento ideológico com as lideranças evangélicas no parlamento, de modo que se formou uma relação ecológica mutualista produzindo um endosso da maioria das lideranças evangélicas do Congresso Nacional ao projeto de desconstrução democrática, mas não si isso, essa relação se espalhou entre os evangélicos para além do parlamento, fazendo com que os evangélicos, pelo menos parte considerável desse coletivo, passassem a ter relevância política, ao mesmo tempo passou a causar problema para a democracia.

Na análise das entrevistas, não serão abordados todos os aspectos das falas dos deputados por uma questão de coesão metodológica, tendo em vista que esta pesquisa busca compreender a relação entre o populismo bolsonarista e as lideranças evangélicas no parlamento, assim, nem todos os aspectos das falas dos deputados têm relação com o problema deste trabalho. É importante ressaltar que a pesquisa não tem a pretensão de esgotar todos os aspectos do populismo reacionário, mas apenas contribuir na compreensão do processo e identificação das características que compõem essa relação entre o populismo autoritário e os evangélicos no espaço público.

No caminho para compreender as razões que levaram a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso a endossar um projeto político autoritário de Bolsonaro que buscou desnaturar a democracia, a hipótese suscitada no início deste trabalho era a de que ao permitir que os evangélicos ocupassem posições institucionais de poder, levados por uma disposição, a princípio, ideológica, mas não somente isso. O endosso que as lideranças evangélicas no parlamento deram a Bolsonaro teve um preço, que custou a democracia constitucional.

Quando o deputado Sóstenes Cavalcante diz “A verdade é que o nosso alinhamento com o presidente da república passa sempre pela questão ideológica” (Anexo II), o deputado está pavimentando o caminho para o autoritarismo bolsonarista, fazendo aquilo que Žižek vai chamar de “sonho ideológico” (Žižek, 2015, p. 221), pois ao mesmo tempo em que avança em construir uma realidade, também atua como uma fantasia que servirá como pano de fundo para esconder as mazelas do autoritarismo populista de Bolsonaro. Portanto, avaliando os discursos e ações políticas de Bolsonaro contra a democracia, o alinhamento ideológico, do qual fala o deputado Sóstenes Cavalcante, indica a complacência da Frente Parlamentar Evangélica, salvo exceções, com o modo de pensar e de agir de Bolsonaro no espaço público, que mantinha um pé na institucionalidade, afinal, o populismo reacionário destrói a democracia usando instrumentos constitucionais, e o cérebro no radicalismo (Nobre, 2022, p. 131).

Completando a fala do deputado Sóstenes, o deputado Cezinha de Madureira ao ser perguntado em entrevista quais eram as pautas prioritárias dos evangélicos (Anexo III), o deputado Cezinha, responde:

... a nossa prioridade sempre foi a família, a bancada evangélica no Congresso Nacional sempre priorizou os bons costumes no Brasil, e não poderia ser diferente neste momento agora, como ser contra o aborto, ser contra a legalização das drogas, e assim sucessivamente são as nossas pautas prioritárias que é a pauta conservadora, manter a família de pé no Brasil, continuar aquilo que nós sempre pregamos.

Esses temas compõem o núcleo duro da ideologia evangélica, que a priori, não são pautas ilegítimas. Todavia, o problema constitucional ocorre quando os valores, de acordo com o deputado Cezinha, valores conservadores, são travestidos de particularismos próprios de bolhas de pertencimentos, ou melhor, como uma forma de enxergar a realidade, que quando trazidos para o espaço público por meio da institucionalidade, o presidente da república, as representações parlamentares têm esse poder, e passam a ser colocados como bússola que norteará até a Constituição Federal, quando na verdade, dentro de uma égide constitucional, o movimento deveria ser inverso. Os valores morais, os dogmatismos religiosos não podem ser filtros para Constituição sob o risco de se cometer abusos, mesmo estando dentro de uma ordem constitucional. No estado constitucional o pressuposto de uma aceitação majoritária não é o único parâmetro a ser observado dentro do espaço público, porquanto na Constituição também há ferramentas de proteção contra a maioria, de maneira que haja a preservação de direitos da minoria (Dworkin, 2010, p. 230).

Ainda nessa linha, ao ser perguntado sobre os projetos no longo prazo da Frente Parlamentar Evangélica, o deputado Sóstenes Cavalcante responde:

... Nós temos vários assuntos que, que temos muito interesse, o estatuto da família é um que está com recurso na Câmara pra gente ter que votar em plenário, nós temos o estatuto do nascituro, nós temos é que de uma vez por todas debruçarmos pra tirar aquela decisão esdrúxula do STF com relação à homofobia em que equiparou, primeiro tipificar um crime que não existe no escabouço legislativo, nem jurídico brasileiro, que equipara o crime de homofobia ao crime de racismo, que uma pena duríssima, que é crime inafiançável, a gente precisa de legislar sobre essa matéria, é até um pedido do próprio STF de quando o Ministro Toffoli presidente, nós já temos um projeto de minha autoria, inclusive, que redigi com a participação de grupos, de movimentos LGBTs e tudo isso, o que foi possível nós fizemos um texto, um projeto de lei pra que a gente legisle e coloquemos assim de uma vez por todas essa questão de homofobia de uma forma mais clara na nossa legislação, porque não existe nada, foi uma decisão mono, um decisão do STF e que acaba usurpando competência do parlamento, e que a meu modo de ver, de maneira indevida. Acho que a gente

precisa fazer esses três assuntos seriam em algum momento, senão até a eleição pós eleição ou no início do próximo mandato as prioridades que a gente teria pra resolvermos algumas questões relacionado aos nossos valores (Anexo II)

O estatuto da família, para fins de exemplo desse alinhamento ideológico, trata-se do PL 6.583/2013, cujo Art. 2º define família como a união entre homem e mulher através do casamento ou união estável. Esse conceito de família, por sua vez, foi modificado no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5971⁹⁶, em que setembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, julgou parcialmente procedente o pedido para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 2º, I, da Lei 6.160/2018, oriunda do Distrito Federal, no sentido de que não seja excluído do conceito de entidade familiar, para fins de aplicação de políticas públicas, o reconhecimento de união estável contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo. Logo, pautas como essas defendidas pela bancada evangélica, já nascem inconstitucionais, pois não somente restringem a liberdade para ser livre garantida pela Constituição, mas também promovem um esgarçamento do espaço público, permitindo que valores morais restritos à esfera privada, ganhem terreno no espaço comum agravando ainda mais a polarização social alimentando o populismo autocrático.

A ideologia é o teatro de sombras ⁹⁷que projeta uma imagem que não encontra real forma no mundo da vida, em outras palavras, a ideologia se avoca como portadora de uma verdade que ninguém tem e propaga uma mentira que todos compartilham como se verdade fosse, e assim as bases da realidade vão se firmando a partir de uma mentira (Žižek, 2024, p. 61). Todavia, a ideologia é só um instrumento que serve a um propósito – obtenção e manutenção de poder.

O deputado Sóstenes Cavalcante ao dizer que:

... noventa por cento da Frente Parlamentar Evangélica é base de sustentação político, política no parlamento e o que agora chega a hora da reciprocidade do presidente para com aqueles colegas que vamos disputar reeleição.

Aqui o discurso se move para além do campo das ideias levantando a cortina do palco ideológico e permitindo enxergar o interior dos bastidores. A dialética travada entre discurso e realidade é mediada pelo cinismo, instrumento manipulador da cultura, de forma que preserve

⁹⁶ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5500715>. Acesso em 16 de novembro de 2024.

⁹⁷ É uma arte milenar surgida na Ásia, caracterizada como um teatro de animação que se utiliza de marionetes, bonecos e máscaras. A técnica consiste em, através de uma tela branca, onde um foco de luz se acende, sombras de silhuetas de figuras humanas, animais ou objetos, ao vivo ou recortadas em papel, são projetadas, remetendo o espectador a um mundo de fantasia. Disponível em: <https://www.spescoladeteatro.org.br/noticia/o-que-e-teatro-de-sombras>. Acesso em 17 de novembro de 2024.

o interesse particular escondido por trás de uma máscara ideológica (Žižek, 2024, p. 61). É importante observar que o deputado Sóstenes não esconde a pretensão de uma prestação por parte do presidente Bolsonaro pelo apoio dado ao seu governo pela Frente Parlamentar Evangélica. Assim, para Žižek, esse cinismo aparentemente não expõe uma imoralidade explícita, afinal, faz parte do jogo político esse presidencialismo de coalizão, contudo, é precisamente o que faz do populismo reacionário uma ideia fora de lugar, uma vez que esse cinismo político não precisa ser uma ode imoral, ilegal, e nesse sentido, os discursos analisados de Bolsonaro, da ministra Damares Alves, dos deputados Sóstenes Cavalcante e Cezinha de Madureira é possível encontrar esse cinismo, porque consiste na própria aparência de legalidade posta a serviço de uma sistemática autoritária, a mentira contada para um público como forma de verdade.

Essa busca por ocupar o poder foi pensada por Edir Macedo em seu livro *Plano de Poder*, onde o líder da Igreja Universal do Reino de Deus estrutura a base do que se conhece como teologia do domínio, vista do Eliseu Pereira como a chave hermenêutica para compreender a relação entre o populismo reacionário de Bolsonaro e as lideranças religiosas (Pereira, 2023, p. 3). A teologia do domínio estabelece que uma organização de sociedade deva ser construída através de governo que se vale de pressupostos e valores cristãos com atuação de líderes cristãos desempenhando papéis institucionais de comando dentro do espaço público (Cunha, 2020, p. 18). Essa é a lógica de atuação política compreendida e executada por Edir Macedo, quando fala que questões ideológicas são fatores que podem ser flexibilizados diante de uma causa maior “executar o grande projeto de nação idealizado e pretendido por Deus” (Macedo, 2008, p. 52), que se concretizará quando todos àqueles comprometidos com essa missão divina se tornarem disponíveis para construção desse grande projeto (*Ibid*, p. 53), portanto, torna-se fundamental a crença na relevância da causa, mas mais que isso, a crença no idealizador do projeto, porquanto cada cristão pode colaborar para “construção da nação dos sonhos de Deus” (*Ibid*, p. 119).

Assim, quando Cezinha de Madureira fala que:

... Primeiro, primeiro, nós somos quase quarenta por cento da nação, os evangélicos, não seria, não seria deselegante pra nação em nenhum momento alguém falar ‘nós somos uma grande parte da nação, nós temos o direito aqui de usar nossos representantes para colocar nossos representantes com tem no Congresso’, você pega o Congresso cento e trinta e nove ali que são atuantes na Frente Parlamentar Evangélica, congresso conservador. Nós olhamos pro judiciário, já tem alguns evangélicos em vários segmentos do judiciário. Agora, quando se trata da Suprema Corte, vale lembrar, que isso é uma decisão, não é nem do governo, é do presidente

da república, e quando o presidente da república toma uma decisão e ele tem o respaldo do Congresso do outro lado, quando ele tem a capacidade de ter os votos do outro lado, isso tem que ser respeitado, voto é voto. Então, pra começar, isso é, número um, decisão do presidente, é ele que decide, não sou eu que decido, entretanto, nós evangélicos com uma grande representação que nós temos hoje, todos nós nos sentimos no direito de opinar e aí vem o presidente e ele dá a própria opinião dele dizendo que tem que ser um evangélico (Anexo III)

Há uma compreensão por parte da Frente Parlamentar Evangélica, representada na figura de seus líderes, que existe uma reserva legal de poder, a qual está ao dispor dos evangélicos representados no Congresso Nacional. Então, não obstante haja uma ordem institucional estabelecida, tendo a Presidência da República como posição maior na estrutura de Estado, os evangélicos, de acordo com Cezinha, têm o direito de intervir nos assuntos de Estado. Porém, nesse ponto é necessário fazer uma ponderação que se relaciona com o conceito de *ralé* colocado por Hannah Arendt.

A participação evangélica no governo Bolsonaro não ocorre em função de algum mérito institucional de relevância fundamental para a consecução dos objetivos da República do Brasil dispostos no Art. 3º da Constituição Federal. Assim, a atuação da Frente Parlamentar Evangélica não concorreu para construir uma sociedade livre (inciso I, do Art. 3º), tendo em vista o conjunto de projetos de leis elaborados com a finalidade de estabelecer o controle dos corpos femininos, não concorreu para promover o bem de todos, ao contrário, os projetos de lei no âmbito da educação, que passa ao largo do desenvolvimento nacional (inciso II, do Art. 3º) tem como única preocupação o ensino na questão de gênero, e paralelo a isso, os projetos de lei que se referem a formação de família, que têm como finalidade não permitir que o Estado reconheça a constituição familiar diferente de uma ordem heteronormativa, que não retrata a realidade brasileira, o que reafirma ainda mais as formas de preconceitos e discriminações, atuando no caminho inverso do escopo constitucional.

Portanto, a participação dos evangélicos no governo populista de Bolsonaro não ocorre por uma contribuição dessa parcela da sociedade para o desenvolvimento nacional. A participação evangélica na política autocrática de Bolsonaro está ligada a um pensamento reacionário e deletério que Bolsonaro nutria pela democracia, e quando foi eleito, trouxe a *ralé* para compor o seu governo de forma institucional, servido assim como base de sustentação. Todavia, o problema com esse coletivo, no qual estão aglutinados o que há de pior da sociedade, é que a *ralé* não lutar por direitos, ou expansão deles (já falamos dos projetos de leis elaborados pela Frente Parlamentar evangélica e de suas reverberações no espaço público), antes, a *ralé* busca o líder providencial, e a *ralé* odeia a sociedade da qual era

excluída e odeia a política (Arendt, 2012, p. 160), não obstante de forma paradoxal ela faz parte da política, porém, não com o intento de universalizar direitos, aprimorar a democracia, melhorar a cidadania, mas de impor através das variadas formas de violência uma hierarquia social com base no medo e na necessidade (Barros; Lago, 2023, p. 120).

Cena VII – Entra Serena Joy⁹⁸

Passamos a analisar o discurso da ex-primeira dama, Michele Bolsonaro⁹⁹. O discurso ocorre no dia 7 de agosto de 2022, na igreja Batista Lagoinha, em Belo Horizonte. A importância desse discurso para este trabalho consiste em identificar elementos do populismo autoritário através de uma linguagem, paradoxalmente, pacífica.

Dessa forma, a linguagem é uma caixa de ferramentas com chaves simbólicas que é utilizada para estabelecer uma comunicação interpessoal (Viana, 2009, p. 11). A linguagem só existe porque existe sociedade, e nessa construção coletiva a consciência social passa a ser influenciada, moldada e sedimentada através da linguagem (Viana, 2009, p. 7). Porém, é preciso compreender que discurso e linguagem não são sinônimos. A linguagem está ligada ao “como” se fala, enquanto o discurso é a mensagem, é “o que” se fala, de modo que a linguagem é o meio pelo qual um discurso é transmitido (Viana, 2009, p. 13).

Estabelecer esse conceito antes de iniciar a análise do discurso de Michele Bolsonaro é importante pela seguinte questão. Os discursos anteriormente analisados são marcados por uma linguagem de muita animosidade, tanto dos emissores, que revestidos de autoridade moral, usam de uma linguagem bastante beligerante, buscando sempre inflamar o público, quanto dos receptores, que também compõem um cenário de embate social, haja vista os discursos de Bolsonaro em frente ao QG do Exército em Brasília em 2019 e o discurso no dia 7 de setembro de 2021. Entretanto, o que há de interessante no discurso de Michele Bolsonaro é o uso de uma linguagem muito distinta dos discursos anteriores, é uma linguagem que estabelece uma comunicação efetiva, poderosa, com efeito em massa, com significado para quem ouve, mas de forma gentil, afável, bondosa, não obstante seu discurso ser hostil, agressivo, antidemocrático, carregado de elementos de um populismo ultrarreacionário.

A paz do Senhor meus irmãos.

Momento de alegria estarmos aqui reunidos.

Pastor Márcio, parabéns pelos seus cinquenta anos de ministério.

⁹⁸ Personagem do romance *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood. Era a mulher do comandante Fred Waterford. Era uma mulher de traços muito religiosos, adepta a uma ideia radical de interpretação bíblica de que a mulher não tinha voz, não poderia ensinar e em tudo deveria se sujeitar ao seu marido, pois Deus criou primeiro Adão, depois Eva (Atwood, 2017, p. 262), contudo, toda religiosidade e piedade não a impediu de ser condescendente com o regime autoritário que marido, Comandante, contribuiu para criar.

⁹⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2FKBz_LysOU. Acesso em 18 de novembro de 2024.

Gente eu era pequena e assistia o DT ¹⁰⁰ pela televisão, e hoje eu estou aqui presente, junto com essa família linda que abençoou tantas vidas através das ondas sonoras, né. Quantas canções lindas, Ana, quantas ministrações, nunca pensei que fosse conhecer vocês pessoalmente e hoje ter uma intercessora dividindo com você sua mãe espiritual, ta, só um tiquinho, ta bom, e olha que foi ordem do pastor, do seu pai.

Então é momento muito bom quando a gente ta reunido com os nosso irmãos em Cristo Jesus e saber que a nossa esperança está nele.

É um momento muito difícil irmãos, não tem sido fácil, como ele mesmo fala, é uma briga do bem, é uma guerra do bem contra o mal, mas eu creio que nós vamos vencer porque Jesus já morreu na cruz do calvário por nós, e as promessas do senhor, André, irão se cumprir na nossa nação.

Eu cheguei agora, quantos já oravam, vocês, quantos, quantos vídeos de intercessão pela nossa nação, fico até constrangida, eu falo, senhor, meu leitinho ainda ta ralo, mas a cada dia o senhor tem nos capacitado, tem nos dado direcionamento, tem levantado homens e mulheres pra nos ajudar a interceder, a orar pela nossa nação, muito obrigada meus irmãos. Aqueles que se disponibilizam pra orar, pra interceder pelo governo, pra interceder pelas nossas vidas, que Deus retribua grandiosamente.

A nossa nação é uma nação rica, a nossa nação é uma nação próspera, ela só foi mal administrada.

Quem somos nós? Um deputado, uma dona de casa, mas o senhor viu graça em nós, e nós estamos aqui só pela obediência do senhor.

Não queremos queridos, nenhum projeto de poder, até porque é uma renúncia está do outro lado. Nós pagamos um alto preço, até com a vida, como tentaram tirar a vida do meu marido em dois mil e dezoito, mas nós estamos fortes porque o senhor é por nós, e nós vamos declarar a cada dia que feliz é a nação cujo Deus é o Senhor (aplausos), e essa nação tão amada, tão querida é do senhor Jesus.

Podem me chamar de fanática, podem me chamar de louca, eu vou continuar louvando o nosso Deus, vou continuar orando, agora com a minha intercessora de peso, Ezenete Rodrigues, vamos continuar orando, intercedendo, em todos os lugares, sabe por que irmãos? Porque por muitos anos, por muito tempo aquele lugar foi um lugar consagrado a demônios, consagrados a demônio, cozinha consagrada a demônios, Planalto consagrado a demônios, e hoje, consagrado ao senhor Jesus, consagrado ao senhor Jesus.

Ali eu sempre falo, e falo pra ele, que quando eu entro na sala dele e olho pra aquela cadeira, eu falo 'essa cadeira é do presidente maior, é o rei que governo essa nação'. Irmãos continuem em oração por nós, continuem em oração pelo nosso Brasil amado, as promessas do senhor irão se cumprir, o avivamento do senhor irá se

¹⁰⁰ Grupo musical gospel Diante do Trono

cumprir no nosso Brasil e nós seremos celeiros de bênção pra outras nações, Dedé, eu creio, em nome de Jesus.

Obrigada por essa manhã linda, por essa recepção maravilhosa, já comi queijo e goiabada no aeroporto, é muito bom está aqui. Tenho cinquenta por cento, meu sangue é cinquenta por cento é mineiro, cinquenta por cento é cearense, por isso que deu tudo isso, mas muito obrigado pela presença dos meus irmãos, pelo carinho. Ana que Deus te abençoe, abençoe sua casa, seus filhos, Cassi, cadê a Angel? Angel não veio? Seus filhos, essa geração, que privilégio né pastor Márcio, que bênção seus filhos no altar do senhor, e é isso que eu quero também pra minha casa, que a minha casa sirva ao senhor.

Dedé, você é crente viu? Deus abençoe meus amados.

Quando Michele Bolsonaro diz:

É um momento muito difícil irmãos, não tem sido fácil, como ele mesmo fala, é uma briga do bem, é uma guerra do bem contra o mal, mas eu creio que nós vamos vencer porque Jesus já morreu na cruz do calvário por nós, e as promessas do senhor, André, irão se cumprir na nossa nação.

A despeito do uso de uma linguagem cortês, moderada, Michele Bolsonaro entende a importância de está naquele local. Ao fazer uso de um elemento “batalha espiritual”, cujo simbólico é a guerra do bem contra o mal tendo significado muito presente na vida dos evangélicos, sobretudo dentro dos movimentos pentecostais e neopentecostais, Michele associa um elemento que faz parte do viver evangélico com a política, em que o bem está representado na pessoa de Bolsonaro e o mal é representado pelo concorrente nas eleições daquele ano de 2022, o presidente Lula, tática não muito diferente da que a ministra Damares Alves utiliza ao denominar as pessoas que querem o bem do Brasil e exército do bem que luta contra o mal.

Aqui se revela o elemento essencial da política populista, a instituição de lados antagônicos polarizando o espaço público, contudo, mais que isso, quando Michele fala em guerra, naturalmente infere-se que exista um inimigo, já que não há guerra sem um inimigo, e esse inimigo é todo aquele que se opõe ao governo de Bolsonaro, ou melhor, aqueles que estão do lado do mal. Essa é a forma de discurso marcada pela intolerância, pois não reconhece o rival, não inimigo, como pessoas portadoras de valores democráticos e que honrarão o compromisso seguir e obedecer a Constituição (Levitsky; Ziblat, 2018, p. 104) e pelo autoritarismo, por não reconhecer a legitimidade de um concorrente de participar do processo eleitoral (Levitsky; Ziblat, 2018, p. 32), apesar da linguagem utilizada se valer um recurso vocal muito cordato.

O substantivo de ligação que une o populismo reacionário de Bolsonaro e o endosso evangélico ao projeto de poder é o nome de Jesus, e Michele Bolsonaro faz uso desse instrumento de forma muito eficiente. Para os cristãos evangélicos, a fé é uma peça fundamental dentro do universo evangélico, todavia, a vitória a qual Michele Bolsonaro se refere não é uma vitória sobre o mundo espiritual. A alusão a uma batalha espiritual no começo da sua fala logo é transplantada para o espaço público, pois aqui a vitória refere-se à reeleição de Bolsonaro. Portanto, há aqui uma transitividade do objeto entre o profano e o sagrado de forma indevida resultando em um processo alopoiético, pois há uma corrupção do código que rege os programas normativos. A fé e a política são dois programas, em que ambos são regidos por códigos distintos (Viana, 2018, p. 13).

O problema constitucional que ocorre é que quando Michele Bolsonaro traz para o espaço público o código feito para reger o programa da fé, crer ou não crer, haverá incongruências no sistema, isso significa que o espaço público que não é orientado pelo aspecto da fé passará a sofrer interferência desse programa, o que levará ao não atendimento das expectativas sociais. Nesse caminho o Estado de direito passará não mais ser governado pela égide de uma Constituição, passa-se a ser regido por valores bíblicos de fé, que pertencem a uma esfera privada de manifestação, mas de forma alguma poderia ser imposta o colocada dentro do espaço público como valor fundamental.

A busca em associar o divino e o secular é uma discussão antiga que perpassa a história da humanidade, e frequentemente objeto de manipulação ideológica e projetos de poder. O próprio Jesus estabelece uma distinção entre a fé e o direito quando questionado se era justo pagar impostos a César. Jesus diz “Portanto, dêem a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”,¹⁰¹ essa distinção confronta diretamente o discurso de Michele Bolsonaro por três razões básicas.

Primeira, o espaço público não é uma arena de gladiadores, a Constituição quando criou esse espaço criou também regras de funcionamento dispostas na própria Constituição, portanto, a pluralidade e tolerância, mesmo na divergência, são os valores norteadores desse espaço. Segunda razão, o conceito de guerra do bem contra o mal, a qual Michele Bolsonaro fala, é colocado de forma descontextualizada do preceito original trazido pela teologia. O apóstolo Paulo na carta escrita à igreja na cidade de Éfeso, atual região da Turquia, vai dizer que “pois a nossa luta não é contra pessoas, mas contra os poderes e autoridades, contra os

¹⁰¹ Livro de Lucas, capítulo 20, versículo 25. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/lc/20>. Acesso em 18 de novembro de 2024.

dominadores deste mundo de trevas, contra as forças espirituais do mal nas regiões celestes”¹⁰², ou seja, não há constitucionalmente e nem biblicamente qualquer alusão para que cristãos se envolvam em atos autoritários sob a ótica de lutarem numa batalha, seja ela espiritual ou política. E a terceira razão é que o discurso e a ação, que para Hannah Arendt são a mesma coisa, quando instrumentalizado como forma de violência é firmemente desencorajada para os cristãos e os cidadãos. Martin Luther King ao escrever seu tratado para ação cristã, que fundamente sua luta pelos direitos civis dos negros, vai dizer que apesar de ser tentador combater o inimigo através da violência, a violência nunca resultará em paz duradoura, a democracia não é um projeto teórico como um ideal a ser alcançado, a democracia é um valor que deve ser incorporada como modo de ser e de viver (King, 2020, p. 64).

Michele Bolsonaro continua:

... Podem me chamar de fanática, podem me chamar de louca, eu vou continuar louvando o nosso Deus, vou continuar orando, agora com a minha intercessora de peso, Ezenete Rodrigues, vamos continuar orando, intercedendo, em todos os lugares, sabe por que irmãos? Porque por muitos anos, por muito tempo aquele lugar foi um lugar consagrado a demônios, consagrados a demônio, cozinha consagrada a demônios, Planalto consagrado a demônios, e hoje, consagrado ao senhor Jesus, consagrado ao senhor Jesus...

A fala de Michele Bolsonaro nesse ponto buscou novamente levantar um embate social entre evangélicos e não evangélicos. O sentido do discurso caminha para dizer que pessoas que oram ou professam a sua fé em Deus são consideradas loucas ou fanáticas. O fanatismo trazido no discurso não é religioso, o discurso tem uma linguagem religiosa, mas o seu conteúdo é político. A ação política de Michele Bolsonaro traz para dentro do espaço público um problema que não existe, é uma encenação desonesta intelectualmente, já que a Constituição garante a liberdade religiosa, é um princípio constitucional a liberdade de crença, de modo que nenhum evangélico é perseguido ou taxado de fanático por conta de uma manifestação religiosa. O Estado não causa vedação à livre manifestação de crença (Art. 5º, inciso VI).

Então, se a Constituição não impede que evangélicos manifestem a sua fé, Michele Bolsonaro não está falando nesse aspecto, já que se trata de um discurso essencialmente político, a vedação a qual Michele se refere está no aspecto da atuação política, que se utilizando de um viés religioso promove uma radicalização no espaço público. Quando a

¹⁰² Livro de Eféios, capítulo 6, versículo 12. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/ef/6>. Acesso em 18 de novembro de 2024.

Frente Parlamentar Evangélica busca aprovar o Estatuto da Família, por exemplo, por uma concepção bíblica de constituição familiar, a vedação constitucional a esse tipo de proposta não decorre de uma perseguição a fé evangélica, mas ao uso que se dá de valores cristãos para limitar direitos fundamentais, cerceando o valor constitucional que possibilita a liberdade para ser livre.

A democracia por natureza é relativista, existencialista, não dogmática, é aberta, inclusiva, plural, sob essa premissa é incompatível com um espírito fundamentalista (Zagrebelski, 2011, p.37). O núcleo da democracia carrega um horizonte hermenêutico cheio de elementos céticos. Logo, não há certezas, a democracia é cética por natureza, pois nela há a disposição para reconhecer erros e enxergar cenários de mudanças e perspectivas. O problema de um discurso político carregado de símbolos religiosos é que associado ao populismo reacionário provoca a saturação de espaços para o diálogo transformando o Estado democrático em uma ordem fundamentalista.

CONCLUSÃO

ATO IV – *NOLITE TE BASTARDES CARBORUNDORUM*¹⁰³

Esta pesquisa analisou os elementos do populismo bolsonarista, com a finalidade de responder um questionamento sobre o que levou as lideranças evangélicas no Congresso Nacional, representadas na Frente Parlamentar Evangélica, a endossarem um projeto autoritário que desnaturou a democracia no Brasil durante o governo Bolsonaro.

Logo, foi necessário fazer um recorte histórico no intento de analisar o período de Jair Bolsonaro na Presidência da República no Brasil, e com isso entender o conceito de populismo reacionário e identificar suas características. Assim, vimos que, no Brasil, o uso do termo “populismo” é uma palavra com múltiplos significados, usada frequentemente como receita genérica para atacar adversários políticos, a fim de creditar a qualificação de populista. Porém, durante a pesquisa, identificou-se que o populismo não é necessariamente maléfico à sociedade. Existe um populismo denominado populismo emancipador voltado para inclusão no espaço público de classes historicamente marginalizadas (Barros; Lago, p.84, 2022). Contudo não foi esse populismo que a pesquisa procurou estudar. Aqui, para compreender a ação política de Bolsonaro e suas investidas contra a democracia é preciso analisar o populismo reacionário, que norteou todo o seu período na presidência da república, que teve como finalidade a desconstrução do processo democrático (Lynch, 2022, p. 23).

O primeiro capítulo buscou-se analisar as condições sociais que possibilitaram a ascensão de Jair Bolsonaro, identificando os atributos do populismo reacionário: o apelo ao povo, a transgressão institucional e o embate social que modela o espaço público, e ao que essa forma autoritária de fazer política se propôs efetuando um ataque institucional e legitimado à democracia e ao Estado constitucional de Direito, usando a estrutura democrática, os institutos legais para atacar a própria democracia radicalizando o espaço público, deslegitimando a política, restringindo o acesso a direitos fundamentais e fazendo uso da liberdade que a democracia oferece para cerceá-la.

Assim, as condições de existência que permitiram o surgimento do bolsonarismo na vida pública brasileira têm relação com o processo de estruturação constitucional no Brasil, já que a Constituição Federal de 1988 permitiu a construção de duas espécies de democracia – a democracia de acesso e a democracia de exercício. A primeira é caracterizada pelos elementos formais de legalidade, são as normas que autorizam, por exemplo, o gozo dos direitos e garantias fundamentais no Estado de Direito, e a segunda é responsável por construir a ponte

¹⁰³ Expressão que se tornou símbolo da resistência ao regime opressor de Gilead, significa: Não deixa que os bastardos esmaguem você. O Conto da Aia (Atwood, 2017, p. 224)

entre o desenho constitucional e a pleno exercício desses direitos e garantias constitucionais (Copelli; Moraes; Tassinari, 2023, p.3).

O problema com o arquétipo da Constituição Brasileira ocorre o modelo institucional desenhado, que precisava fazer sentido na mente da população, não ocorreu, em função de que o agente político catalisador desse ordenamento jurídico se torna incapaz para conduzir e transpor os elementos democráticos da Constituição para o espaço público. Quando essa ligação é quebrada, o cidadão que, antes, encontrava na democracia representativa o espelho de suas aspirações sociais, passa a enxergar que o problema se encontra exatamente na democracia representativa, no processo político, e dessa forma tem-se o que se chama de crise de legitimidade política (Castells, p.12, 2018).

A consequência prática é que a política, como instrumento da democracia, se tornou mais uma das ilusões do humano, não sendo capaz de responder as questões legítimas da sociedade: a uberização da vida, automação, revolução industrial 4.0, crises financeiras, desemprego, crise na segurança pública, violência e crime organizado, crise climática etc. (Castells, 2018, p. 18). A política que, em tese, deveria promover a materialização da Constituição na vida social, se tornou um reduto oligárquico descompromissado com qualquer ideal ético de promoção do bem comum no espaço público (*Ibid*, p. 13), permitindo o surgimento de um coletivo radicalizado, que se encontra por todas as camadas sociais, a qual Hannah Arendt chamou de ralé.

A importância de compreender o papel das lideranças evangélicas no parlamento está na relevância social e política que esse coletivo tomou nos últimos 20 (vinte) anos no Brasil, como exemplo, os evangélicos foram fundamentais para decisão das eleições que deram a vitória nas urnas a Jair Bolsonaro. Logo, analisou-se as principais teses de algumas lideranças importantes a fim de entender o que esse coletivo compreende por democracia, a exemplo de Edir Macedo, Marcel van Hatem, Sóstenes Cavalcante e outros.

O capítulo 2 desse trabalho buscou analisar o contexto bolsonarista, com suas proposta de atuação e o coletivo evangélico que o endossa, sob as lentes de dois conceitos trazidos por Hannah Arendt: o conceito de ralé e a definição de espaço público e suas implicações.

A ralé não necessariamente é o povo, aqueles que, destituídos de direitos, promovem processos de lutas historicism a fim de obter acesso à representatividade social. A ralé, a qual fala Arendt, luta para promover a falência da política que passa pela constituição de um líder forte e a abolição de qualquer forma de diálogo social. A ideia de um povo coeso a alinhado à ideologia defendida pelo populismo reacionário é encontrada tanto em Bolsonaro, quanto nas lideranças religiosas, que o apóiam, pois dentro dessa perspectiva e usando uma tese

aparentemente constitucional ao aplicar o parágrafo único do Art. 1º da Constituição Federal, todo poder emana do povo, logo, na ótica bolsonarista, o povo se caracteriza como o elemento que confere valor existencial ao exercício do poder (Muller, 2011, p. 45). Portanto, ao ser legitimado como porta-voz desse povo, Bolsonaro sentiu-se livre ao ser autorizado democraticamente para estabelecer um projeto autoritário de poder tendo como base o forte apelo ao povo que o elegeu (*Ibid*, p. 67).

A outra chave utilizada neste trabalho para entender a atuação do populismo reacionário alinhado com as lideranças evangélicas no parlamento é definir o que é um espaço público. O espaço público é construído a partir de uma organização constitucional permitindo uma vivência social das mais promissoras, pois ao mesmo tempo em que aglutina pessoas e as incentiva a conviver, também evita que os componentes desse espaço façam uso da não política para se sobrepôr aos outros (Arendt, 2020, p. 65). O problema do avanço populista de Bolsonaro apoiado pelas lideranças evangélicas é a desconstrução desse espaço de convivência ao permitir que assuntos que fazem parte da esfera privada fossem trazidos para dentro do espaço público. Há questões que pela sua natureza privada não são questões próprias da funcionalidade do espaço público, como exemplo, as questões morais relativas aos arranjos familiares, educação de filhos, questões religiosas de uma forma geral. Vale ressaltar que essas questões privadas são importantes e até mesmo são legítimas, contudo, a natureza desses assuntos pertence à esfera privada, portanto não podem ser objeto de imposição social por um grupo ou governo que eventualmente esteja no poder.

O capítulo 3 da pesquisa tem um objetivo empírico de pôr à prova o problema da pesquisa. Para isso acontecer, foram analisados alguns discursos de Jair Bolsonaro, de Damares Alves, Michele Bolsonaro, Sóstenes Cavalcante e Cezinha de Madureira, líderes da Frente Parlamentar Evangélica durante o governo Bolsonaro. O objetivo era examinar se nos discursos era possível encontrar os elementos do populismo reacionário de Bolsonaro e identificar se esses elementos foram reproduzidos pelas lideranças evangélicas dentro do espaço público.

As ferramentas utilizadas para auxiliar o método da pesquisa foram palavras que compõem o vocabulário populista autoritário. Assim, a partir da identificação das características do populismo ligado ao universo evangélico, foi possível identificar as palavras que mais compõem a dinâmica populista para então identificá-las nos discursos analisados.

O resultado encontrado foi que em todos os discursos analisados foi possível encontrar alusões a um populismo autoritário que invariavelmente agrediram a Constituição basicamente de duas maneiras. A primeira engloba a transgressão institucional, a

ilegitimidade das instituições e atores políticos, o não reconhecimento da política como meio para mediar os conflitos (Przeworski, 2020, p. 171), nesse ponto, o caminho percorrido pelo populismo bolsonarista é inverso, a política é o instrumento para inflamar os conflitos sociais a ponto de produzir uma fratura social instituindo o que se conhece como a política do “nós contra eles”.

A segunda forma de agressão constitucional presente nos discursos é a profunda incompreensão do que é a Constituição e a sua incompatibilidade com uma política populista reacionária. A instrumentalização que os discursos fazem, acenam para a ralé a permissão de promoverem uma ação violenta no espaço público, tendo a liberdade como causa dessa luta. Esse é um projeto político que deliberadamente desconsidera a Constituição como um programa cujo pressuposto elementar é a pluralidade política, conviver com o diferente como se iguais o fôssemos. A lógica da Constituição Federal de 1988 é inclusiva, não excludente, e direitos fundamentais jamais estarão acabados, mas a partir de uma lente inclusiva, sempre poderão ser construídos (Marques, 2016, p. 5).

Esta pesquisa não tem a pretensão de encerrar a discussão sobre o populismo reacionário e as lideranças evangélicas no Congresso Nacional, mas tão somente poder contribuir por meio de uma das muitas lentes que busca compreender como o envolvimento evangélico com o poder político, orientado por uma ideologia autoritária, pode afetar diretamente a democracia e os direitos fundamentais.

Esse é um assunto que está longe de ter um desfecho, sobretudo quando se vivencia uma era de populismos autocráticos como vai falar Mounk, e no caso específico do Brasil, o envolvimento dos evangélicos com a política é um fator decisivo para definição de eleições, a presença evangélica nas mídias digitais fazendo o jogo duro constitucional, a propagação de notícias falsas e o confronto com a liberdade de expressão e estado laico, o desejo de ter na Presidência da República um presidente evangélico para futuras eleições são perspectivas de pesquisa na área de relevância fundamental para compreender como o Estado Constitucional de Direito será impactado a partir desses novos paradigmas sociais.

Por fim, o uso da literatura no direito oferece um leque maior e mais sofisticado para pesquisas, no sentido de que a literatura sempre se antecipa as grandes questões sociais, em outras palavras, a literatura tem a capacidade de enxergar uma morte anunciada. Saramago em seu clássico *Ensaio sobre a Cegueira* deixa um alerta a todos os democratas, que de modo institucional ou não, encontram-se envolvidos na construção do espaço público. Todas as vezes que elementos oriundos de uma corrente política fascista são inseridos no espaço público, sejam através dos discursos ou ações, há a radicalização política e tentativas

sistemáticas voltadas para destruir as grades de proteção da Constituição. A cegueira, que não é física, e, sim, ideológica, torna-se coletiva, impedindo que se enxergue a naturalização do absurdo, ou melhor, como brinca Saramago “cegos que veem, cegos que, vendo, não veem” (Saramago, 2017, p. 310).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique H. de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988, p. 5 – 14. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/es/artigos/?id=348>. Acesso em 13 de outubro de 2024.

ANDRADE, F. da S. (2019). A dissonância cognitiva e seus reflexos na tomada da decisão judicial criminal. *Revista Brasileira De Direito Processual Penal*, 5(3), 1651-1677. Disponível em: <https://revista.ibraspp.com.br/RBDPP/article/view/227>. Acesso em 12 de novembro de 2024.

ALBRECHT, Tiago; HATTEM, Marcel van. *Política é coisa do diabo? A relevância da política na bíblia e na vida do cristão*. Porto Alegre. Concórdia. 2021.

AUAD, Daniela; SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca e; ROSENO, Camila dos Passos. Gênero na educação básica brasileira: a inconstitucionalidade de projetos proibitivos. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 21, n. 3, p. 568–586, 2019. DOI: 10.20396/etd.v21i3.8654669. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8654669>. Acesso em: 22 maio. 2024.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo. Companhia das Letras. 1989.

_____. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. 13ª Ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2020.

_____. *Liberdade para ser livre*. Tradução Pedro Duarte. Rio de Janeiro. Bazar do tempo. 2018.

_____. *Crises da República*. Tradução Adriana Novaes. São Paulo. Planeta do Brasil. 2024.

_____. *Eichmann em Jerusalém*. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo. Companhia das Letras. 1999.

ASSY, Bethania. *Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt*. Tradução Bethania Assy. 1ª Ed. São Paulo. Perspectiva. Instituto Norberto Bobbio. 2015.

ATWOOD, Margaret. *O conto da aia*. Tradução Ana Deiró. Rio de Janeiro. Rocco. 2017.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. *O púlpito: fé, poder e o Brasil dos evangélicos*. 1ª Ed. São Paulo. Tadvia. 2024.

BARRETO, Amanda Alves; ROCHA, Antonia Rozimar Machado; SILVA, Francisco Samuel de Sousa. *A Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional: Representatividade*

- política dos evangélicos?. Revista Inter-Legere, [S. l.], v. 4, n. 32, p. e25787, 2021. DOI: 10.21680/1982-1662.2021v4n32ID25787. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/25787>. Acesso em: 21 de maio. 2024.
- BARRETO, Lima. Os bruzundangas. Paraná. Editora Estrondo. 2021. E-book Kindle
- BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. Do que falamos quando falamos de populismo. 1ª Ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt, DONSKIS, Leonidas. Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Zahar. 2014.
- BENDER, M.; SILVA, R. Odorico Paraguassú e Jair Bolsonaro: padrão discursivo e sujeição dos corpos durante as emergências de saúde. ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. e1072, 2024. DOI: 10.21119/anamps.10.2.e1072. Disponível em: <https://periodicos.rdl.org.br/anamps/article/view/1072>. Acesso em: 21 out. 2024.
- BOLZAN, Jose Luis de Moraes; COPELLI, Giancarlo Montagner; TASSINARI, Clarissa. O populismo contra o Estado de Direito: a crise da democracia na “era digital”. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/31792>. Acesso em 25 de abril de 2024.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1989.
- BRASIL. Diário de Câmara dos Deputados. Discurso do pastor e deputado, Marco Feliciano (PSC-SP), no dia 17 de dezembro de 2013. Disponível em: https://imagem.camara.leg.br/pesquisa_diario_basica.asp. Acesso em 21 de maio de 2024.
- BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão virtual encerrada em 26/6, julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 460 para declarar a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 6.496/2015 do Município de Cascavel (PR) que vedavam a adoção de políticas de ensino que se referissem a “ideologia de gênero”, “gênero” ou “orientação de gênero”. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5204904>. Acesso em 15 de setembro de 2024.
- CARROLL, Lewis. Aventuras de Alice no país das maravilhas. Tradução Sebastião Uchoa Leite. Editora 34. São Paulo. 2015.
- CASSIMIRO, Paulo Henrique; LYNCH, Christian. O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo. Editora Contracorrente. 2022.

CASSIRER, Ernst. Linguagem e mito. Tradução J. Guinsburg, Miriam Schnaiderman. São Paulo. Perspectiva. 2013.

_____. O mito do estado. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo. Códex. 2003.

CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Tradução Joana Angélica d'Avila Melo. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Zahar. 2018.

CONRAD, Joseph. Coração das trevas. Tradução Paulo Raviere. Rio de Janeiro. Darkside Books. 2021.

CLOUSER, Roy A. O mito da neutralidade religiosa: Um ensaio sobre a crença religiosa e seu papel oculto no pensamento teórico. Tradução Fabrício Tavares de Moraes e Rodolfo Souza Amorim. Brasília-DF. Academia Monergista. 2022.

CHAVES, Rosângela. A capacidade de julgar: um diálogo com Hannah Arendt. Cânone Editorial. 2009. E-book Kindle.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo. 2002.

de Oliveira, J. L. (2023). A EXPERIÊNCIA DA FELICIDADE PÚBLICA NA CONFIGURAÇÃO DO REPUBLICANISMO ARENDTIANO. *Cadernos Arendt*, 3(6), 90–106. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ca/article/view/3897>. Acesso em 05 de agosto de 2024.

COMTE-SPONVILLE, André. A felicidade, desesperadamente. Tradução Eduardo Brandão. 2ª Ed. São Paulo. Martins Fontes. 2015.

COPELLI, Giancarlo Montagner; TASSINARI, Clarissa. Pensando o populismo: a partir de ensaios e perspectivas distintas. Blumenau-SC. Editora Dom Modesto. 2021.

CUNHA, Magali do Nascimento. Fundamentalismos, crise na democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para ação. Salvador/BA. Koinonia. 2020. Disponível em: <https://fld.com.br/publicacao/fundamentalismos-crise-da-democracia-e-ameaca-aos-direitos-humanos-na-america-do-sul-tendencias-e-desafios-para-a-acao/>. Acesso em 17 de novembro de 2024.

DANTAS, Bruna Hávilla Lino. Flexibilização dos Direitos do Trabalho no Brasil: análise a partir da reforma trabalhista do governo Michel Temer. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27102?locale=pt_BR. Acesso em 03 de outubro de 2024.

DOOYEWEERD, Herman. Estado de soberania: ensaios sobre cristianismo e política. Tradução Leonardo Ramos, Lucas G. Freire, Guilherme de Carvalho. São Paulo. Vida Nova. 2014.

- _____. No crepúsculo de pensamento ocidental: estudo sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico. Tradução Guilherme de Carvalho e Rodolfo Amorim de Souza. Brasília-DF, Editora Monergismo. 2018.
- DIP, Andrea. Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2024.
- DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a serio. Tradução Nelson Boeira. 3ª Ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes. 2010.
- ECO, Humberto. O fascismo eterno. Tradução Eliana Aguiar. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Record. 2018.
- EMPOLI, Giuliano Da. Os engenheiros do caos. Tradução Arnaldo Bloch. 1ª Ed. São Paulo. Vestígio. 2020.
- FEIJOO, Ana Maria Lopez; Gill, Débora; Protásio, Myriam Moreira; Veríssimo, José Luiz. KIERKEGGARD, a escola da angústia e a psicoterapia. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/xYBLQtG6kBBCfNFRS7bnwqQ/?lang=pt#> . Acesso em 11 de agosto de 2024.
- FERNANDES, Janaína de Mello. A enunciação na encenação teatral. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49164>. Acesso em 25 de abril de 2024.
- FILHO, Roberto Efrem. Os evangélicos como nossos outros: sobre religião, direitos e democracia. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/wPmydPk6FFtYtZDSDs7mvJC/?lang=pt#>. Acesso em 21 de maio de 2024.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. 15ª Ed. São Paulo. Contexto. 2022.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Tradução Roberto Machado. 10ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra. 2019.
- GADAMER, Hans Georg. Verdade e método. Tradução Paulo Meurer. 15ª Ed. Rio de Janeiro. Vozes. 2015.
- GIANNETTI, Eduardo. Trópicos utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória. 1ª Ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2016.
- GOLDING, William. Senhor das Moscas. Tradução Sergio Flaksman. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Alfa-guara. 2021.
- GOMES, Dias. O bem-amado: farsa sócio político-patológica em 9 quadros. 27ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2022. E-book Kindle.
- GHIRARDI, José Garcez. Estado de direito e populismo autoritário. Oscar Vilhena (orgs). Rio de Janeiro. FGV Editora. 2023.

_____. O mundo fora de prumo: transformação social e teoria política em Shakespeare. São Paulo. Almedina. 2011.

HAMBLOCH, Ernest. Sua majestade o Presidente do Brasil – um estudo do Brasil Constitucional (1889-1934). Brasília: Senado Federal, 2000. Capítulo O princípio da autocracia.

HAN, Byung-Chul. O que é poder? Tradução Gabriel Salvi Philipson. Rio de Janeiro. Vozes. 2019.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. Tradução Luiz Repa. 2ª Ed. São Paulo. Editora 34. 2009.

KARL, Jaspers. Introdução ao pensamento filosófico. Tradução Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo. Cultrix. 2011.

KELSEN, Hans. A democracia. Tradução Vera Barkow. 1ª Ed. São Paulo. Martins Fontes. 1993.

KING, Martin Luther. A dádiva do amor. Tradução Claudio Carina. São Paulo. Planeta. 2020.

LEITE, Gisele. A morte de Deus e o direito como muleta metafísica. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/a-morte-de-deus-e-o-direito-como-muleta-metafisica-2022-03-22#:~:text=Ali%C3%A1s%2C%20a%20express%C3%A3o%20%22muletas%20metaf%C3%ADsicas,num%20mundo%20que%20n%C3%A3o%20existe.> Acesso em 09 de setembro de 2024.

LENTZ, Rodrigo. Lawfare, democracia e a transição inacabada brasileira. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 38, n. 83, p. 159-175, mai-ago, 2023. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/1311>. Acesso em 20 de outubro de 2024.

LUHMANN, Niklas. A constituição como aquisição evolutiva. Disponível em: LUHMANN, Niklas - A Constituição Como Aquisição Evolutiva | PDF | Lei Natural | Estado (scribd.com). Acesso em 25 de abril de 2024.

MAIA, Luciano Mariz; BORGES, Maria Creusa de Araújo; COSTA FILHO, Antonio Eudes Nunes da. O PRINCÍPIO DO PLURALISMO DE IDEIAS E DE CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO INTERCULTURAL INDÍGENA NO BRASIL. Revista Jurídica, [S.l.], v. 2, n. 55, p. 372 - 389, abr. 2019. ISSN 0103-3506. Disponível em: <<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3400>>. Acesso em: 03 set. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.26668/revistajur.2316-753X.v2i55.3400>.

MACEDO, Edir. Plano de poder: Deus, os cristãos e a política. Rio de Janeiro. Thomas Nelson Brasil. 2008.

MARIANO, Ricardo; SALES, Lilian. Ativismo político de grupos religiosos e a luta por direitos. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/9Y3JBVCZZWKgRxyNkCZR69F/>. Acesso em 21 de maio de 2024.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. O que uma Constituição constitui? Uma discussão sobre a igualdade constitucional a partir da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Revista Digital de Direito Administrativo, vol. 3, n. 3, p. 499-511, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306340108_O_que_uma_Constituicao_constitui_Uma_discussao_sobre_a_igualdade_constitucional_a_partir_da_uniao_estavel_entre_pessoas_d_o_mesmo_sexo. Acesso em 20 de novembro de 2024.

MENDES, Julia da Silva; OLIVEIRA, Leandro Corrêa de. Democracia representativa e crise de legitimidade: a necessidade de revalorização do ato de governar. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/DDEM/article/view/53553>. Acesso em 25 de abril de 2024.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Tradução Eliane Lisboa. Porto Alegre. Sulina. 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3083479&forceview=1>. Acesso em 04 de outubro de 2024.

MOUFFE, Chantal. Por um populismo de esquerda. Tradução Daniel Mendonça. São Paulo. Autonomia Literária. 2019.

_____. Sobre o político. Tradução Fernando Santos. 1ª Ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes. 2015.

MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Tradução Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. 1ª Ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução Renata Santini. São Paulo. N-1 Edições. 2020.

MCGRATH, Alister E. Revolução Protestante. Tradução Lena e Regina Aranha. Brasília. Palavra. 2012.

MLODINOW, Leonard. Elástico: como o pensamento flexível pode mudar nossas vidas. Tradução Cláudio Carina. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Zahar. 2019.

_____. Subliminar: como o inconsciente influencia nossas vidas. Tradução Claudia Carina. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Zahar. 2018.

MULLER, Maria Cristina. O declínio do domínio público e o encantamento com o privado. V.9, n.17, p.36 – 63, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/pensando/article/view/7371/0>. Acesso em 15 de setembro de 2024.

MULLER, Friedrich. Quem é o povo? A questão fundamental da democracia. Tradução Peter Naumann. 6ª Edição. Editora Revista dos Tribunais. 2011.

NOBRE, Marcos. Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia. 1ª Ed. São Paulo. Todavia. 2020.

_____. Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro. 1ª Ed. São Paulo. Todavia. 2022.

OLIVEIRA, Maria Regina de. Shakespeare e o direito. Rio de Janeiro. Forense. 2015.

OLIVEIRA, J. L. O PAPEL DA “RALÉ” [MOB] NA PERSPECTIVA ARENDTIANA. *Cadernos Arendt*, 1(1), 44–53. <https://doi.org/10.26694/ca.v1i1.1780>. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ca/article/view/1780>. Acesso em 19 de agosto de 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6ª Ed. Campinas – SP. Editora Unicamp. 2007.

ORWELL. George. 1984. Tradução Alexandre Hubner, Heloísa Jahn. São Paulo. Companhia das Letras. 2009.

_____. A revolução dos bichos. Tradução Heitor Aquino Ferreira. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.

OZ, Amós. Como curar um fanático. Tradução Paulo Geiger. 1ª Ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2016.

PEÑA-RUIZ, Henri. La laicidad como principio fundamental da libertad espiritual y igualdad. Conferencia proferida en Madrid lo 18 Noviembre 2000. Disponível em: <https://laicismo.org/la-laicidad-como-principio-fundamental-de-libertad-espiritual-y-de-igualdad/1122>. Acesso em 31 de outubro de 2024.

Pereira, E. (2023). Teologia do Domínio: Uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 76, 147–173. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/60331>. Acesso em 17 de novembro de 2024.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Projeto de Lei 709/2016. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto->

completo/?docid=35BAB42F0DCAD1E103257F6C005656A6. Acesso em 21 de maio de 2024.

POLL, Ana Paula; "O Brasil de um 'Triste Visionário'", p. 21 -36. In: Lima Barreto na Sala de Aula: Primeiros Escritos. São Paulo: Blucher, 2021.

PORCEL, Beatriz. Hannah Arendt y La crisis de nuestro tiempo. Argumentos Revista de Filosofia, n. 9, p. 197 – 20, ago. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/19010>. Acesso em 10 de setembro de 2024. ISBN: 9786555500875, DOI 10.5151/9786555500875-01

PÓVOAS, Jorge Freire. A má-fé na analítica existencial sartreana. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11481>. Acesso em 04 de outubro de 2024.

RADIOGRAFIA DO NOVO CONGRESSO: Legislatura 2023-2027 / Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. - Brasília, DF: DIAP, 2023. p. 168 : il. ; color. (Estudos Políticos do DIAP).

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo. Companhia das Letras. 2010.

ROCHA, L., & Castelo Branco, J. (2022). O que são os tempos sombrios de Hannah Arendt?. *Cadernos Arendt*, 3(5), 135–151. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ca/article/view/2579>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

ROCHA, Lara França da. Pensar em tempos sombrios: as implicações políticas do pensamento na perspectiva de Hannah Arendt. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49384>. Acesso em 01 de outubro de 2024.

SARAMAGO, José. Ensaio sobre a lucidez. 2ª Ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2017.

_____. Ensaio sobre a Cegueira. 2ª Ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2017.

SEREJO, J. A. M. .; LIMA, B. L. P. O. O “Ministério da Verdade” por trás do 08/01/2023: a relação entre 1984 de George Orwell e as fake news do governo Bolsonaro. Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 240–265, 2023. Disponível em: <https://revista.trf1.jus.br/trf1/article/view/491>. Acesso em: 2 jun. 2024.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da: Laicidade do Estado: dimensões analítico-conceituais e suas estruturas de funcionamento. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/QtwrnMqFf6SWYrkpdGx3Bdv/>. Acesso em 31 de outubro de 2024.

SPINOZA, Benedictus de. Ética. Tradução Tomaz Tadeu. 2º Ed. Belo Horizonte. Autêntica. 2023.

_____. Tratado político. Tradução. José Pérez. Edição Especial. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2017.

SHECAIRA, F. P. A importância da literatura para juristas (sem exageros). ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 357–377, 2018. DOI: 10.21119/anamps.42.357-377. Disponível em: <https://periodicos.rdl.org.br/anamps/article/view/423>. Acesso em: 31 maio. 2024.

SHAKESPEARE, William. Hamlet. Tradução Ana Amélia de Queiroz C. de Mendonça, Bárbara Heliadora. Ed. Especial. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2014.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar: ensaios selecionados. São Paulo. Penguin Classics. Companhia das Letras. 2014.

SCRUTON, Roger. O que é conservadorismo? Tradução Guilherme Ferreira Araújo. 1ª Ed. São Paulo. É Realizações. 2015.

STEIN, Ernildo. Aproximações sobre hermenêutica. 2ª Ed. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2010.

STRECK, Lenio Luiz. Dicionário de hermenêutica: 50 verbetes fundamentais da teoria do direito à luz da crítica hermenêutica do direito. 2ª Ed. Belo Horizonte. Casa do Direito. 2020.

_____. Jurisdição constitucional. 6ª Ed. Rio de Janeiro. Forense. 2019.

TOSI, G. Religião e política: Três possíveis relações. Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 382–421, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1982-6605.2018v15n2.44047. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/religare/article/view/44047>. Acesso em: 21 maio. 2024.

TORRES, Ana Paula Repolês. A Relação entre Direito e Política em Hannah Arendt. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8MJH95>. Acesso em 09 de setembro de 2024.

VIANA, Ulisses Schwarz. O confronto da jurisdição constitucional com seus limites autopoiéticos: o problema do ativismo judicial alopoiético na teoria dos sistemas. Revista Jurídica da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, v.15, n.1, jan./dez., 2018. Disponível em:

https://www.academia.edu/40374907/O_CONFRONTO_DA_JURISDI%C3%87%C3%83O_CONSTITUCIONAL_COM_SEUS_LIMITES_AUTOPOI%C3%89TICOS_O_PROBLEMA_DO_ATIVISMO_JUDICIAL_ALOPOI%C3%89TICO_NA_TEORIA_DOS_SISTEMAS.

Acesso em 31 de outubro de 2024.

VIANA, Nildo. Linguagem, discurso e poder: ensaios sobre linguagem e sociedade. Pará de Minas/MG. Editora Virtualbooks. 2009.

VIEIRA, Oscar Vilhena (org.). Estado de direito e populismo autoritário: erosão e resistência institucional no Brasil (2018-2022). Rio de Janeiro. FGV Editora. 2023.

VON SINNER, R. Teologia Pública Novas Abordagens numa Perspectiva Global. *Numen*, [S. l.], v. 1, n. 1 e 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21825>. Acesso em: 22 maio. 2024.

ZAGREBELSKY, Gustavo. A crucificação e a democracia. Tradução Monica de Sanctis Viana. São Paulo. Saraiva. 2011.

ZIBLATT, Daniel; LEVITSKY, Steven. Como as democracias morrem. Tradução Renato Aguiar. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Zahar. 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no Paraíso: do fim da história ao fim do capitalismo. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Zahar. 2015.

_____. O sublime objeto da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2024.

ANEXO – I**Discurso da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo de Jair Bolsonaro, Damares Alves, no CPAC Brasil (Conferência de Ação Política Conservadora), em 12 de outubro de 2019.¹⁰⁴**

É uma alegria está aqui, mas como eu sei que estou ao vivo deixa eu mandar um recado pra Brasil. Alô Brasil! Eu estou a quase vinte e quatro horas com esse público, maioria jovem, e ninguém me ofereceu ainda um cigarro de maconha e nenhuma menina ainda introduziu um crucifixo na vagina.

É isso! É apenas isso! Somos criticados porque respeitamos símbolos religiosos, somos criticados porque defendemos criança da erotização, somos criticados porque queremos unir a nação.

E eu gostaria de começar mandando um recado pra uma autoridade religiosa que hoje, talvez sabendo que nós estamos aqui, acabou de dizer ai num certo lugar, numa certa missa, pra que o Brasil tenha cuidado com o dragão do conservadorismo. Eles realmente devem está muito preocupados com nós porque somos terrivelmente cristãos, e essa liderança ainda disse que a direita é violenta. Somos violentos porque queremos uma nação de paz? Confesso que a cada dia eu me assusto da forma como eles estão nos vendo, mas eles estão incomodados sabe por quê? Porque o Brasil já mudou, os números já estão ai dizendo que conservadorismo vai dá certo nessa nação, os números já estão dizendo de que nós já estamos mudando essa nação. Quando a gente abre o jornal e a gente vê vinte e três por cento a menos de homicídio nos seis primeiros anos, nos sete primeiros meses do ano, os especialistas do mundo inteiro estão olhando pra cá, os estudiosos estão batendo cabeça, eles não estão conseguindo explicar como é que em sete meses nós já diminuimos a violência no Brasil, eles estão malucos, e eu vou dizer pra eles, o povo de bem dessa nação se levantou e o povo de bem dessa nação está governando essa nação. Simples assim. É isso, é só isso.

Nós estamos incomodando e eles não nos aceitam no poder, temos sido atacados, e agora eu gostaria de falar um pouco de mim, como fui atacada porque foi escolhida ministra, e quando fui escolhida foi uma surpresa pra mim e eu hesitei, pedi sete dias pra pensar, não queria aceitar, mas ai eu vi alguns elementos que vieram para o nosso movimento, vocês sabem que veio muita gente conosco e que não pensava como a gente pensa, muita gente que veio com uma forma um tanto oportunista ficar do nosso lado e eu vi alguma dessas pessoas levantando o dedo e dizendo ‘se ela não quiser, eu quero’, ai eu disse ‘não, quem vai pra sou

¹⁰⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uDIF_VDLXg8. Acesso em 05 de novembro de 2024.

eu', e eu vim. Tô ministra e o nosso presidente constrói e entrega pra essa nação o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O presidente machista e entrega para Brasil o Ministério da Mulher, vocês conseguem entender a loucura que tá na cabeça desse povo? Não tão entendendo nada, não tão entendendo nada, eles não estão entendendo que o que nós queremos é restauração de nação, o que nós estamos querendo e unificação desta nação, eles não estão entendendo o que está acontecendo. Eles não estão entendendo que quando o presidente construiu esse ministério, ele trouxe para o ministério a Secretaria de Criança, da Juventude, Mulher, da Família, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, e começaram a dizer assim 'tudo isso é direitos humanos?', e o presidente da forma inteligente que ele construiu o ministério, gente, ele mandou um recado para o Brasil, ele fez uma releitura com o Brasil do que é de fato direitos humanos, cuidar de criança é direitos humanos, cuidar de idoso é direitos humanos, acesso à educação é direitos humanos.

O presidente começou a dialogar com o Brasil e pra tristeza da esquerda nunca se falou tanto em direitos humanos no Brasil como nos dias de hoje, nunca se defendeu tanto os direitos humanos como hoje, e eles não estão entendendo o que está acontecendo no Brasil.

Achavam que quando a ministra radical, maluca, pastora, homofóbica, fascista assumisse o ministério nós íamos sair na rua numa grande cruzada contra gay. O que o meu presidente falou 'tem um departamento de gay no seu ministério, deixa lá e vamos mostrar pro Brasil como é que se cuida de gay nessa nação, respeitando eles, mas sem fazer a promoção, protegendo sem fazer promoção, estamos fazendo isso, estamos protegendo todos nessa nação.

Estamos enfrentando a violência contra todos, contra a mulher, contra a criança, contra índio, contra quilombola, estamos protegendo todos. Eles não estão entendendo.

Achavam que no segundo dia de governo nós estaríamos na rua batendo em negros, matando homossexuais, estaríamos na rua pedindo o fim de todas as leis de proteção à mulher, e o que acontece? O presidente machista, só esse ano, já sancionou seis leis de proteção à mulher. Chora esquerda! Chora!

E é isso, é isso, eles estão começando a ver resultados e estão incomodado porque apostaram no fracasso dessa nação, apostaram no fracasso, apostaram na violação de direitos e temos um presidente dizendo 'nenhum direito será violado, ninguém ficará para trás' e ninguém está ficando para trás neste governo. Simples assim.

Ai vocês falam assim 'E ai, ministra, conseguimos, já chegamos onde queríamos? Acabou? Não! '. E eu vou pedir permissão. O tema que foi dado pra mim aqui era pra falar sobre o meu ministério, eu não vou falar, vocês vão lá no site, vocês vão ver tudo que estamos

fazendo, não vou falar, eu não posso perder a oportunidade, eu estou no evento que eu mais esperei nos últimos vinte anos, eu estou no mais espetacular evento dos últimos anos, eu estou no evento que eu tenho certeza que a partir deste evento é um divisor de águas no Brasil, é um divisor de águas para o movimento conservador, e eu não posso perder essa minha oportunidade de conversar com o segmento e conversar com os conservadores.

Estamos no poder e eles precisam aceitar isso porque aceitar dói menos. É o processo da democracia, é a alternância de poder, eles não aceitam que o que aconteceu no Brasil foi democracia, a alternância de poder, eles estavam no poder, agora somos nós, nos deixem trabalhar, por favor, é só isso que a gente quer. Se a gente não der certo tire gente daqui quatro anos, mas vou mandar um recado, isso aqui vai dá tão certo que vamos ficar quatro, oito, doze, vinte, porque o Brasil está vendo o que é cuidar de nação.

Agora é o seguinte, nós não podemos, nós não podemos subestimar o outro lado, eu quero, infelizmente, que eles estão ativos, organizados, e eles estão querendo usurpar o poder novamente. Portando eu quero falar com vocês que nós precisamos ter alguns cuidados e nós precisamos começar, a partir de agora, nos organizar de uma forma mais profissional, de uma forma mais madura, me permita falar sobre isso, e eu sei exatamente o que estou falando, eu sei como eles lidam e eu gostaria de mostrar pra vocês aqui agora algumas das situações que eu enfrentei quando estava nos bastidores do poder.

Eu e o Presidente Bolsonaro nos conhecemos lá do Congresso Nacional. O Presidente Bolsonaro não me escolheu porque soube que tinha uma pastora linda, maravilhosa, não, a nossa militância vem lá de trás juntos, nós fizemos muita coisa juntos, e por conhecer que exatamente como o outro lado trabalha, eu preciso dizer para o nosso movimento o seguinte, nós não podemos subestimar o cão, nós não podemos subestimar o mal, nós precisamos está cada vez mais em alertas e preparados. Eu vou dá um exemplo pra vocês de como eles trabalham.

Diferentemente de nós, eles jogam sujo, eles jogam pesado. Diferentemente de nós que temos como motivação a fraternidade, a paz, a prosperidade e família seguras, eles têm outras motivações, encher o bolso de dinheiro, e eles estão prontos e eles jogam pesados, eles usam de estratégia e aqui eu quero chamar atenção de todos vocês. Eu tô vendo um monte de jovem aqui muito feliz, a nossa luta não acabou, nós estamos apenas começando. Nós não podemos de forma alguma deixar de estarmos vigilantes e começar a nos organizar para começar a agir daqui pra frente.

O movimento conservador, hoje, começa uma nova etapa na sua história. Este evento aqui, eu acho que ele vem para nos dá norte, para nos dá diretriz e temos que sair daqui com

estratégias muito bem preparadas, elaboradas. Uma delas que a gente tem que começar a pensar hoje, imediatamente, nós vamos ter que ocupar as prefeituras e as câmaras de vereadores, nós vamos ter que nos organizar para a eleição municipal, nós vamos ter que fazer o maior número possível de vereadores, de vereadoras e de prefeitos. Essa é uma das estratégias que nós temos que sair daqui hoje já trabalhando nela.

Por que a sua preocupação ministra? Porque eles jogam, eles sabem jogar. Deixar eu dá um exemplo pra vocês. Pode abrir aqui o meu slide quem tá me ajudando, por favor, veja só, um exemplo. Em dois mil e oito estava no Congresso Nacional um projeto de lei enviado pelo executivo para se criar no Brasil o Ministério da Pesca, pode passar (slide). O projeto de lei era esse trinta e nove sessenta de dois mil e oito, volta, por favor, volta o slide, por que eu quero falar sobre isso?

Por anos gente nós tivemos um exército de conservadores que trabalhou de forma anônima no Congresso Nacional, e eu preciso fazer uma homenagem a este exército, meninos e meninas anônimas, e eu estava lá com este exército no passado. Muita coisa foi evitada no Congresso Nacional e no Brasil de hoje porque esse exército estava trabalhando muito. Deixa eu mostrar só esse exemplo pra vocês desse exército de conservador que trabalhou tanto nos bastidores e muitos deles estão sentados aqui hoje, muitos deles forma meus parceiros.

O executivo manda esse projeto de lei que era pra criar no Brasil o Ministério da Pesca, esse projeto era unanimidade, todo mundo concordada, todos os partidos, todos os líderes. Um sábado de manhã eu estava dando uma palestra numa igreja, chegou um consultor da câmara e disse assim ‘Damares, por que vocês, do exército, não estão acompanhando o projeto de lei do Ministério da Pesca?’, eu disse ‘porque somos a favor, o nosso CT do pescueiro no Brasil é muito grande, nós precisamos ter um ministério pra fomentar mais a pesca, não temos nada contra’, e esse consultor disse ‘leia a emenda trinta e quatro do projeto de lei’, eu fui atrás da emenda trinta e quatro, num sábado à tarde, quando eu abri a emenda trinta e quatro de uma parlamentar, eu vou evitar dizer nomes pra não dizer que a gente ta aqui criticando pessoas, a emenda trinta e quatro dessa deputada do PT. O projeto era pra criar o Ministério da Pesca, veja o que dizia essa emenda dela ‘cria-se no Brasil o Conselho Nacional da Promoção de Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis. O que que tem a ver pesca com gay? O que que tem a ver peixe com gay? Isso aqui é o que nós no passado chamávamos de jabuti. Por que que essa emenda foi apresentada àquele projeto de lei? Por que o projeto ele seria aprovado imediatamente, ninguém ia questionar suas emendas. Vocês sabem como é uma votação? O presidente da comissão diz ‘quem é a favor do projeto fica como está, os que são contra se manifestem’, ninguém ia se manifestar, seria aprovado o

projeto e suas emendas, era um sábado à tarde, o projeto seria votado numa terça. Vocês conseguem imaginar o que que esse exército dos bastidores teve que fazer? Procurar um deputado que estivesse em Brasília no sábado à tarde, convencer esse deputado a entrar na comissão especial, esse deputado convencer o Presidente da Câmara a fazê-lo entrar na comissão, só tínhamos a segunda-feira para publicar no diário oficial a entrada dele na comissão. Vocês não têm ideia como a gente trabalhava nos bastidores naquela época, nós não tínhamos um movimento tão grande como esse, mas muitas vezes fomos vozes solitárias, e eu vou dizer que muitas vezes só podemos contar com um parlamentar que por obra e graça de Deus é presidente da república hoje. Na terça-feira, eu quero dizer pra vocês que na terça-feira conseguimos aprovar no diário da câmara, esse parlamentar que nós conseguimos no sábado entrou e na terça-feira o plenário estava lotado pra votar o projeto de lei da pesca, a comissão estava lotada de pescador? Não, de gay. Eu quero que vocês imaginem a hora que começou a votação, aquele deputado que eu não vou dizer o nome que entrou na comissão, eu quero que vocês imaginem a cara do deputado quando ele entrou no plenário, ele era pastor, na hora que ele entrou de cabeça erguida e euzinha atrás. Na hora que o movimento viu que a gente entrou, foi assim, visível, vixi! Descobriram. Na hora que o presidente disse ‘os deputados que estão a favor do projeto fiquem como estão’, era votação final, ‘os que estão contra se manifeste’, o nosso deputadozinho do bem levantou o dedo, aí o presidente da comissão disse ‘mas deputado, o senhor está entrando hoje, quer interromper a votação, o presidente Lula tem pressa, esse ministério tem que ser aprovado hoje’, ele (deputado) ‘sou contra’, ‘mas o senhor é contra o que?’, ‘sou contra a emenda 34’, quando pegaram pra ler, nenhum parlamentar tinha lido a emenda 34. Esse é um dos exemplos da forma como eles usavam o Congresso Nacional, e da forma como eles são inteligentes e articulado, e nós vamos precisar ser inteligentes articulado, nós vamos precisar, a partir de agora, trabalhar de uma forma inteligente e com muitas estratégias e estratégias muito bem preparadas e elaboradas, pode passar, o outro exemplo aqui.

Vou mostrar aqui pra vocês a violência silenciosa, o aborto. Você sabe por quantos anos eles tentaram aprovar o aborto no Brasil e as armas que eles usaram pra aprovar o aborto no Brasil? O projeto de lei mais antigo que eles tramitaram lá no Congresso Nacional foi o onze trinta e cinco noventa de um, de um deputado aqui de São Paulo. Esse projeto tramitou por vinte anos, por vinte anos tentaram aprovar o aborto no Brasil, inclusive tinha uma emenda que poderia liberar o aborto por nove meses no Brasil, de gestação. No ano de dois mil e seis, nós ganhamos por um voto na comissão de seguridade social e família, foi em dois mil e seis que a bancada evangélica e a bancada católica resolvem parar de brigar se unem e

formam a frente da família. A partir daí as coisas começam a mudar no Congresso Nacional. Em dois mil de oito, o projeto vai pra pauta e só tinha 37 deputados na hora da votação no plenário. Dois mil e seis a gente ganha por um voto. Dois mil de oito, trinta e sete deputados presentes, na hora da votação quatro deputados do PT vão pra fora, e que abre o painel, a gente ganhou de trinta e três a zero. Por que eu to falando isso? Foi quando a bancada evangélica e a bancada católica se unem pra fazer o enfretamento e começar a usar de estratégia. Que estratégia ministra? Eu vou dizer uma pra vocês. Teve um dia que ia ter o requerimento de votação do projeto e a gente precisava ter menos cinco deputados no plenário. Sabe que que o exército silencioso fez? Nós convencemos os chefes de gabinetes desses cinco deputados (ninguém tá gravando, não né?). A Marinha de vez em quando convida os deputados pra irem na Antártida, conhecer a Antártida, e a gente conheceu os cinco chefes de gabinetes que os cinco deputado deles tinham que ir pra Antártida, porque é um privilégio conhecer a Antártida, poucos serem humanos no mundo vão conhecer a Antártida, os chefes de gabinetes acreditaram nisso e convenceram os cinco deputados da comissão ir pra uma verdadeira fria. Por que eu to falando nisso? Agora eu posso falar, agora eu posso, já passou o projeto, nós trabalhávamos, esse exército silencioso que criou todo esse movimento no Brasil trabalhou de uma forma muito estratégica lá nos bastidores em silêncio. No dia da votação em dois mil e oito do onze trinta e cinco, nós sabíamos quem eram os deputados evangélicos e os deputados católicos e nós fizemos a seguinte estratégia, nós colocamos a TV Canção Nova na porta da frente e a TV Gêneses na porta de trás do plenário. Quando um deputado católico levantava pra fugir da votação, a TV Canção Nova ligava as câmeras e entrevistava ele ‘o senhor vai sair do plenário? O senhor ta falando ao vivo para os católicos’, ‘não, não, vou só no banheiro e já volto’. Foi assim que a gente venceu, nós usamos de estratégia. E ai qual é o meu recado agora como ministra conservadora? Nós vamos precisar usar estratégias para o bem, porque eles estão usando as estratégias deles para voltar ao poder, gente, nós precisamos sair daqui desse evento, meu Deus! De que forma? Com direcionamentos, com comandos, nós vamos ter que sair desse evento com norte porque se a gente não se organizar eles vão voltar e eles jogam de todas as formas, podem passar. Ninguém filma o nome dela, mas eles queriam aprovar o aborto no Brasil dizendo que milhões de mulheres no Brasil morrem por ano por causa do aborto. Dá uma olhadinha no *post* dessa parlamentar, ela colocou lá que morre mais de um milhão de mulheres no Brasil por ano por causa do aborto. Eles usam números, manipulam estatísticas, manipulam informações pra chegar onde eles querem. Eles jogam sujo, eu preciso dizer pra vocês que eles não estão mortos, eles estão vivos e se articulando e o movimento conservador vai

precisar se organizar pra fazer esse enfrentamento. Ai quando o exército foi pra cima dizer pra ela ‘mostre aonde estão um milhão de túmulos no Brasil de mulheres que morreram por causa do aborto, mostre um milhão de atestado de óbito por ano’, ai ela muda o *post*, é um milhão no mundo.

Deixa eu dizer uma coisa pra vocês gente, por ano, no Brasil, segundo o relatório do DataSUS, naquela época, morria menos de sessenta mulheres por ano por causa do aborto. Agora vocês imaginam como eles manipulavam estatísticas, dados e informações.

Foi dessa forma que a gente trabalhou nos bastidores, e foi dessa forma que a gente pôde contar com o então deputado, Jair Bolsonaro, quando a gente levava as informações pra ele, muitas vezes ele era a voz solitária no Congresso, ele levantava naquela tribuna, ele gritava e berrava, porque, nós, o exército conservador, precisávamos de um homem corajoso, de um macho, e a gente encontrava um macho. Pode passar, pode passar próxima imagem.

A descriminalização das drogas, outra pauta de valores, que nós não somos a favor, que o movimento conservador não é a favor. Eles lutaram anos pra liberar as drogas no Congresso Nacional. Tiveram ali a resistência do deputado Jair Bolsonaro. Eram tantas propostas, por exemplo, em um ano nós tínhamos no Congresso Nacional duas propostas no Senado pra liberar a maconha, duas tramitando no Senado, e duas tramitando na Câmara. Eu não vou dizer o autor desse projeto de lei aqui o setenta e dois setenta e dois mil e quatorze porque ele não me ama, mas eu quero dizer a vocês que dois mil e quatorze foi ano de eleição, projeto eleitoreiro. Olha o que diz esse projeto no Art. 7º do projeto de lei dele dizia o seguinte, que cada pessoa poderia plantar doze pezinhos de maconha em casa, seis maduros e seis verdes, ai todo mundo achava que ele queria só liberar a maconha, paz e amor, beleza, não! Não leram o Art. 21 do projeto de lei dele, olha o que tava escrito no Art. 21 ‘conceda-se anistia a todos os que estão presos porque venderam maconha antes da sanção desse lei’. Ele queria aprovar a lei pra liberar a maconha, mas pediu efeito retroativo, a retroatividade da lei para beneficiar o réu, libera a maconha e solta os traficantes. Era isso que a esquerda queria no Brasil em dois mil e quatorze.

Ai o exército do silêncio começa a articular e começa a falar para alguns parlamentares e a gente denunciou. Esse projeto não foi aprovado, ele ficou tão triste que foi embora do Brasil (eu não falei o nome dele).

Gente, vejam só, o que nós encontrávamos no Congresso Nacional e o que a gente tinha que trabalhar de uma forma organizada, os jabutis e as estratégias deles, usando o Congresso Nacional, usando o regimento interno, usando verba pública pra alcançar objetivos escusos e

nós que somos violentos? Nós que enganamos? Nós que mentimos? Nós que estamos violando direitos?

Nós fomos surpreendidos em dois mil de nove com um decreto presidencial que é o PNDH 3, que é o Programa Nacional de Direitos Humanos 3, que ainda está em vigor, e pra que o três caia, nós temos que apresentar o quatro, e quem tá escrevendo o quatro é a ministra radical homofóbica, e quem vai assinar o PNDH 4, meu Deus é bom demais, é o parlamentar que mais criticou o PNDH 3, Jair Messias Bolsonaro.

No PNDH 3 tava lá muito claro que era pra reconhecer todas as configurações familiares no Brasil, mas o objetivo final, se vocês lessem, é que as pessoas não liam na época, reconhecer e incluir no sistema de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, se eles tivessem colocado ponto, a gente não tinha gritado tanto na época, mas eles colocam uma vírgula e escrevem, com base na desconstrução da heteronormatividade.

Então nós temos em vigor um decreto presidencial em vigor ainda que determina a desconstrução da heteronormatividade. Esse decreto, ele norteia todas as políticas públicas do ministério, dos ministérios, e as novas leis que serão apresentadas. Logo em seguida, nós somo surpreendido com algumas políticas públicas no Brasil, uma delas, e ai me chamam de radical, me chamam de chata, uma delas que a gente encontra no Ministério da Cultura e que esse ano ainda teve reflexo é um projeto chamado desprincesamento. Eles tinham um projeto com dinheiro público no Ministério da Cultura com base no PNDH 3 de desprincesamento, o que que era isso? Ninguém podia mais chamar menina de princesa no Brasil, ninguém podia mais falar menina e menino, e quando eu falei que menino veste azul e menina veste rosa o recado é o seguinte, menino vai ser menino e menina vai ser menina, menina pode ser princesa e menino pode ser príncipe e veste a cor que quiser. E o recado que eu mandei pra eles foi 'minha filha é princesa, porque minha filha é filha de rei e filha de rei é princesa'.

Gente o patrulhamento no Brasil era tão grande que nós temos um caso do Lago Sul de uma mulher que tem uma loja de criança e agora em novembro uma pessoa entrou na loja para comprar uma roupa pra criança de dois anos, a pessoa entrou, disse 'eu quero uma roupa para uma criança de dois anos'. Qual é a resposta óbvia que a vendedora dá? A vendedora perguntou 'menino ou menina?', a compradora começou a gritar dentro da loja que era uma discriminação, que criança é criança, que não tem menino, que não tem menina, foi uma confusão, estava desse jeito no Brasil.

O governo Bolsonaro veio para dizer o seguinte: chega de confusão no Brasil. Deixe menino ser menino, deixe menina ser menina, deixa criança ser criança. É pra isso que a gente

veio. A gente só quer uma nação de paz, uma nação sem patrulhamento. E o nosso ministério ta caminhando nessa direção, e o povo ta vendo que é só isso que a gente quer proteger criança.

Ai tem um deputado que foi embora, que ai pensando no PNDH 3, e que eles iam ficar eternamente no poder, apresenta o projeto de lei de mudança de sexo para criança, e é verdade, e vocês leiam. O problema deles é que tinha um exército de conservadores nos bastidores lendo. No parágrafo primeiro do artigo quinto diz aqui que a criança poderia mudar de sexo mesmo sem o consentimento do pai ou da mãe. Ta aqui! Parágrafo primeiro do artigo quinto, e eles ficaram muito incomodados com aquele exército nos bastidores e com aquele parlamentar nos bastidores, e continue bastante incomodado porque aquele exército hoje é uma multidão nesta nação e aquele parlamentar nos bastidores é o presidente da república.

Gente, eu só tenho a dizer pra vocês o seguinte, a eleição do presidente Bolsonaro que não tem explicação científica, não tem explicação humana, não tem explicação nenhuma, a não ser divina. A eleição do presidente Bolsonaro veio no Brasil para interromper um ciclo de dor e de sofrimento. Ele já interrompeu esse ciclo de dor e de sofrimento. Nossas crianças estavam sobre ataque. As políticas públicas em defesa da infância eram mentira, não existiu no Brasil, o disque 100 era uma farsa. Eu agora herdei no ministério um déficit, eu herdei uma fatura, nós não temos unidade socioeducativa no Brasil porque eles não queriam recolher os meninos que cometem atos infracionais por pura ideologia, o menino tem que ficar na rua cometendo crime e colocando a vida dele e de outro em risco, pura ideologia. Esse governo vai ter que construir sessenta e duas unidades, não temos dinheiro ainda, mas seremos uma nação rica, seremos uma nação próspera, teremos as unidades socioeducativa pra recolher nossos meninos e meninas.

Eles esconderam do Brasil e do mundo as violações de direitos que eles cometiam. Como assim ministra? Eles estão lá em Roma dizendo que o infanticídio indígena não existe. Eles estão lá falando que nós é que estamos violando o direito dos índios. Nunca se pensou tanto em índio no Brasil como neste governo. Vocês não têm ideia do quão generoso é o coração do nosso presidente, que homem extraordinário está governando essa nação. Sabe quantas vezes eu vi sair lágrimas dos olhos do meu presidente quando eu mostro imagens das crianças indígenas tendo direitos violado nessa nação? Por inúmeras vezes. O meu presidente me chamou um dia e disse o seguinte ‘ministra Damares, construa esse ministério de tal forma, de tal forma que ninguém no Brasil nunca pense em a gente acabar com o Ministério de Direitos Humanos de novo, mostre pro Brasil do que é direitos humanos’, nos estamos mostrando para o Brasil que o primeiro e maior de todos os direitos humanos é o direito à

vida, e nós estamos protegendo a vida. E nós estamos mostrando para o Brasil, olha só, tem muita gente perguntando que que essa ministra maluca, porque eu sou maluca, o que que essa ministra maluca ta fazendo indo atrás do corruptos? O presidente Bolsonaro tem a convicção que eu tenho, a maior violação de direitos humanos nesse país foi a corrupção e nós vamos combater a corrupção à luz dos direitos humanos, simples assim.

Quando eu falo pra vocês que esse governo veio interromper um clico de dor e sofrimento, eu vou mostrar apenas uma imagem. Eu poderia falar de todas as dores e sofrimento das crianças no Brasil, eu vou mostra apenas uma, quem tiver grávida, feche os olhos, o começo e muito triste, mas o final é muito feliz.

Há um ano atrás, quando a gente tava ainda no processo de eleição, na cidade de Canarana, Mato Grosso, uma criança após o nascimento foi enterrada viva. Quem é essa criança? Um menina da etnia Kamaiurá do Xingu. Por que que essa criança foi enterrada viva? Porque era filha de mãe solteira. Esconderam de nós brasileiros por muito anos que nós temos povo no Brasil ainda que, em nome da cultura matam suas crianças, e essa imagem não foi produzida pela ministra maluca, homofóbica, fascista. Esta imagem foi produzida pela Polícia Militar de Canarana. A polícia militar recebeu um recado que tinha uma índia gritando na casa ao lado dentro de Canarana. O que aconteceu nesse episódio? Essa família já morava há dez anos na cidade, a adolescente tinha dezesseis anos, tava grávida, queria o bebê, fez o pré-natal e na hora do parto a avó dela e bisavó da neném sai da aldeia pra fazer o ritual na cidade de Canarana. Se esse caso aconteceu em Canarana, dentro da cidade, vocês imaginam o que estava acontecendo nas aldeias do Brasil. Em torno de quarenta povos no Brasil ainda matam suas crianças quando nascem filhas de mães solteiras, quando nascem gêmeas, quando nascem com qualquer deficiente física e mental. E o povo que tava ai no poder dizia ‘a gente não pode salvar essas crianças porque é cultura’. Hipócritas! Enquanto deixarmos os índios matarem suas crianças, eles serão um povo reduzido, pequeno. É isso que eles queriam, um povo triste, reduzido e pequeno. Quando uma mãe enterra uma criança viva, eu preciso falar sobre isso, porque o ritual é feito pela mãe. Você consegue imaginar a dor de uma mãe que descobre que seu filhinho de um ano é surdo e o pajé em nome da cultura manda ela enterrar ele vivo? Essa mãe nunca mais é a mesma. O que estava acontecendo no Brasil eram mulheres tristes, deprimidas porque tinham que enterrar os seus filhos, e eu vou dizer uma coisa, quando enterram essas crianças elas não morrem na hora, elas morrem debaixo da terra, curumins nos Brasil chorando debaixo da terra e quem tava no poder dizia ‘vocês não podem fazer nada porque é cultura’, e o índio pedindo socorro porque o índio ama seus filhos, os nossos povos amam desesperadamente suas crianças, mas a esquerda que tava no poder dizia

que o único direito do índio era a terra, que o único direito do índio era a demarcação, e crianças morrendo nessa nação. Os curumins geraram nessa terra, mas o Deus dos curumins se chama Tupã. Tupã ouviu o clamor dos curumins e Tupã diz: chega! E Tupã fez presidente da república um homem que ama curumim, um homem que respeita os povos indígenas, um homem que veio pra mudar essa nação. Ai eles estão lá agora, lá no sínodo dizendo que nós aqui violamos direitos dos índios. Esse governo veio para proteger todos, Esse governo veio para proteger curumins, esse governo veio para proteger índios, esse governo veio para garantia de direitos e direitos para todos.

A imagem é forte, mas saiam daqui com uma certeza, a eleição de Bolsonaro interrompeu no Brasil um ciclo de sofrimento e dor, mas não é só interromper, nós precisamos continuar isso. Não foi só eleger Bolsonaro, conservadores, nós precisamos continuar esse grande trabalho, que a gente não vai conseguir em quatro anos. Vocês já estão falando em reeleição? Eu to! Eu vou precisar de pelo menos doze anos pra mudar o Brasil. Eu to falando em reeleição sim. Se o presidente não quer, se ele não quer ser presidente mais, eu tô falando em nome dos conservadores, Deus vai ter que levantar um outro conservador. Nós não vamos mais suportar, nós não vamos mais suportar nessa nação ser governada por sanguinários e violadores de direitos, que é a esquerda, não é a direita.

Eu encerro dizendo a vocês que o presidente Bolsonaro tem um time forte. O presidente Bolsonaro escolheu homens e mulheres, duas lindas, extraordinária, pra ajudá-lo governar essa nação, mas eu quero que vocês saibam, gente, que não tá fácil pra nós, não tá nada fácil. Vocês não sabem o preço que nós ministro estamos pagando, o preço que o presidente Bolsonaro paga, vocês o veem toda hora, vocês o veem todo dia, inclusive a vida dele esteve em risco, todos nós estamos pagando um preço e eu quero falar do preço que eu paguei. Foram cruéis comigo, foram muito malvado comigo, não respeitaram a minha história, não respeitaram a minha dor, riram de mim, riram quando eu tive coragem de dizer para o Brasil que eu fui abusada sexualmente, riram quando eu tive coragem de dizer que nós somos milhares de mulheres no Brasil sobrevivente da pedofilia, e por que eu tive que dizer? Porque pegaram um vídeo meu, em que eu estava dentro da minha igreja falando que eu vi Jesus no pé de goiaba. Olha só gente, eu sei o que eu vi naquele pé de goiaba. Alguns vê fala, outros vê duende, outros vê até unicórnio, inclusive os que riram de mim, o que escreveram matéria contra mim, no natal, pega seus filhinhos pra ir no shopping ver papai Noel. Papai Noel pode, Jesus não pode? Eles pegam seus filhinhos e compram um ovo de páscoa e ainda falam que foi um coelhinho que botou ovo de páscoa. Coelhinho de páscoa pode, Jesus não pode? Eu sei o que eu vi naquele pé de goiaba. Eu era uma menina brasileira vítima da dor e

do sofrimento como milhões de meninas da minha idade. Estava querendo morrer em cima de um pé de goiaba e eu tive a minha experiência de fé em cima daquele pé de goiaba. Acredite vocês se vocês quiserem, mas era eu e ele naquele pé de goiaba. Riram da minha história. Virei a ministra maluca, virei a ministra do pé de goiaba, virei a ministra do azul e rosa, me perseguiram, tentaram me desqualificar, depois foram pra cima da minha filha, agora com ameaças de morte, já colecionava cento e setenta ameaças de morte, estamos pagando o nosso preço, mas a gente vai mandar um recado pra esquerda, quando a gente aceitou o desafio, a gente sabia que não seria fácil. Pode bater, quanto mais bate, mais esse governo cresce. Pode bater, quanto mais bate, mais esse time está ligado.

Que Deus abençoe o Brasil, que Deus abençoe os conservadores, nós não temos medo, nós vamos continuar, nós estamos construindo uma grande nação.

Obrigada Eduardo Bolsonaro por este evento, obrigada Brasil.

ANEXO – II

Entrevista com o deputado Sóstenes Cavalcante (PL/RJ) no Estúdio Poder360, realizada no dia 15 de março de 2022¹⁰⁵

Emilly Beehnke: Olá! Esse é o Poder Entrevista. Eu sou Emilly Beehnke e vou entrevistar o deputado federal Sóstenes Cavalcante do PL do Rio de Janeiro. O deputado Sóstenes tem quarenta e sete anos, está em seu segundo mandato na Câmara e é o líder da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. Deputado Sóstenes, muito obrigado por ter aceitado o convite.

Sóstenes Cavalcante: Obrigado a você, a todos que fazer o Poder360, esse canal de comunicação muito importante, é um honra está aqui com vocês.

Emilly Beehnke: Agradeço também a todos os webespectadores que assistem a esse programa. Essa entrevista está sendo gravada no estúdio do Poder360 em Brasília, em quinze de março de dois mil e vinte e dois. Pra ficar sempre bem informado, inscreva-se no canal do Poder360, ative as notificações e não perca nenhuma informação relevante. Eu começo essa entrevista perguntando ao deputado sobre a relação com o governo. Recentemente o presidente Jair Bolsonaro disse que dirige a nação na direção que os evangélicos desejarem, pra o lado que os evangélicos desejarem. Qual lado é esse deputado?

Sóstenes Cavalcante: Sem dúvidas o presidente Bolsonaro, ideologicamente, independente de está em um evento evangélico ou não, sempre esteve muito alinhado com os valores cristãos, os valores evangélicos. Lógico que ele estava num ambiente sobre forte emoção, um momento de um evento com noventa e cinco por cento pra liderança evangélica do Brasil, estava se dirigindo ao público evangélico, por isso que entendo ser esta frase do presidente da república, e que não é divorciada do que ele pensa ideologicamente, nós temos alinhamento antes dele ser presidente, já como deputado e na presidência da república ele não falou nada diferente do que sempre foi seu posicionamento ideológico.

Emilly Beehnke: Desde o início do mandato a gente teve a bancada evangélica do lado do governo, obviamente, como que fica agora para essas eleições? O presidente já sinalizou alguma coisa em relação aos congressistas, essa relação, como fica essa aliança nas eleições?

Sóstenes Cavalcante: A verdade é que o nosso alinhamento com o presidente da república passa sempre pela questão ideológica ultrapassa as questões partidárias. Nós temos, pra dá exemplo prático, parlamentares no PDT, no PSB, que votam com o governo por questões ideológicas, por serem da Frente Evangélica, temos algumas exceções de deputadas

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ynfO039F0fw>. Acesso em 06 de novembro de 2024.

do PT, e de uma senadora, que é a Eliziane Gama, do Cidadania, que já tem posição de oposição ao presidente da república, são evangélicas, pertencem a Frente, mas é posição pública e alguns casos isolados que ao longo do mandato isso sempre acontece na política. Houveram alguns desgastes com alguns parlamentares, que eles têm uma posição mais independente hoje, do que alinhada. Mas noventa por cento da Frente Parlamentar Evangélica é base de sustentação político, política no parlamento e o que agora chega a hora da reciprocidade do presidente para com aqueles colegas que vamos disputar reeleição. Esse é um momento delicado, é muita característica do presidente Bolsonaro essa questão de reciprocidade, da política partidária, não são muito, não são as maiores virtudes do presidente, ele tem dificuldade com isso, e a gente tem que lidar com essa habilidade política de tentar aproximar o palácio dos parlamentares, em especial, àqueles que vão disputar a sua reeleição este ano pra que a gente possa ter a reeleição do máximo possível de colegas e o aumento da bancada, que é o nosso grande objetivo, pra que nós possamos termos trinta por cento de deputados e senadores evangélicos, que é a proporcionalidade da população brasileira. Então essa é um pouco a nossa meta e acreditamos que o Palácio será parceiro neste ano, estamos buscando, cada vez mais, afunilar esta aproximação, do Palácio pra que essa reciprocidade seja mais eficiente ainda no ano eleitoral (4’').

Emilly Beehnke: E já teve alguma sinalização dessa reciprocidade?

Sóstenes Cavalcante: Estamos, estamos trabalhando. Eu acho que existe um trabalho que a Frente precisa fazer, nós precisávamos um pouco mais unidos, os evangélicos, nós somos plural, isso é o que desde a Reforma Protestante o século XVI, nós não temos um papa, nós não temos uma única voz que fala por todo segmento, nós somos plural, e nessa pluralidade nós temos que respeitar as particularidades, mas buscarmos uma unidade mínima, coisa que não estava tendo em alguns outros momentos, que a gente tá tentando buscar agora é uma unidade mínima e levar ao presidente da república pra que ele entenda essa unidade, buscando interlocução, inclusive, quero aqui agradecer o filho do presidente, que é membro da Frente Parlamentar Evangélica, que é o Eduardo Bolsonaro, o Hélio, e até o próprio Flávio, que é senador, membro da Frente Parlamentar Evangélica, ele é um batista. Tivemos boas, bons diálogos com eles pra que a gente aproximar e termos esse tipo de apoio por parte do governo, em especial, da figura do presidente da república. Lógico que a gente sabe que a figura dele é maiúscula, não dá pra gente ficar pormenorizando essa figura, mas tratá-la de maneira institucional com respeito a todos os cento de dezesseis deputados e quatorze senadores. É esse é a nossa meta.

Emilly Beehnke: E deputado, o senhor mencionou essa questão de pluralidade. Pras eleições agora, a gente vê movimentos de aproximação de outros pré-candidatos à presidência. Então a gente tem o ex-presidente Lula, Sergio Moro, Ciro Gomes, por exemplo, e a gente vê também nas pesquisas que os evangélicos tão ali numa diferença de mais ou menos cinquenta por cento pra o presidente Bolsonaro e cinquenta por cento, cerca, um pouco menos de cinquenta por cento para o ex-presidente Lula. Essa polarização, essa é a realidade que o senhor enxerga?

Sóstenes Cavalcante: Lamentavelmente não é a realidade que eu enxergo e eu não estou aqui pra desacreditar instituto de pesquisa. Eu acho que a democracia brasileira respeita todas as instituições, em especial, os institutos de pesquisa são muito importantes, entretanto, o histórico recente nas últimas eleições a gente sempre viu que os institutos de pesquisa têm dificuldades, e eu quero acreditar que seja a métrica por eles usado de identificar o voto mais conservador e de direita. Recentemente nós vimos uma eleição, por exemplo, em Fortaleza que tinha o candidato a prefeito, capitão Wagner com o outro do PT a diferença um dia antes da eleição dava uma diferença de dezoito por cento, abriu-se as urnas a diferença foi de três por cento, erraram por quinze. A mesma coisa aconteceu na eleição de Belém do Pará, de um candidato do PSOL que apareci doze pontos à frente, quando abre as urnas deu dois pontos só de diferença, erraram por dez. Então sempre essas pesquisas têm uma margem de erro pró-eleitor mais à esquerda. A gente não sabe se isso é métrica, não quero acreditar que seja manipulação, até porque o instituto de pesquisa não teria interesse em manipular uma pesquisa porque eles estariam desacreditados, não acho que é isso, acho que o, é o comportamento do eleitor de direita que talvez se esconda quando do momento da pesquisa ou a métrica está feita de forma errada, mas o sentimento que nós temos, que mesmo com o desgaste do governo, mesmo com a crise econômica que é uma realidade que bate na porta de todos os brasileiros, mesmo com todas essas dificuldades que tivemos enfrentando a pandemia e agora na guerra, eu entendo que o segmento evangélico ainda é setenta por cento pró-Bolsonaro e o restante subdivide isso aí entre Sergio Moro e o ex-presidente Lula. A dificuldade que o presidente Lula terá com o segmento evangélico será enorme por conta de que na primeira eleição do presidente Lula lá em dois mil e dois ele teve todo apoio do segmento, mas quando vieram a governar eles fizeram um governo altamente ideológico, de afrontas aos valores cristãos, ou seja, a esquerda dificilmente enganará o segmento evangélico. Lógico que tem ainda um pouco de votos nesse segmento, nós ainda temos lideranças de pouco adensidade eleitoral, de igrejas mais históricas, anglicanas, luteranas, algumas lideranças, não todas, dessas igrejas, alguns batistas tradicionais, que ainda tem uma

tendência, um viés um pouco de esquerda, mas que eleitoralmente a quantidade de membros que essas denominações têm são ínfimas perto do que representa o segmento como um todo.

Emilly Behnke: O senhor acha que o presidente Bolsonaro pode perder alguns votos ali para o ex-juiz Sergio Moro, talvez um eleitor que votou em dois mil e dezoito e agora já não pensa mais assim?

Sóstenes Cavalcante: No primeiro turno talvez ele tenha esse desgaste com algum eleitor que encontra na figura do ex-ministro Sergio Moro uma figura mais de combate à corrupção, mais lavajatista, pode acontecer isso um pouco, essa migração, acho que em pouca quantidade ao ministro Sergio Moro, mas acho que já está claro que o segundo turno dessa eleição será, em caso de confirmação da candidatura do presidente Lula, Lula, Bolsonaro, e aí este eleitor que vote no primeiro turno no Sergio Moro, com certeza não votará no Lula porque é antagônico as figuras, tem uma tendência em votar em Bolsonaro no segundo.

Emilly Behnke: Falando sobre projeções, esse cenários eleitorais, a Frente tem pensado mais lá na frente, assim, talvez se o ex-presidente Lula vença, ou talvez se o presidente Bolsonaro enfrente um segundo turno muito apertado. Como que a Frente vai atuar pra fazer a diferença mesmo nessa votação?

Sóstenes Cavalcante: Bom, primeiro eu não quero acreditar que o Brasil vai viver de retrocesso do passado, pensar em uma possível eleição do ex-presidente Lula é um pesadelo pro país, até por causa da ficha corrida, dos problemas judiciais todos. Um homem que esteve na prisão, que montou partido, Partido dos Trabalhadores montou o maior esquema de corrupção já visto na história do Brasil. Acho que pensar nessa hipótese é um retrocesso muito grande, mas como a democracia nem sempre às vezes, quando a gente vai pra história da democracia bíblica, um dia mandaram soltar Barrabás e condenaram a Jesus, então a gente já está acostumado, às vezes, com os erros da humanidade, e em caso de que viesse um desastre da vitória do ex-presidente Lula, eu não posso falar por toda bancada, até porque nós não sabemos nem se eu estarei reeleito, mas em caso da minha reeleição e dos meus colegas, a maioria dos que hoje estão, eu tenho convicção que seriam oposição ferrenha ao governo do PT por conta do que nós já conhecemos. Hoje o PT não usará mais máscara com os evangélicos, o PT foi desmascarado do longo do seu governo, então é totalmente antagônico um parlamentar cristão-evangélico ser base de um governo com o estilo ideológico que o PT tem. Estou muito convicto que seja quem for os parlamentares eleitos, agora, em outubro, parlamentares evangélicos terão noventa por cento de possibilidade de serem oposição a um possível governo, que espero que não aconteça do PT.

Emilly Behnke: O senhor mencionou essa meta de trinta por cento do Congresso ser de integrantes evangélicos. O senhor tem buscado pelo país novos nomes, além de, claro, apoiar a reeleição dos que já estão lá?

Sóstenes Cavalcante: Temos feito um trabalho, vamos aprimorar esse trabalho ao longo do ano de visitas nos estados, de fortalecimento dos nossos parlamentares já de mandato, e de identificar força jovem pra política evangélica. Temos alguns personagens que já desapontam com algum, com alguma chance real de eleição e ser entre os mais votados nos estados. Temos um jovem hoje em Minas Gerais, Nikolas Ferreira, que é um evangélico, tenho muita convicção que deve está entre os mais votados do estado na próxima eleição, é um jovem de vinte e quatro anos pra renovar a política. Temos André Fernandes no Ceará que é outro jovem de vinte e poucos anos, que estará entre os mais votados no Ceará, e olha que é no nordeste, um estado que dizem que a esquerda é muito forte, e assim nós temos feito em vários outros lugares. Estamos tentando convencer Ana Campagnolo que já é deputada estadual em Santa Catarina, que é uma figura antifeminista, com discurso ideológico e com conteúdo intelectual nessa área muito bem preparada, tentando convencê-la para que pudesse vim pra deputada federal porque achamos que a representatividade daqui seria muito importante, uma mulher, também jovem, do segmento evangélico, ou seja, estamos identificando e trabalhando toda uma militância mais jovem pra buscarmos essa renovação, temos uma bancada maior representativa e com figuras mais jovens porque acreditamos muito na força da juventude. Eu estou com quarenta e sete anos, daqui a pouco, de repente eu não posso mais está aqui no Congresso e a gente precisa desses jovens pra fazermos a renovação e continuarmos a nossa luta pelos valores do que acreditamos na Frente Parlamentar Evangélica.

Emilly Behnke: E deputado, o senhor mudou recentemente de partido, né? Saiu do União Brasil e agora ta no PL. Essa mudança se deve na busca de maior espaço? Porque o senhor, antes dessa mudança de PSL DEM, o senhor era presidente do diretório do Rio, além de claro, poder está também no partido do presidente. É nessa linha?

Sóstenes Cavalcante: Na verdade não foi eu que sai do União Brasil, foi o União Brasil que saiu de mim, porque eu nunca fui União Brasil, eu era Democratas. Eu fui pro Democratas porque era o único partido de direita. Eu fui eleito a primeira vez pelo PSD, não conhecia, era um partido novo ligado ao ex-prefeito, Gilberto Kassab, de São Paulo. Eu não sabia que tinha o DNA da Dilma, porque na verdade a Dilma ajudou patrocinar a fundação do PSD pra dividir o antigo PFL ou o antigo Democratas, que era o único partido de direita e o ex-presidente Lula tinha feito uma promessa de acabar com o antigo PFL ou o antigo

Democratas, não conseguiram. Quando veio o impeachment eu migrei pro Democratas por convicção ideológica porque era o único partido de direita que eu conhecia no Brasil com muita convicção, e lamentavelmente, pra nossa desgraça, houve uma decisão nacional, da liderança do, sob a liderança do ex-presidente ACM de fazer a fusão com o PSL, e daí nasceu o União Brasil, mas já nasceu um partido deforme no meu estado porque não se respeitou as lideranças locais, nós tínhamos no PSL um presidente muito recente que não condiz com meu perfil político, é um político da baixada fluminense, prefeito do município de Belford Roxo, o presidente do PSL que aparentemente o União Brasil desde que virou um partido há menos de trinta dias atrás eu nunca fui procurado, nem pelo Bivar, nem pelo Rueda, nem pelo ACM Neto mais, pra pelo menos dizer ‘ó! Temos interesse que você continue no partido’. Se eu estou num lugar onde não sou convidado nem pra participar, é meu dever procurar uma nova casa, foi por isso que migrei, sai do União Brasil, assinei a ficha no sábado e já estou no PL por conta de não sentir um ambiente político agradável pra que eu pudesse continuar no partido que eu tinha me filiado, que lamentavelmente tomou um decisão de fusão, na minha ótica, muito errada, e o ex-presidente ACM Neto levará pro seu legado que foi o único presidente que acabou com o único partido da direita no Brasil. Esse legado ficará na história de ACM Neto, que eu lamento muito essa decisão, sei que foi uma decisão de maioria colegiada do partido, mas que acho que a política brasileira perde muito com o desaparecimento do número vinte e cinco, do antigo PFL, da antiga Arena, do Democratas, que foi o último nome recente desse partido, histórico, que viu a sua história evaporar-se por decisão, na minha avaliação, errada.

Emilly Behnke: Essa posição de não buscar diálogo com os integrantes que já estavam lá durante a fusão e que são aliados do presidente. Você acha que ela valou pra todos os outros, era mais no entendimento de que ‘quem ta com o presidente não ta com a gente’, e por isso não teve essa conversa?

Sóstenes Cavalcante: Talvez tenha sido um dos critérios, eu não posso julgar pessoas, eu não sei o que passa nas suas mentes, em seus corações, mas é pelo que estamos saindo do partido são justamente àqueles que tinham mais alinhamento com o presidente, mas eu acho que não só esse foi o fator que pesou, acho que tem fatores estaduais que pesaram mais, e aí fizeram uma opção pelo grupo que estava à frente do PSL em detrimento do DEM no Rio de Janeiro, eu entendo e procurei meu rumo e não quero atrapalhar a vida de ninguém.

Emilly Behnke: E deputado, sobre a atuação da Frente, a gente tem agora um PL, o PL dos jogos de azar, que legaliza esse tipo de jogo. Como tá atuação da bancada, ela foi aprovada na Câmara e agora está no Senado. O que faltou pra não deixar ser aprovado na

Câmara e como que vai ser agora no Senado, já tem um diálogo com o presidente, com o presidente Rodrigo Pacheco sobre isso?

Sóstenes Cavalcante: Bom, o que faltou na Câmara. Nós fizemos um apelo ao presidente Arthur Lira que pautasse quando a sessão fosse de modo presencial, é porque com a sessão presencial a gente articula com mais facilidade, conversamos com os colegas. A sessão de maneira remota, os colegas votam de seus respectivos estados pelo celular e as vezes votam somente pela orientação partidária, a gente não consegue fazer abordagem pra contra-argumentar a orientação partidária. Como era uma matéria de auto-interesse do presidente Arthur Lira, ele conseguiu articular bem no colégio de líderes, houve orientação na sua ampla maioria dos partidos favorável à legalização e eles acabaram ganhando a votação, mas não ganharam como achavam que iam ganhar. Toda votação de forma remota, o presidente Arthur Lira tem aprovado com trezentos, trezentos e alguma coisa de voto, essa, ele não conseguiu os duzentos e cinquenta e sete tão sonhados pelo presidente, porque já há um compromisso do presidente da república que, em caso o Senado aprove, essa matéria será vetada, e pra derrubar o veto, o presidente Arthur Lira precisa, na Câmara, de duzentos e cinquenta e sete votos, ora! Se ele de maneira remota não conseguiu duzentos e cinquenta e sete pra aprovar o projeto, menos ainda vai conseguir pra derrubar o veto. A verdade foi uma vitória dos que defendem a legalização dos jogos, mas foi uma vitória com sabor de derrota, nós perdemos com sabor de vitória. Entretanto não perdemos a guerra, perdemos uma batalha, a batalha da Câmara. Agora está sendo encaminhado ao Senado. Vamos montar uma força tarefa muito grande no Senado. Inicialmente, conversamos não de maneira definitiva hoje com o presidente, numa visita de cortesia ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, conversamos alguns assuntos, entre eles também a questão dos jogos, mas não de maneira formal, não foi essa a pauta da nossa reunião, era uma visita mais de cortesia para apresentar a nova diretoria, fomos agradecer, inclusive, pela votação na questão da isenção de IPTU a templos religiosos no Brasil, mas esse assunto saiu e com certeza, no senado, nós vamos montar uma trincheira muito forte, em caso que o presidente Rodrigo Pacheco decida pautar essa matéria, se houver ali um consenso no colégio de líderes e de possibilidade de pautar a matéria, nós vamos fazer um trabalho similar ao que foi feito na sabatina do André Mendonça, que a Frente Parlamentar Evangélica se envolveu diretamente nesse assunto, e conseguimos aprovar o nome do André Mendonça quando todos diziam que a gente não conseguiria, não é. Neste caso específico, nós vamos montar uma força tarefa muito parecida no Senado, Senado possivelmente se vier a pautar a matéria com sessão presencial e eu tenho confiança que nós vamos enterrar essa matéria no senado derrotando ela de uma vez por

todas, porque a pauta de jogos de azar, eu sempre digo 'se jogos fosse bom, não chamaria de azar, chamaria de jogos da sorte'. Então essa não é uma pauta boa para o Brasil, nós não estamos, saímos de uma pandemia recente, estamos vivendo uma guerra, a gente não precisa de mais mazela social para o Brasil, o brasileiro que precisa é de comida na mesa, de combustível mais barato, a volta dos empregos ao país, de uma vida melhor, nós não precisamos pautar nada de azar, de desgraça social a sociedade brasileira, por isso a gente vai trabalhar intensamente contra a legalização.

Emilly Behnke: E esse PL foi aprovado com votos favoráveis de alguns partidos que são da base do governo, né. Como que a Frente tem lidado com essas diferenças, com esses conflitos de interesses. O senhor mesmo já falou que o governo está minado ideologicamente, como que tem sido a atuação da Frente diante desse impasse?

Sóstenes Cavalcante: Não tem sido uma situação confortável, a gente gostaria de ter um governo com mais solidez ideológica, mas a gente entende que num país com trinta, trinta e alguns partidos, trinta e três partidos o governo precisa fazer composições no Congresso pra ter sustentação de voto parlamentar. Lógico que a gente lamenta que algumas pessoas de dentro do governo trabalharam fortemente a favor de uma pauta que o presidente é contrária, mas a gente tem que conviver com essa realidade e encararmos isso como um fato, e enquanto for assim a gente encarar e fazermos a articulação pra desarticular, essa, esse campo minado dentro do governo, faz parte da política, a gente como muito equilíbrio, com muito respeito ao pensamento democrático de quem pensa divergente da gente, nós vamos sempre trabalhar com os nossos valores. Uma coisa que a Frente Parlamentar Evangélica nunca abrirá mão é de lugar pelo que acredita, pelos seus valores, e todos os parlamentares neste momento de lutas de valores a gente se uni muito e trabalha demais aqui no parlamento. Quero agradecer, inclusive, meus colegas deputados que fizeram uma frente de batalha na Câmara, nessa votação, e vai ser a mesma coisa que vai acontecer no Senado.

Emilly Behnke: E além de evitar a aprovação desse PL, quais são as outras prioridades da Frente, considerando que é anos eleitoral, a gente tem um pouco menos atividade no Congresso, qual que é o projeto da Frente assim, a longo prazo considerando a atuação deste ano?

Sóstenes Cavalcante: Bom, este ano é um ano, como você já bem descreveu eleitoral, até junho se o que tiver pra votar se vota até junho, e nós estamos dando prioridade às questões econômicas por conta de tudo que está aconteceu no mundo, estamos terminando a pandemia, um assunto grave que é uma guerra que afeta as economias mundiais. Acho que a gente tem que dá prioridade à pauta econômica, entendo que a pauta de costumes ela deve ser

deixada neste momento em um segundo plano e no momento oportuno a gente pautar. Nós temos vários assuntos que, que temos muito interesse, o estatuto da família é um que está com recurso na Câmara pra gente ter que votar em plenário, nós temos o estatuto do nascituro, nós temos é que de uma vez por todas debruçarmos pra tirar aquela decisão esdrúxula do STF com relação à homofobia em que equiparou, primeiro tipificar um crime que não existe no escabouço legislativo, nem jurídico brasileiro, que equipara o crime de homofobia ao crime de racismo, que uma pena duríssima, que é crime inafiançável, a gente precisa de legislar sobre essa matéria, é até um pedido do próprio STF de quando o Ministro Toffoli presidente, nós já temos um projeto de minha autoria, inclusive, que redigi com a participação de grupos, de movimentos LGBTs e tudo isso, o que foi possível nós fizemos um texto, um projeto de lei pra que a gente legisle e coloquemos assim de uma vez por todas essa questão de homofobia de uma forma mais clara na nossa legislação, porque não existe nada, foi uma decisão mono, um decisão do STF e que acaba usurpando competência do parlamento, e que a meu modo de ver, de maneira indevida. Acho que a gente precisa fazer esses três assuntos seriam em algum momento, senão até a eleição pós eleição ou no início do próximo mandato as prioridades que a gente teria pra resolvermos algumas questões relacionado aos nossos valores.

Emilly Behnke: Aproveitando que o senhor mencionou a questão do judiciário. Como que o senhor avalia essas decisões do Supremo sobre a pauta de costumes? Como que o senhor vê, principalmente, o senhor mencionou essa questão da homofobia, mas a gente tem também a questão do casamento homoafetivo, a gente tem algumas, algumas outras decisões nesse assunto.

Sóstenes Cavalcante: Eu entendo que a esquerda brasileira desde que perdeu o discurso no parlamento, que eles sempre perderam. A esquerda nunca ganhou nada ideológico. Nessas questões de valores no parlamento eles perderam no PL um dois dois, lá atrás em dois mil e dez, dois mil e doze perderam no PNH3 quando foi ideologia de gênero para escola. Eles sempre perdem em todas as matérias no debate no campo ideológico no parlamento, e eles buscaram achincane buscando, quando perdem aqui o debate eles judicializam através dos seus partidos políticos esses debates no STF, e encontraram, lógico, eles estiveram no poder dezesseis anos, colocaram lá alguns ministros, ministros esses que aproveitam-se da caneta de um ministro do STF pra também borrar nessa caneta a sua linha ideológica, e isso é muito lamentável, eu acho que é um desserviço que se presta à democracia brasileira quando ministros do STF usurpam a competência do poder legislativo e decidem legislar, e mais, criar tipificação de crime, o que é um atribuição única e simplesmente, pela nossa Constituição, do Congresso. Esse tipo de comportamento de ministro de STF é algo

lamentável à democracia brasileira, que deveria ter o repúdio de toda sociedade, inclusive da imprensa, mas lamentavelmente muitos de nós nos acovardamos, muitos dos meus colegas se acovardam aos STF e não tem a coragem de fazer esse enfrentamento político com respeito. Eu não ataco CPF de ministro do STF, eu não ataco pessoas ou indivíduos, mas entendo que institucionalmente nós estamos vivendo uma deformidade, democrática, um poder que está sobrepujando sobre os demais. O poder judiciário está exagerando, usurpando competência, em especial, na figura do Supremo Tribunal Federal. A gente precisa em algum momento parar com essas questões porque isso não faz bem à democracia.

Emilly Behnke: Deputado, agora a gente já ta caminhando mais pro final vamos fazer um jogo rápido. A gente vai falar alguns temas e o senhor pode responder brevemente se o senhor concorda, se o senhor é a favor sobre esse assunto. Primeiro o senhor conhece o projeto de lei contra as fake news, principalmente agora nesse ano eleitoral em tramitação no Congresso. E como que o senhor avalia, o senhor é contra, é a favor desse projeto?

Sóstenes Cavalcante: Eu sou contra porque todo princípio que fere liberdade do indivíduo, do ser humano eu sou contrário. A liberdade sempre pra criticar, pra falar, inclusive pra fazer fake news, lógico que existem leis que punem esse tipo de coisa, calúnia, difamação, quem se sentir prejudicado, recorra.

Emilly Behnke: O senhor é a favor ou contra privatizar a Petrobrás?

Sóstenes Cavalcante: Sou a favor de toda privatização, inclusive da Petrobrás.

Emilly Behnke: O senhor é a favor ou contra na flexibilização da lei que permite o aborto?

Sóstenes Cavalcante: Flexibilização pro aborto em circunstância nenhuma. O ser, o ser já no ventre é uma vida que precisa da proteção do Estado.

Emilly Behnke: O senhor é a favor ou contra a liberar o uso de drogas de uso recreativo, como ocorre em outros países?

Sóstenes Cavalcante: Jamais!

Emilly Behnke: E o senhor é a favor ou contra cotas para minorias nas universidades?

Sóstenes Cavalcante: Eu sou a favor de cota social. Qualquer outro tipo de cota eu sou contrário. Cota social para o pobre ter acesso eu sou a favor.

Emilly Behnke: O senhor já mencionou a questão de privatizações, mas o senhor acha que poderia privatizar a Caixa Econômica ou o Banco do Brasil, o senhor é a favor?

Sóstenes Cavalcante: Eu acho que o Brasil precisa de um banco só, não mais do que um. Acho que dois é excesso.

Emilly Behnke: O senhor é a favor ou contra as regras da CLT, as regras das leis trabalhistas?

Sóstenes Cavalcante: Nós preci, já flexibilizamos algumas e acho que outras a gente precisa flexibilizar pra tornar mais competitivo e gerar mais empregos.

Emilly Behnke: E reforma administrativa?

Sóstenes Cavalcante: Precisamos urgente dessa reforma administrativa, o Estado brasileiro está inchado, cheio de deformidades, super salários, em especial, no judiciário, que a gente não entende como eles conseguem benefícios acima do teto máximo que seriam trinta e três mil reais.

Emilly Behnke: Reforme tributária, qual que deveria ser a ideal?

Sóstenes Cavalcante: Deveria ser pra ontem, nós precisamos, eu defendo o imposto único, igual pro Brasil, lógico que a gente precisa de uma etapa de transição pra não criarmos um problema grave de sustentabilidade econômica, mas defendo o imposto único e simplificar toda questão tributária no Brasil.

Emilly Behnke: Sobre meio ambiente. Como desenvolver e proteger a Amazônia ao mesmo tempo?

Sóstenes Cavalcante: É, o Brasil não é mau exemplo como alguns querem colocar no mundo nessa questão. O mundo todo destruiu suas florestas, resta a nós a maior floresta e reserva do mundo. Precisamos ter muito cuidado, com muita responsabilidade, com sustentabilidade, mas também não podemos, o mundo tem que saber que essa conta tem que ser dividida com eles, não só com o Brasil.

Emilly Behnke: E em relação à segurança pública, o senhor é contra ou a favor do chamado excludente de ilicitude?

Sóstenes Cavalcante: Eu acho que esse é um assunto que por causa dos excessos que tivemos no passado assunta muitas pessoas, mas isso tem enfraquecido a nossa, em especial, a nossa polícia militar que às vezes se assusta no exercício do seu trabalho. Eu acho que é um debate que a gente precisa ter equilíbrio, mas que precisa ser feito. Não sei te dizer hoje se os textos que nós temos são os ideais, mas a gente precisa dá autonomia para que a polícia possa exercer com responsabilidade o seu papel.

Emilly Behnke: Chegamos ao final dessa edição do Poder Entrevista. Em nome do portal digital Poder360, eu agradeço ao Deputado Federal Sóstenes Cavalcante do PL do Rio de Janeiro. Deputado, muito obrigada pela sua disponibilidade.

Sóstenes Cavalcante: Obrigado ao Poder360 e parabéns pelo belo trabalho que vocês desenvolvem, tanto no campo da política quanto no campo da economia. A democracia brasileira agradece ao brilhante trabalho de todos vocês.

Emilly Behnke: Agradeço também a todos os webespectadores que assistiram a esse programa. Essa entrevista foi gravada no estúdio do Poder360, em Brasília, em quinze de março de dois mil e vinte e dois. Pra ficar sempre bem informado, inscreva-se no canal do Poder360, ative as notificações e não perca nenhuma informação relevante. Muito obrigada e até a próxima.

ANEXO – III

Entrevista com o deputado federal Cezinha de Madureira Sóstenes Cavalcante (PSD/SP) ao canal Poder360, realizada no dia 18 de janeiro de 2021¹⁰⁶

Caio Spechoto: Olá! Esse é o Poder360 Entrevista. Meu nome é Caio Spechoto, eu sou repórter do Poder360. Quem fala com a gente hoje é o deputado Cezinha de Madureira do PSD de São Paulo, ele foi recém eleito pra coordenar a bancada evangélica no Congresso e vai à frente do grupo em 2021. Deputado, ante de mais nada, muito obrigado por ter aceitado falar conosco, e pra começar a entrevista, eu queria fazer uma pergunta, bem, bem direta pro senhor, quais são as pautas prioritárias da bancada evangélica pra esse ano?

Cezinha de Madureira: Primeiro Caio, eu quero cumprimentar você e todos os seus leitores e internautas, todos que nos assistem e que possam vir a assistir em algum momento. Muito obrigado pela oportunidade de está com vocês aqui, é, um jornal tão sério. Caio, a nossa prioridade sempre foi a família, a bancada evangélica no Congresso Nacional sempre priorizou os bons costumes no Brasil, e não poderia ser diferente neste momento agora, como ser contra o aborto, ser contra a legalização das drogas, e assim sucessivamente são as nossas pautas prioritárias que é a pauta conservadora, manter a família de pé no Brasil, continuar aquilo que nós sempre pregamos.

Caio Spechoto: O senhor citou aborto e drogas, essas duas pautas elas não tão ao longo de dois mil e vinte e ao longo desse ano, suponho, são pautas que são muito difíceis de serem, de irem pra frente sem apoio do governo, o governo não apoio essas pautas, então não é uma coisa que eu suponho que se, que vá ser um grande problema pra vocês ao longo de dois mil e vinte um, suponho. Tem algo que além de barrar, vocês queiram aprovar?

Cezinha de Madureira: Olha Caio, é na verdade não existe, não existe bem isso que você acabou de dizer, porque o parlamento ele é livre, apesar de nós termos um governo conservador, o parlamento é livre, além disso tudo, nós temos o direito de culto que é uma pauta que tem que ser mantida, a liberdade religiosa, as livres manifestações de todos os tipos, que não são, mani, é, é, manifestações são nossas, existem direitos que são invioláveis, mas sempre está indo, é para um debate no judiciário ou no próprio parlamento, é, agora recente, por exemplo, nós tivemos algumas pautas bombas no fim do ano na, nos texto do FUNDEB, por exemplo, então, o parlamento tem que está atento em todo momento e tem que está ali preparado com as suas equipes para nesses momentos saber combater. Então, o governo é conservador? É! O executivo hoje tem uma pauta junto conosco? Tem! Mas o legislativo é

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=scbiJIZb8VQ>. Acesso em 07 de outubro de 2024.

independente e dependendo de quem está na presidência ali pauta algo em cima da hora sem um acordo de colégio de líderes e etc., e acaba que traz transtorno pra sociedade.

Caio Spechoto: O senhor citou o FUNDEB, e eu suponho que o senhor esteja se referindo à possibilidade de usar o dinheiro do fundo pra escolas comunitárias, confessionais e outros tipos, coisa que chegou a ser colocada na regulamentação do FUNDEB, mas no final retirada. Isso pode ser recuperado ainda?

Cezinha de Madureira: Olha, na verdade Caio, é assim. Todas as vezes que existe uma pauta sem combinar sempre tem um jabuti ali que atrapalha um lado ou outro, sempre tem seus interesses. Com relação a entidades religiosas poderem está no mesmo patamar das outras empresas, ou entidades, ou poder público, eu acho que todos têm o direito, uma vez que cumpre as regras, que cumpre a lei, todos têm direito, por quê? Nós evangélicos somos quase quarenta por cento da nação, então já quase somos ali um maioria, essa maioria tem um direcionamento ali de ensinamento, por exemplo, e não pode participar desses programas, e por que não?

Caio Spechoto: Deputado, o senhor citou, é, pautas que aparecem na pauta da Câmara de maneira inesperada, a gente ta agora no momento de campanha pra presidência da Câmara, tem dois candidatos principais, o Baleia Rossi que é o candidato do presidente Rodrigo Maia e o Arthur Lira que é o candidato mais próximo do governo federal. O candidato Arthur Lira, principalmente, ele tem batido muito nessa tecla de que tem que ter reunião de líderes pros deputados saberem com antecedência o que vai ser pautado, etc., etc., e ai eu queria chegar na parte da bancada evangélica. Ainda que sejam os partidos que tem o controle sobre as campanhas de presidente da Câmara, com certeza absoluta os candidatos foram atrás de deputados de diversas interesses, inclusive, inclusive os da evangélica pra pedir voto. Hoje quem dentro da bancada evangélica, quem que tem mais trânsito, quem que é mais forte?

Cezinha de Madureira: Olha, na verdade, ai isso é público, com todo respeito ao deputado Rodrigo Maia, ele tinha vários candidatos né, não tinha certeza de nenhum, talvez porque não tivesse confiança na sua sucessão, e ai parece que só sobrou o Baleia pra ele lançar, nós nos decidimos muito antes, porque nós temos convicção daquilo que nós queremos. O deputado Lira ele tem um compromisso principalmente com a pauta tributária das entidades religiosas que às vezes são ameaçadas no Congresso de uma ou de outra forma, e entre outras pautas, nós, é, na verdade, na verdade Caio, dá só um oi, deputada Celina já ligo pra senhora que eu tô numa entrevista. Na verdade Caio, nós já temos essa garantia, entretanto existem várias interpretações jurídicas que às vezes traz um transtorno para uma entidade ou outra, como nós temos hoje fatos ai de dois mil e dez pra cá que nos deram dor de cabeça,

inclusive agora tivemos que aprovar textos no Congresso, e agora temos que derrubar veto para trazer à tona segurança da garantia jurídica de nossas entidades religiosas no Brasil, e eu, particularmente, quando você diz decisões do partido, o voto é secreto, decisões do partido, claro, é uma decisão individual de cada um, tem a força partidária, os acordos partidários, se você pegar os acordos partidários o outro lado tem mais voto, mas se nós formos contar no voto a voto aqui, nós temos muito mais voto por conta do compromisso e do olho no olho. O deputado Lira conseguiu nos passar uma verdade em compromisso, por isso eu me comprometi com ele e tenho conversado com a maioria dos nossos deputados na bancada, é óbvio, o voto é livre, o mandato é de cada um, porém na grande maioria nossa, quase todos, estão ai declarando apoio pro Lira, inclusive nós estamos trabalhando uma publicação de uma carta da Frente, um texto da Frente, um manifesto da Frente, estamos construindo isso para o apoio ao Lira porque é o que se identifica muito mais e também se decidiu muito antes, nós tivemos uma insegurança muito grande de quem seria o candidato porque tínhamos uns dez, então, ou seja, a minha avó me ensinou uma coisa lá na roça onde eu nasci, que panela que muitos mexe ou sai salgada, ou sai, não sai temperada direito, insosso ou salgado, então tinha muito candidato de uns, um único, que é presidente e não se decidia nada e por fim sobrou o colega Baleia ai, que foi o que sobrou para lançarem, mas o Lira já tava na frente com compromisso, e sendo assim, política a gente tem que trabalhar diariamente né, sendo assim, o Lira tem o nosso apoio para presidência da casa.

Caio Spechoto: O senhor citou a questão da isenção que deu várias dor, que é um prerrogativa de vocês deu várias dor de cabeça, várias dores de cabeça no passado, pelo, ao que o senhor ta me contando. O Arthur Lira fez algum compromisso claro, por exemplo, de deixar a legislação mais clara pra não ter problema na justiça ou de não pautar coisas que sejam contra isso. Como que foi essa conversa?

Cezinha de Madureira: Na verdade Caio, não isenção, é imunidade, está previsto na Constituição, isso é previsto na Constituição, entretanto, em vários momentos, em outros governos, alguns técnicos interpretaram diferente e taxaram igrejas, nós temos vários casos ai e tivemos várias discussões na Receita, inclusive essa gestão da Receita, tem sido, são os mesmos técnicos, a maioria deles da época, mas tem sido muito paciente conosco, tem nos dado atenção em esclarecer, sendo assim, o deputado Arthur Lira, que é um cristão ele entendeu, em algum toda liderança do governo que teríamos que deixar isso bem claro, uma vez que está previsto na Constituição, é direito nosso adquirido, é nosso direito, como há duplas interpretações às vezes, é, não custa nada nós temos que deixar claro que é assim, ponto, acabou, e o deputado Lira tem esse compromisso conosco.

Caio Spechoto: Falando de questão mais técnica sobre isso, isso seria feito como? Seria alterando a redação constitucional, seria por projeto de lei, seria como?

Cezinha de Madureira: Nós, nós colocamos um texto, me corrija aqui se eu estiver errado porque foram tantos textos, nós colocamos um texto com uma Medida Provisória, e, houve ali, é, um veto parcial de uma parte do texto e nós acordamos com os líderes, com o governo, inclusive, foi pauta até de twitter o presidente Bolsonaro que ele falou ‘olha, se eu fosse deputado eu derrubaria o veto’, então nós temos um acordo de derrubada de veto, como nós entramos aí em todo esse período, foram cancelada várias reuniões do Congresso, não deu tempo entrar na pauta a derrubada do veto, mas está acordado neste Congresso que nós derrubaremos esse veto para dá as garantias necessárias para as entidades religiosas, e nós temos, além do governo querer esclarecer também isso, nós temos aqui um trabalho pela frente na, na reforma tributária para deixar isso mais claro, repito a você, Caio, as entidades religiosas são quase quarenta por cento das igrejas no Brasil e têm um papel fundamental, fundamental para a nação. A igreja chega onde eu não consigo chegar, onde você não consegue chegar, onde os governos não conseguem chegar, nem o delegado consegue chegar. Quando há uma invasão em alguma terra em algum lugar antes de chegar a legalização daquela terra, daquela comunidade, chega a igreja pregando paz, seja ela evangélica, católica, Ah! E tem um detalhe, nessas, nesses duplos pensamentos aí ou diversos pensamentos de ideologia de multas e etc., não fomos só nós, as igrejas evangélicas, que fomos taxados ou multados, não, várias outras entidades também, vale lembrar isso.

Caio Spechoto: Então está além, pra além da questão da imunidade pelo que o senhor falou no começo da entrevista e agora, eu consigo extrair para as pautas evangélicas, o deputado Arthur Lira é o melhor candidato, é isso?

Cezinha de Madureira: Sim, sim, até porque, é como eu te disse, disse e repito muito claro aqui. Nós não sabíamos quem era o candidato do deputado Rodrigo Maia porque ele tinha vários, até parecia que não tinha confiança em nenhum porque atirou pra vários lados, tinha vários candidatos, e o Lira se colocou bem antes, sempre aquela, aquela, aquela dificuldade do candidato se colocar antes da hora pra não sofrer desgasta antes, mas eu achei coerente, achei verdadeiro, o Lira ter se colocado bem antes, e eu que estou deputado já há algum tempo, em Brasília há dois anos, observo muito, não sei se você percebe, não sou de falar, mas fico ali observando e trabalhando, ajudando, construindo e no plenário você observa as pessoas que são rápidas de palavras, rápidas de entendimento e firmar compromisso. Eu já vi em vários momentos no plenário o Lira, alguém falar assim ‘não, vamos fazer assim. Não, mas não foi isso o combinado, combinamos assim, vai ser assim, ou

paramos tudo', então esta segurança nos traz segurança com as nossas pautas, nos traz segurança com o nosso povo, e o Lira chegou antes, poderia ter sido outro que nos passasse essa segurança, ele chegou antes, conversou, dialogou, tanto é hoje que tem ai mais de trezentos e quarenta votos declarados.

Caio Spechoto: Claro, e a gente teve desde 2019 quando o presidente Jair Bolsonaro tomou posse dois momentos básicos de articulação. Ele começou tentando falar diretamente com as bancadas temáticas e agora fala mais com os partidos, a bancada evangélica compartilha de diversas pautas com o presidente Jair Bolsonaro. Eu queria saber hoje, a gente tá gravando em 14 de janeiro, hoje, 14 de janeiro a relação com o governo, como que é entre a bancada e o governo federal:

Cezinha de Madureira: É lógico Caio que a força no Congresso são os partidos. Quando chega numa campanha eleitoral, se o partido não te dá legenda você não é candidato, então você um limite ali pra ser respeitado nas ordens partidárias através dos seus líderes ali estabelecidos, que participam dos colégios de líderes, inclusive, é um dos compromissos do Lira, discutir as pautas em colégio de líderes, com liderança, isso é bom porque o líder consegue passar pras suas bancadas antes, sem surpresas. É claro que os partidos têm o domínio sobre as pautas que vai votar e etc., entretanto, não sei se você se lembra, mas no ano passado, nós, bancada evangélica, bancada evangélica, nós, bancada evangélica, paramos algumas sessões porque nós somos unidos. Somos entre deputados e senadores cento e trinta e nove que são evangélicos e estão ali diretamente, quase em sua maioria participando conosco das pautas, tem lá uma grande parte que é diária está atento e outros, que na hora que são chamados, vêm. Por mais que tenha uma força partidária, a bancada evangélica quando ela se une, assim como a bancada ruralista, ela para qualquer assunto na Câmara independente de vontade de partido. Então, isso é notório, o presidente Bolsonaro tinha ali um discurso inicial e sempre esteve próximo dos nossos pensamentos e ele utilizou, utilizou-se disso no momento, deu certo em algum momento, mas nós sabemos que o Congresso é diálogo. Não sei se você lembra uma emenda que nós tivemos ai sobre as viúvas, sobre as viúvas, não me lembro exatamente qual foi o texto que tava sendo colocado ali, e como saiu da garantia que estava combinado, que nós queríamos, nós paramos, um dos nossos deputados ali, deputado Liboes, por exemplo, nós acionamos ele na hora que ele estava pronto ali de microfone, e nós paramos. O congresso teve que parar e fazer um acordo conosco, isso é bancada evangélica.

Caio Spechoto: Então, mas a, então, hoje basicamente a relação com o governo federal continua, continua boa do jeito que do jeito que foi ao longo de, ao longo desde o começo do mandato, digamos, do Bolsonaro. Eu queria tocar no assunto que foi o seguinte, algum setores

evangélicos, e eu falo alguns setores porque as igrejas evangélicas não são centralizadas como é a igreja católica, por exemplo, se têm diversas denominações, o Senhor sabe disso muito melhor do que eu. Houve em algumas denominações, em alguns setores um descontentamento com a indicação do presidente Jair Bolsonaro pro STF, que foi o, hoje ministro, Kassio Nunes Marques Bolsonaro, tinha-se uma expectativa que fosse um evangélico, o que não era o caso. Essa expectativa ainda existe? Porque em julho desse ano, o ministro Marco Aurélio Mello faz setenta e cinco anos e automaticamente ele se aposenta do STF, o governo federal vai indicar outro, outro ministro. Ainda existe essa expectativa de ter um ministro evangélico ou foi, é algo que passou?

Cezinha de Madureira: Olha Caio, eu vou te dizer o que eu tenho dito em outros momentos quando me perguntam disso. Primeiro, primeiro, nós somos quase quarenta por cento da nação, os evangélicos, não seria, não seria deselegante pra nação em nenhum momento alguém falar ‘nós somos uma grande parte da nação, nós temos o direito aqui de usar nossos representantes para colocar nossos representantes com tem no Congresso’, você pega o Congresso cento e trinta e nove ali que são atuantes na Frente Parlamentar Evangélica, congresso conservador. Nós olhamos pro judiciário, já tem alguns evangélicos em vários segmentos do judiciário. Agora, quando se trata da Suprema Corte, vale lembrar, que isso é uma decisão, não é nem do governo, é do presidente da república, e quando o presidente da república toma uma decisão e ele tem o respaldo do Congresso do outro lado, quando ele tem a capacidade de ter os votos do outro lado, isso tem que ser respeitado, voto é voto. Então, pra começar, isso é, número um, decisão do presidente, é ele que decide, não sou eu que decido, entretanto, nós evangélicos com uma grande representação que nós temos hoje, todos nós nos sentimos no direito de opinar e aí vem o presidente e ele dá a própria opinião dele dizendo que tem que ser um evangélico, em alguns momentos alguns avisa, não, tem que ser pastor. Quando ele fala pastor, ele tá se referindo a evangélico. Então ele tem dialogado com alguns nesse sentido, quando nós tivemos aí algumas insatisfações de mídia foram poucas pessoas com pouca representatividade ali, mas o presidente já tinha avisado ali que a primeira vaga ele tinha um pensamento diferente, e depois, na segunda vaga, ele escolheria, que é direito dele escolher um nome evangélico para colocar na vaga do STF, e aí vem uma grande parte, de às vezes da mídia ou da sociedade que se desconforta em falar que é evangélico, mas por quê? Qual é o problema conosco, evangélicos, entendeu? E diga-se de passagem, o ministro Kassio foi uma ótima escolha do presidente Bolsonaro, o ministro do STF não pode ser ao meu ver pessoal, isso eu, estou falando, Cezinha, deputado Cezinha, eu estou falando, tá? Não estou falando em nome de outros, mas ao meu ver nessa parte aqui, o ministro da Suprema Corte ele

tem que ser uma pessoa individual nas suas decisões, ele não pode ser pautado pela que a mídia diz ou pela pressão popular, então é aqui o meu respeito à indicação do presidente, o então ministro Kassio, que eu acho que ta fazendo um belíssimo trabalho para a nação.

Caio Spechoto: Vocês apoiariam, por exemplo, o nome do ministro André Mendonça que na época da primeira indicação do presidente Bolsonaro ao STF foi bastante ventilado?

Cezinha de Madureira: O Presidente Bolsonaro ele tem o direito de Indicar quem ele quiser e a mídia já tem dito e várias pessoas já têm dito que é o ministro André Mendonça ou será o ministro André Mendonça, existem vários outros nomes, eu, por exemplo, sou amigo do ministro André Mendonça, que ta fazendo um belíssimo trabalho, sabe por que, Caio? A sociedade, o Brasil precisa de paz, o Brasil precisa neste momento de muita coerência, e, por exemplo, lá na justiça o ministro André Mendonça, assim como o ministro Jorge lá no espaço que ele estava tem feito um trabalho de muita paz e sem fazer muito barulho, isso é importante para o país. Você pega ai no governo um outro ministro, como o ministro Tarcísio, faz um trabalho quieto, ta trabalhando mais que todos os governos naquela área ali em tempos de pandemia, então ta fazendo um trabalho quieto para a sociedade dando resultado, então, repito a você, a decisão é do presidente Bolsonaro, é óbvio que o presidente está olhando para o Congresso e quantidade de senadores evangélicos que têm lá e a quantidade de deputados evangélicos que têm na Câmara, então ele é inteligente e com certeza ele vai escolher o nome certo ai, de acordo com os pensamentos da bancada evangélica.

Caio Spechoto: Deputado, eu queria mudar de assunto agora, falar sobre coronavírus, o senhor foi o primeiro congressista que se tem notícia, isso foi em março de dois mil e vinte, a gente ta agora, em janeiro de dois mil e vinte um, e a gente aqui no Poder360 fez um levantamento e percebeu que, pelo menos, um em cada cinco, deputados e senadores, já tiveram o coronavírus, isso é muito mais que a população geral, é lógico que deputados e senadores têm mais acesso aos meios de diagnósticos da doença do que a população geral, mas ainda assim a diferença é muito grande. Eu queria saber do senhor por que deputado e senador pega tanto coronavírus?

Cezinha de Madureira: Ou Caio, o deputado, o senador, o parlamentar, ele ta de certa forma mais exposto por quê? Veio o vírus e nós continuamos com o compromisso de tocar as pautas no Brasil no Congresso, e o deputado viaja muito, o senador viajar muito, então é, o contato é diário. Eu tive o vírus logo no início, não existia nem protocolo, e pra mim foi um susto muito grande porque, como não tinha protocolo, as televisões estavam, estavam mostrando muito medo, trazendo um apavoro, de certa forma pra sociedade, até porque não tinha protocolo, e tínhamos ali uma briga de ideologia ali de alguns que estava na frente disso

ai no momento e eu fiquei com muito medo, particularmente, porque não tinha protocolo, o médico me mandou pra casa, até porque eu não estava grave, estava sintomático, mas o pulmão não estava comprometido, era muito pouco o comprometimento do pulmão.

Caio Spechoto: Quais sintomas o senhor teve?

Cezinha de Madureira: Eu cheguei a ter febre de quarenta e dois graus, e muitas dores no corpo. A minha falta de ar, é incrível que com cada um que a gente tem conversa tem sido diferente, a minha falta de ar se deu depois que passou a quarentena. Eu fiquei cansado, um pique que eu dava de quinze minutos correndo de manhã passei à aguentar três minutos. Então fui fazer tratamento ortomolecular e médico tal pra recompor as vitaminas, e ter, até hoje eu não tenho um, não ta cem por cento a minha, a respiração quando se trata de uma caminhada, uma corrida ou alguma coisa assim pra se manter em forma. Então eu fiquei com muito medo na época, mas superei, sobrevivi, não tinha protocolo de remédio ainda, tive febre muito alta, que tremia muito e fiquei muito mau, mas sobrevivi. E os deputados e senadores, acredito que são mais infectados porque tem muito contato, viaja muito, sai bastante, e acaba que não só o uso da máscara impede a contrair o vírus ai.

Caio Spechoto: O senhor acha possível voltar, a Câmara voltar a funcionar com todas com todas as comissões etc., hoje em dia, pra explicar pra pessoa que está assistindo, a Câmara está funcionando remotamente o plenário, as comissões estão paradas, isso foi uma decisão que foi tomada em março na Câmara pra evitar contágios pelo coronavírus. O senhor acha possível o funcionamento normal, ou pelo menos, parte dele com segurança?

Cezinha de Madureira: Eu acredito que sim, de fato eu acho que algumas comissões já deveriam ter votado, voltado, dá pra fazer, dá pra trabalhar, é só ter força de vontade. O diálogo à distância ele não tem o mesmo valor do olho no olho e o Congresso é assim, falar, conversar, eu acredito que agora com a chegada da vacina nós teremos, o governo federal tem trabalhado muito nisso, apesar de várias, às vezes brigas desnecessárias entre um estado e outro, quem vai fazer? Não importa quem vai fazer, o importante é que vai chegar, o governo federal tem possibilidade de fazer com que a vacina chegue em todos os municípios, inclusive, parece-me que o ministro já deu até data da chegada da vacina, que vai trazer um conforto melhor para a população e claro, os congressistas estarão mais a vontade, porque na verdade Caio, uma grande maioria, uma grande maioria, to te falando aqui, por mim uma grande maioria não estão presente no Congresso porque o presidente da Câmara, o presidente da Câmara resolveu deixar assim, mas não é por questão do vírus não, é porque tem seus interesses ali e parou. Se nós estamos presente lá na Câmara, no plenário com um rodízio ali, agora tal grupo, agora tal grupo, as coisas fluem melhor, as pautas fluem melhor, o diálogo

flui melhor, então acredito que a vinda da vacina agora vai trazer um conforto melhor para aqueles que, às vezes, tem medo de está no plenário pra ‘ah, mas a sociedade vai achar o que porque eu to aqui aglomerando’, é mais ou menos isso.

Caio Spechoto: E deputado, ainda sobre o coronavírus, a gente tem vivido uma situação em que o número de mortes e de casos de coronavírus voltou a acelerar no país, algumas regiões mais afetadas do que outras. Em alguns momentos da pandemia, no ano passado, em dois mil e vinte, a gente teve momento de restrição em diversas atividades da sociedade, inclusive a realização de cultos pra evitar aglomerações. O senhor acha que isso é o tipo de coisa que deveria voltar a ser discutida ou não, a realização de cultos, na visão do senhor, não ajuda a espalhar o coronavírus?

Cezinha de Madureira: Primeiro Caio, nós temos uma pauta econômica pra tocar, isso hoje é número um porque a falta do financeiro também traz um transtorno muito grande, talvez maior que o vírus para a nação, então nós temos que nos reunirmos tratarmos da pauta econômica, o Brasil precisa voltar a gerar emprego, o Brasil precisa voltar produzir, o Brasil precisa voltar a ter condições de cuidar da sociedade, se nós votarmos o problema será muito maior. Ai você fala sobre restringir, eu acho que não tem que restringir hoje, o que tem que fazer é parar de certas brigas bobas e conscientizar a população a fazer o uso da máscara, por exemplo, e manter ali os seus cuidados e gel, que isso impede. O uso da máscara noventa e nove por cento, já li em alguns lugares comprovados cientificamente por alguns institutos que noventa e novo por cento do uso da máscara não, aliás impede noventa e nove por cento de contrair o vírus. Com relação a cultos, eu vou te dizer uma coisa, a igreja ela foi formatada na guerra, pra começar, numa guerra espiritual. Como é que uma igreja que prega fé, que prega liberdade religiosa, que tem o seu direito reservado vai fechar as portas num momento desse se é a igreja, seja ela evangélica, católica, que prega o milagre, a fé, nós não temos o direito, jamais, jamais de mandar fechar as portas de uma igreja. Pra começar, somos garantidos na Constituição, e já houve líderes por ai, governadores, mandou fechar a igreja, o tempo vai mostrar quem são essas pessoas de fato, o tempo vai mostrar, então igreja é local de culto inviolável, inviolável, e os líderes sabem como fazer para não trazer transtorno à sociedade, e até hoje, até hoje, eu não vi nenhum tumulto de nenhuma igreja que a pessoa, que a pessoa foi contraída porque tava na igreja. A igreja prega a coragem a fé, nós temos hoje, Caio, um grande número de pessoas que estão ai com depressão porque não conseguem sair de casa, esse negócio mata muito, e a igreja ajuda a tirar as pessoas da depressão, a igreja ajuda a salvar a vida dessas pessoas, a igreja ajuda a curar porque prega a fé para a sociedade, então a resposta é não, não deve restringir.

Caio Spechoto: Deputado, e uma pergunta já pra gente ir se encaminhando pro final da entrevista. A Frente Parlamentar Evangélica, eu olhei agora antes de começar a entrevista no site da Câmara tem cento e noventa e cinco deputados inscritos e oito senadores. É comum na Câmara deputados assinarem muitas frentes parlamentares e não participarem exatamente de todas. Eu queria saber quantos deputados a Frente Parlamentar Evangélica têm que são atuantes mesmo, que participam do dia a dia, não necessariamente se mobilizam em momentos emergenciais, mas que participam do dia a dia da bancada?

Cezinha de Madureira: Hoje nós somos cento e trinta e nove, é era nove senadores, agora somos onze senadores, ta. Somos cento e trinta e nove parlamentares evangélico que chamamos de carteirinha, que são membros de uma igreja, ou pastor de uma igreja, ou bispo de uma igreja, nós somos cento e trinta e nove. A maioria são atuantes, nós temos ali um grupo de é uns setenta, oitenta deputados que são mais presentes ali, até porque uma grande parte foram eleitos só nesta pauta religiosa, então estão presentes ali, mas quando o sino toca, posso dizer assim, quando a mensagenzinha vai pro grupo ‘olha, estamos com problema aqui’, todos fazer isso, se unem, no mesmo, no mesmo, é, é rápido, é.

Caio Spechoto: Deputado Cezinha de Madureira, muito obrigado por ter conversado conosco.

Cezinha de Madureira: Muito obrigado Caio, Kesli, a todos ai da produção, um grande abraço a todos vocês, um abraço aos internautas.

Caio Spechoto: o Poder360 Entrevista vai ficando por aqui, a gente agradece a atenção de você que está nos assistindo. Siga a gente nas redes sociais, se inscreva no nosso canal no youtube e acompanhe tudo que acontece no poder e na política no poder360.com.br. Muito obrigado e até a próxima.